



Empowered lives.
Resilient nations.

República de Moçambique
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Apoio ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) e Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER)

Título do Projecto: Capacitação Institucional do Governo e das Comunidades para a Resiliência aos Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas

Principais Parceiros de Implementação:

INGC – Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Partes Responsáveis: INGC – Instituto Nacional de Gestão de Calamidades

MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
INAM – Instituto Nacional de Meteorologia
MEF – Ministério da Economia e Finanças
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Data de início: Janeiro de 2018 - **Data Final:** Dezembro de 2021 - **Data de Reunião do PAC:** 28/12

Breve Descrição

Em resposta à vulnerabilidade de Moçambique aos perigos “naturais”¹ e antropogénicos – a adaptação às mudanças climáticas, a redução de risco de desastres e a recuperação resiliente tornaram-se uma preocupação fundamental para o governo. Guiado pelo Quadro de Acção de Hyogo (Hyogo Framework of Action – HFA) desde 2006 e pelo seu sucessor, o Quadro Sendai para a Redução de Risco de Desastres (SF-DRR, 2015 -2030), a ênfase tem sido a mudança de mentalidades e o fortalecimento das capacidades institucionais e das comunidades para passarem de uma abordagem de redução de risco reactiva para proactiva. Estas acções iriam promover a resiliência a desastres através da redução de risco de desastres, nomeadamente a recuperação efectiva e prévia. Estas acções são em reconhecimento de que é provável que a crescente frequência e intensidade dos perigos que provocam desastres como inundações, secas e ciclones no país se intensifiquem, com uma maior variabilidade da pluviosidade. Ultimamente, os terramotos tornaram-se uma das principais preocupações, particularmente considerando que as actividades de desenvolvimento estão a invadir áreas propensas à ocorrência de sismos, com padrões baixos de desenvolvimento de infra-estrutura. Os impactos desses perigos terão consequências adversas no desenvolvimento do país, dificultando o progresso rumo ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e das exigências e objectivos da Declaração de Paris sobre as Mudanças Climáticas (COP 21).

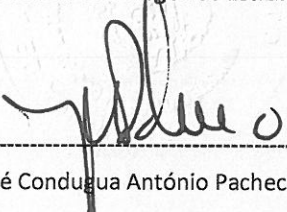
Este projecto foi desenhado com vista a aumentar a resiliência a desastres e a adaptação aos efeitos negativos das mudanças climáticas, a proteger os ganhos de desenvolvimento, bem como as comunidades mais vulneráveis à ocorrência de desastres. Para esse fim, o projecto irá fortalecer as capacidades das instituições governamentais, as organizações da sociedade civil e o público em programas de redução de risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas. Para contribuir para as realizações acima mencionadas, o projecto concentrar-se-á em cinco (5) áreas temáticas, de acordo com o PQG do Governo, os resultados do UNDAF e o CPD do PNUD, com foco no: 1) desenvolvimento de quadros de políticas e regulamentares integrados e operacionais que efectivamente reforçarão a resiliência das comunidades aos desastres e a adaptação às mudanças climáticas; 2) perfil de risco que seja informado pela avaliação das causas dos riscos – perigos, exposição e vulnerabilidade. A avaliação dos factores de risco, incluindo as avaliações do risco climático, irá apoiar o sistema de informação para a gestão dos riscos de desastres, de modo a fundamentar a tomada de decisões baseada na informação sobre o risco a nível nacional, provincial e distrital; 3) capacitar o governo e as comunidades para criar a resiliência a desastres; 4) Assegurar que as capacidades do governo a todos os níveis e das comunidades sejam desenvolvidas para processos efectivos de prontidão, recuperação e resiliência a situações de emergência; e 5) as comunidades das zonas áridas e semi-áridas podem adaptar-se às mudanças climáticas com meios de subsistência reforçados ou alternativos.

¹ ‘Natural’ é aqui usado para denotar o tipo de perigos que provocam desastres.

Resultado de contribuições (UNDAF/CPD, RPD ou GPD): Área de resultados 10 do UNDAF RESULTADO 10: As comunidades são mais resilientes ao impacto das mudanças climáticas e desastres Pilar II do CPD: Resiliência e Gestão de Recursos Naturais. PQG do GdM (2015-2019) Prioridade V: Garantir a Gestão Transparente e Sustentável dos Recursos Naturais e Ambiente	Recursos totais necessários:	\$ 5.965.000	
	Recursos totais alocados		
		PNUD-TRAC (4 anos):	\$ 5.715.000
		Recursos alocados 2018	\$ 1,100,000
		Doador: China	\$ 550.000
		Doador: Outros	\$ 345.000
		Governo:	Em espécie
		Outros - Em espécie	N/A
	Não financiado:		

Aprovado por (assinaturas):

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)

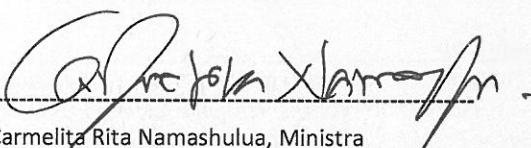


José Conduaga António Pacheco, Ministro

04.06.18

Data:

Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEF)

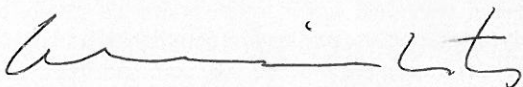


Carmelita Rita Namashulua, Ministra

31.05.0/8

Data:

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)



Márcia Freitas de Castro, Coordenadora Residente e Representante Residente do PNUD

11 June 2018

Data

I. DESAFIO DE DESENVOLVIMENTO

Apesar dos progressos significativos realizados pelo Governo de Moçambique na redução de risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas, o país ainda ocupa o terceiro lugar entre os países africanos mais afectados por riscos relacionados com o clima². Situa-se na 152ª posição de 182 países (com uma pontuação de 0.566) no índice de vulnerabilidade ND-Gain, ocupa o 149º lugar de 180 (pontuação 38.1) no Índice de Adaptação Global ND-Gain³ e é o 44º país com maior risco de desastres (WRI 8.69%) no Índice Mundial de Risco 2016⁴. O Índice de Prejuízos Económicos por Desastres Naturais de 2014 coloca Moçambique como o segundo país mais provável do mundo a sofrer dificuldades económicas devido a desastres naturais⁵. Destaca ainda que Moçambique é particularmente vulnerável ao impacto das mudanças climáticas e foi atingido por um número crescente de inundações e secas na última década. O pior nos últimos anos foram as cheias de 2000, 2007, 2013 e 2015 e o El Nino esteve na origem da seca de 2016. Mais de 25% da população está directamente exposta a perigos naturais, havendo muitos outros indirectamente afectados⁶. As cheias, as epidemias e os ciclones são os eventos de risco mais frequentes, embora a seca afecte, de longe, o maior número de pessoas. Os terremotos também estão a tornar-se fontes frequentes de perigos, à medida que o desenvolvimento invade zonas de falhas que são potenciais áreas de descarga de energia sísmica. A exposição e a vulnerabilidade do país a esses perigos deve-se principalmente à sua configuração geográfica, localização, pobreza e padrões inadequados para infra-estrutura e de protecção dos meios de subsistência, facto que é agravado pela rápida urbanização e pela capacidade limitada do Governo de prevenir e mitigar os impactos prejudiciais.

No que se refere às mudanças climáticas, estudos recentes (INGC Fase I e II⁷) indicam efeitos que estão a intensificar tanto a magnitude como a frequência dos perigos relacionados com o clima, com uma maior variabilidade da pluviosidade a resultar no aumento de inundações severas, tempestades, ciclones, secas e aumento do nível do mar, que inunda grandes áreas de terras costeiras. Este facto é agravado pela intrusão de sal, que está a aumentar, causando um elevado teor de sal na água, tornando-a inadequada para fins domésticos e agrícolas para as comunidades que vivem ao longo do litoral. Os dois estudos também ressaltaram o aumento da erosão terrestre e costeira, com potenciais consequências adversas para os meios de subsistência das comunidades e programas de desenvolvimento. No que diz respeito às tempestades, um relatório do Banco Mundial (2013) observou que 41 por cento da zona costeira do país é de alto risco. O relatório estima que as tempestades ameçam 3.268 quilómetros quadrados de terras e 380.000 pessoas (a estimativa do total da população que vive ao longo da costa é de 2/3) em Moçambique.

A consequente alteração nos padrões de pluviosidade e temperatura devido às mudanças climáticas e expressa através de um regime de variabilidade climática diferente afectou vários sectores. Os sectores mais afectados são a agricultura, a água, a saúde e a biodiversidade, constituindo consequências adversas para os ganhos de desenvolvimento e ameaçando o progresso nas conquistas do Plano Quinquenal do Governo (PQG), do Quadro Sendai para a Redução de Risco de Desastres e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do COP21. O desenvolvimento de infra-estrutura que não seja fundamentado com base no risco e resistente às mudanças climáticas ou sem medidas de resiliência aumentaria ainda mais a vulnerabilidade já volátil e crescente das comunidades. Para reduzir os impactos negativos das catástrofes, a adaptação às mudanças climáticas, a redução de risco de desastres e as iniciativas de controlo são fundamentais para aumentar a resiliência das comunidades e garantir a preservação dos ganhos de desenvolvimento sustentável no país.

Apesar das realizações promissoras em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) obtidas entre 2000 e 2015⁸, o forte crescimento económico ainda não se traduziu em redução da pobreza. O PIB per capita em Moçambique é baixo e a pobreza continua a ser um desafio, com 54.7 por cento da

² Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction, UNISDR, 2009.

³ O índice de adaptação global resume a vulnerabilidade de um país às mudanças climáticas e a outros desafios globais, por um lado e, por outro, a sua prontidão para melhorar a resiliência. <http://index.gain.org/country/mozambique>

⁴ World Risk Report, Alliance Development Works, 2014.

⁵ https://www.maplecroft.com/about/news/economic_losses.html, May 17, 2016.

⁶ Cheias de Moçambique 2013, Relatório consolidado da avaliação das necessidades de recuperação, Abril de 2013.

⁷ Estudo sobre Mudanças Climáticas do INGC, Fase I, 2009 e Fase II, 2012.

⁸ PNUD, Relatório sobre os ODM, 2016.

população a viver abaixo da linha de pobreza nacional de US\$ 0.6 por dia⁹, com as mulheres representando a maior percentagem. Em 2013, Moçambique classificou-se no 146º de 153 países no Índice de Desigualdade de Género, perdendo 29.5% do seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, valor quando ajustado pela desigualdade¹⁰. As mulheres representam 87.3 por cento da força de trabalho no sector agrícola, principalmente dependentes da agricultura de sequeiro, e produzem mais de 85 por cento dos alimentos. À luz da actual variabilidade climática, a dependência das mulheres da agricultura de sequeiro torna-as particularmente vulneráveis aos impactos dos perigos hidro-meteorológicos e às mudanças climáticas¹¹.

A este respeito, este projecto pretende abordar os principais desafios de desenvolvimento que se seguem:

As políticas não são adequadas para abordar a questão da adaptação e da resiliência a desastres: A lei de Gestão de Risco de Desastres (GRD) não apenas estabeleceu uma base sólida para o INGC na coordenação da DRM/GRD no país, como também especificou os mandatos das outras instituições governamentais e parceiros de desenvolvimento para contribuir para a criação de resiliência a desastres nas comunidades. A lei preconiza a definição de regulamentos para a sua implementação. O Plano Director de Gestão de Risco de desastres, aprovado em 2006, marcou uma mudança das respostas a desastres para a redução de risco de desastres no país. Devido ao aumento da frequência e da magnitude das recentes catástrofes e à luz das recomendações da promulgação da lei de DRM/GRD (2014), o Plano Director deve ser revisto de modo a incorporar os actuais desafios a serem considerados em programas de desenvolvimento. Além disso, o Plano Director e a Lei precisam ser mais amplamente divulgados para que possam contribuir para alcançar os objectivos pretendidos. O aumento da frequência e da magnitude dos desastres também expuseram as fraquezas das políticas sectoriais, tais como as relacionadas com os códigos de construção e o planeamento do uso da terra, gestão de ecossistemas, monitoria do plano de adaptação local, entre outras, que têm potencial para contribuir para a redução de risco de desastres no país. Estas também devem ser revistas e divulgadas. Além disso, embora Moçambique tenha adoptado recentemente uma estratégia nacional de adaptação e mitigação das mudanças climáticas (2013-2025), os impactos das recomendações ainda estão por determinar. No quadro do pilar da adaptação e gestão de risco climático da estratégia, as sinergias devem ser mais plenamente exploradas entre as suas diferentes actividades. No que diz respeito às políticas existentes sobre o sistema de informação para a gestão de risco de desastres, observou-se que não existem procedimentos padronizados destinados a facilitar a produção de informação, comunicação e divulgação que atendam às necessidades dos utilizadores entre as instituições governamentais em apoio aos processos de tomada de decisões – uma conclusão e consequente recomendação que surgiu de uma missão da UN-Spider¹² em 2013 sobre tecnologias de informação no país. A missão da UN-Spider percebeu que a criação de tais procedimentos na partilha de informação contribuirá para uma informação transparente e de fácil acesso através do mapeamento de riscos, etc. em apoio à tomada de decisões baseada na informação sobre o risco no que se refere à resiliência.

Direccionamento inadequado de acções destinadas a combater os perigos e a vulnerabilidade da comunidade: Apesar das bases estabelecidas pelo governo e parceiros de desenvolvimento para a redução de riscos no país, as aspirações em termos de redução efectiva de riscos através de acções destinadas a fazer face aos perigos, à vulnerabilidade e à exposição visam aumentar a resiliência da comunidade a desastres não foram realizadas na totalidade devido a limitações de recursos, ao desenvolvimento descontrolado de infra-estrutura, ao rápido crescimento populacional e urbanização, factores que tendem a agravar a vulnerabilidade. A urbanização rápida e descontrolada levou a invasões e assentamentos permanentes em zonas inseguras¹³. Além disso, os estudos do INGC (CC Fase I e II) que revelaram a vulnerabilidade do país aos perigos relacionados com o clima atraíram recomendações valiosas que ainda estão por implementar. O PNUD contribuirá para a realização das aspirações desses estudos, bem como de pesquisas no futuro para identificar riscos emergentes, vulnerabilidade e exposição em apoio a decisões com base no risco para a criação de resiliência. Além disso, a pesquisa combinada com os dois estudos (CC Fase I e II) levará a um

⁹ INE, Inquérito Familiar, 2009 (Dados de pobreza fiáveis mais recentes disponíveis)

¹⁰ PNUD, IHDI, 2013

¹¹ Ministério da Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas, 2013

¹² Plataforma das Nações Unidas para a Informação Baseada no Espaço para Gestão de Desastres e Resposta de Emergência

¹³ Relatório anual do UNISDR sobre cidades seguras, 2010

produto de gestão do conhecimento – um Atlas Nacional de Riscos, que irá melhorar a tomada de decisões e o investimento.

Capacidade limitada do governo de gerir o risco de desastres e iniciar medidas de adaptação às mudanças climáticas: Apesar dos esforços do governo e do apoio do PNUD no sentido de fortalecer a capacidade de DRR/RRD e CCA/AMC, a capacidade técnica humana continua limitada devido aos altos níveis de rotação de pessoal atribuídos aos baixos salários e incentivos das instituições do governo que levam o pessoal profissional a procurar emprego melhor remunerado. Este fenómeno é mais pronunciado a nível provincial e distrital, onde o plano de descentralização do governo ainda não foi implementado na íntegra, dificultando o investimento em capacitação e retenção do conhecimento. Existem políticas de retenção dentro do sistema de governo que procuram desencorajar a saída do pessoal, especialmente os que beneficiaram de bolsas de estudo no exterior, que são obrigados a trabalhar no mínimo durante cinco anos para o governo antes de procurar emprego junto a outras organizações. No entanto, esta obrigação não é rigorosamente aplicada e os estudantes que regressam geralmente buscam emprego alternativo imediatamente. Em consequência disso, a capacitação tende a ser um processo contínuo para garantir que exista capacidade para promover iniciativas de redução de risco de desastres.

A integração da DRR/RRD e da CCA/AMC no processo de planificação do governo ainda está por ser reproduzida em cascata a todos os níveis: A iniciativa do governo com vista à integração da DRR/RRD e CCA/AMC em todos os sectores, apoiada pelo PNUD, ainda está na sua fase inicial. Os esforços de integração devem ser continuados, aproveitando o alto nível de interesse emergente de múltiplos sectores a todos os níveis. Terão de ser desenvolvidas ferramentas para orientar o processo de integração e fazer ainda a formação em cascata de técnicos a todos os níveis e em todo o país visando garantir a implementação efectiva das actividades programadas. Esta integração é fundamental na tomada de decisões de investimento público, onde devem ser desenvolvidos ou adoptados conceitos, métodos e instrumentos destinados a promover preocupações e mecanismos de controlo integrado da DRM/GRD e de adaptação.

Número limitado de comités locais de gestão de riscos para apoiar a gestão de risco de desastres, incluindo respostas: a criação e o equipamento dos comités locais de gestão de risco em algumas das comunidades mais vulneráveis provaram ser bem-sucedidos, sendo um dos melhores modelos para reforçar a resiliência das comunidades da região. No entanto, as actividades devem ser alargadas para abranger um maior número de comunidades vulneráveis em todo o país que estão expostas ao impacto de eventos de perigos e consequentes condições de desastre. Os comités locais de gestão de risco - CLGR (o número actual de CLGR operacional é de 1.200 espalhados por todo o país) estão ligados a sistemas de aviso prévio (principalmente de inundações e ciclones), que também são em número limitado e precisam ser aumentados para melhorar as respostas de emergência. Existem ainda preocupações relacionadas com a sustentabilidade dos comités de gestão de riscos existentes, uma vez que a sua formação é voluntária. Serão adoptados vários mecanismos, tais como actividades de geração de renda que dependem de uma comunidade, para fortalecer a sua sustentabilidade.

Processos de coordenação e recuperação: O PNUD tem apoiado o governo no fortalecimento da liderança inter e intra-sectorial e na coordenação dos processos de recuperação. Embora tais iniciativas tenham tido sucesso na melhoria da resposta do governo, há desafios que ainda precisam ser enfrentados. Por exemplo, as orientações para uma coordenação efectiva ainda não foram revistas e disseminadas. Estas terão que ser desenvolvidas e defendidas para efeitos de aplicação da lei (Lei DRM/GRD 2014).

Fortalecimento das comunidades em zonas áridas e semi-áridas para iniciativas de adaptação e resiliência dos meios de subsistência: Várias comunidades vivem em zonas áridas e semi-áridas do país onde a retenção da água devido às configurações geológicas é extremamente fraca. Essas comunidades dependem da agricultura de sequeiro, não dispondo de meios para a gestão da água nem fontes alternativas de subsistência. O projecto procurará fortalecer o desenvolvimento e a promoção de meios alternativos de gestão da água e iniciativas de subsistência, bem como a criação da sua resiliência aos impactos das mudanças climáticas. Numa fase posterior, a análise custo-benefício sobre o investimento DRR/RRD - CCA/AMC no país será avaliada para informar as vias de investimento no futuro.

II. ESTRATÉGIA

O PNUD, como organização, está empenhado em realizar mudanças de transformação no fornecimento de soluções de desenvolvimento através dos seus programas. A “Agenda para o Plano de Acção da Mudança” afirma que “o PNUD deve estar mais apto a apoiar os países a alcançar a mudança de transformação desejada através das suas agendas de desenvolvimento nacional num ambiente global cada vez mais dinâmico e conectado. O PNUD deve ajudar a melhorar a resiliência do país para fazer face aos desafios enfrentados e contribuir para aumentos reais no desenvolvimento humano nos países parceiros”. O apoio à mudança de transformação implica, entre outros aspectos, a gestão do conhecimento para garantir que os parceiros nacionais estejam melhor preparados para enfrentar qualquer tipo de desafios, assessoria de políticas estratégica, pesquisa / trabalho analítico, etc. No contexto deste projecto, alguns exemplos disso são:

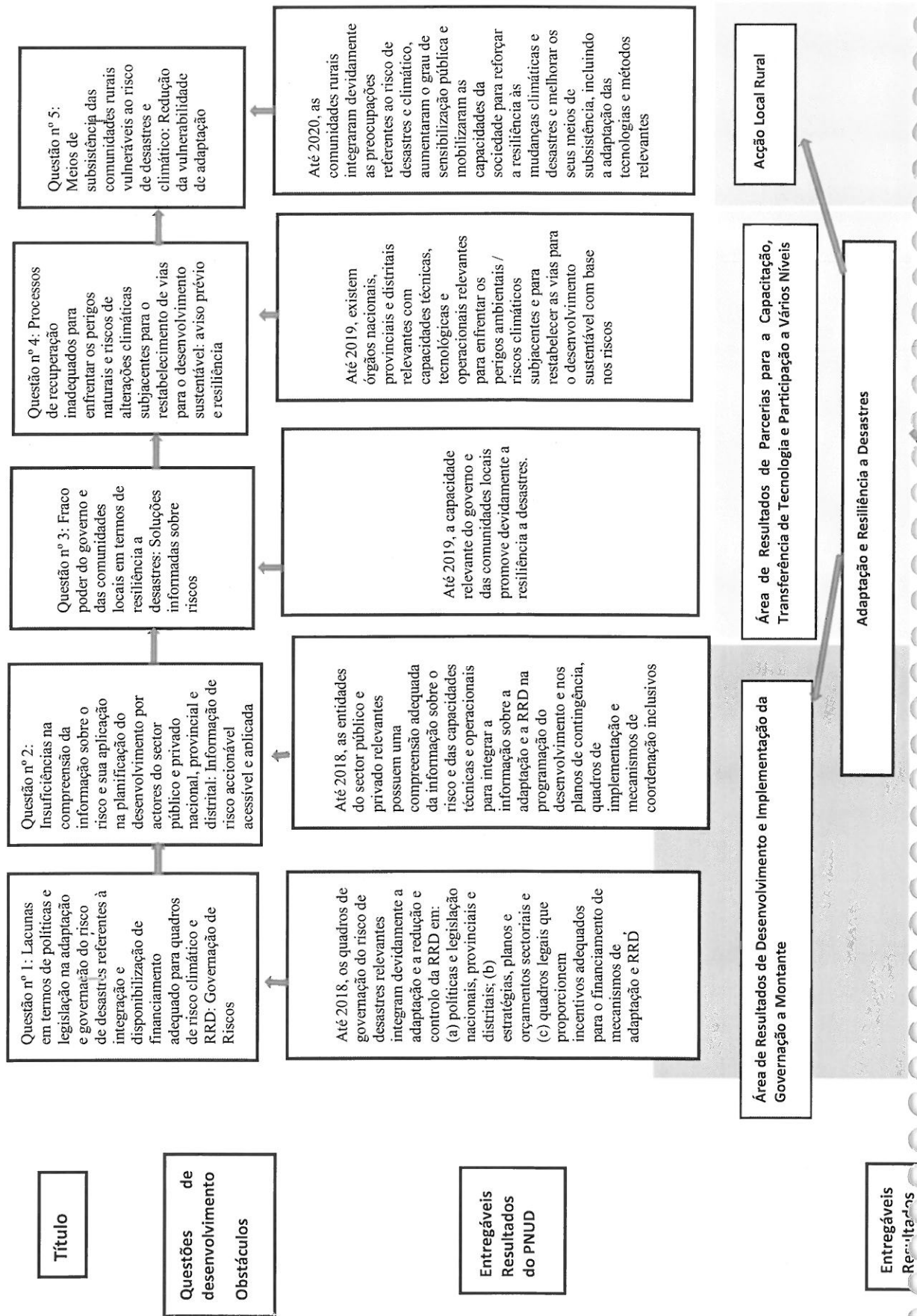
- Impacto político de alto nível. Uma parte integrante do projecto será influenciar o desenvolvimento e aprimoramento de políticas e estratégias sobre CCA/AMC e DRR/RRD e criar condições para garantir que os processos de elaboração dessas políticas e planos sejam de alta qualidade e que envolvam uma ampla gama de intervenientes. Além disso, serão introduzidas ferramentas para garantir uma medição efectiva dos resultados. Estes pontos estão integrados nos primeiros resultados do projecto. Uma base para isso é a aplicação dos princípios desenvolvidos na noção de “triplo dividendo” da DRM/GRD e adaptação que defende isso, não só para reduzir danos e perdas relacionados com desastres, mas também para melhorar a atracção de diferentes áreas e zonas geográficas para investimento e desenvolvimento e obter benefícios comuns de natureza económica e social.
- Trabalho de pesquisa e analítico. A importância da tomada de decisões baseada em evidências e da priorização das intervenções de DRR/RRD - CCA/AMC não pode ser subestimada. Ao criar a capacidade nacional de avaliação do risco de desastres e de avaliação do risco climático nos Resultados 2, 3 e 4 do projecto, espera-se que a futura análise de riscos seja feita de forma abrangente, dependendo de capacidades nacionais e não do apoio externo. Analisando os resultados da pesquisa sobre a tomada de decisões, deve-se prestar atenção a aspectos relacionados com os métodos de análise de risco, a linguagem em que é formulada, a relevância para as principais prioridades do sector, entre outros aspectos.
- Geração de conhecimento e gestão do conhecimento. O projecto compromete-se a apoiar a produção e a partilha de informação de alta qualidade, tanto interna como externamente, com parceiros relevantes. Isto aplica-se a todos os resultados do projecto, mas com ênfase no Resultado 2 – melhoria do sistema nacional de informação de riscos. A partilha de conhecimentos e de informação de e para o nível da comunidade também será essencial para alcançar os Resultados 4 e 5, envolvimento dos comités locais nas iniciativas de CCA/AMC e DRR/RRD.

O projecto fornecerá assistência técnica, obtida interna e externamente, conforme se revelar necessário, para alcançar os resultados. Os principais assessores técnicos para a DRR/RRD e CCA/AMC serão fundamentais na prestação desta assistência técnica. Haverá uma forte ênfase no desenvolvimento de capacidades do governo e das comunidades, aproveitando as estruturas dos comités do governo e da comunidade já existentes para a gestão das preocupações relacionadas com a CCA/AMC e DRR/RRD e em apoio à criação de novas estruturas para lidar com estas questões. Para atingir este objectivo, o projecto terá como alvo as estruturas governamentais a nível provincial e distrital, desenvolvendo as suas capacidades com vista a envolver as comunidades em iniciativas de DRR/RRD e CCA/AMC. Deve ser promovido o envolvimento do sector privado, bem como o seu relacionamento com o governo e a sociedade civil. Uma teoria gráfica da mudança é descrita mais adiante para destacar como o projecto procura alcançar uma mudança transformadora na resiliência a desastres.

Teoria Gráfica da Mudança

Fortalecimento das capacidades governamentais e comunitárias e quadros para a adaptação e resiliência a desastres		
Desafio / Obstáculos ao Desenvolvimento	Ordem de Saída	Intervenções
Título da Área de Resultados: Adaptação e resiliência a desastres		
Questão nº 1: Lacunas em termos de políticas e legislação na adaptação e governação do risco de desastres referentes à integração e disponibilização de financiamento adequado para quadros de risco climático e DRR/RRD	5 ↑	Até 2018, os quadros de governação do risco de desastres relevantes integram devidamente a adaptação e a redução e controlo da DRR/RRD em: (a) políticas e legislação nacionais, provinciais e distritais; (b) estratégias, planos e orçamentos sectoriais e (c) quadros legais que proporcionem incentivos adequados para o financiamento de mecanismos de adaptação e DRR/RRD
Questão nº 2: Insuficiências na compreensão da informação sobre o risco e sua aplicação na planificação do desenvolvimento por actores dos sectores público e privado a nível nacional, provincial e distrital	4 ↑	Até 2018, as entidades do sector público e privado relevantes possuem uma compreensão adequada da informação sobre o risco e das capacidades técnicas e operacionais para integrar a informação sobre a adaptação e a DRR/RRD na programação do desenvolvimento e nos planos de contingência, quadros de implementação e mecanismos de coordenação inclusivos
Questão nº 3: Fraco poder do governo e das comunidades locais em termos de resiliência a desastres	3 ↑	Até 2019, a capacidade relevante do governo e das comunidades locais promove devidamente a resiliência a desastres.
Questão nº 4: Processos de recuperação inadequados para enfrentar os perigos naturais e riscos de mudanças climáticas subjacentes para o restabelecimento de vias para o desenvolvimento sustentável	2 ↑	Até 2019, existem órgãos nacionais, provinciais e distritais relevantes com capacidades técnicas, tecnológicas e operacionais relevantes para enfrentar os perigos ambientais / riscos climáticos subjacentes e para restabelecer as vias para o desenvolvimento sustentável com base nos riscos
Questão nº 5: Meios de subsistência das comunidades rurais vulneráveis ao risco de desastres e climático	1 ↑	Até 2020, as comunidades rurais integraram devidamente as preocupações referentes ao risco de desastres e climático, aumentaram o grau de sensibilização pública e mobilizaram as capacidades da sociedade para reforçar a resiliência às mudanças climáticas e desastres e melhorar os seus meios de subsistência, incluindo a adaptação das tecnologias e métodos relevantes

Resumo do Modelo de Intervenção de Criação de Resiliência ao Risco Climático e de Desastres -Resumo TOC Gráfico)



O programa identifica e aborda 5 obstáculos críticos. Dentro do ciclo do programa e com esforços sustentados com vista a integrar os riscos climáticos e de desastres no plano e orçamento, seria garantido um desenvolvimento com base no conhecimento dos riscos. Tal permitiria um processo de transformação para assegurar o desenvolvimento sustentável, conforme representado no gráfico acima.

A Teoria da Mudança baseia-se na afirmação de que qualquer progresso em direcção à consolidação da redução de risco climático e de desastres relevante e adaptado ao contexto requer sistemas de governação do risco de desastres (políticas, legislação e estratégias) a montante e o Motor de Transformação com a Caixa de Velocidades representada como blocos no diagrama acima, informado pela compreensão adequada das informações sobre o risco e apoiado por capacidades técnicas e operacionais para integrar informação integrada de risco climático e de DRR/RRD em planos e orçamentos de desenvolvimento, quadros de implementação e mecanismos de coordenação inclusivos. Os sistemas de governação do risco de desastres estimuladores devem resultar no fortalecimento das capacidades governamentais e locais (Caixa de Velocidades da Transformação) para reforçar adequadamente os mecanismos de prontidão entre os sectores público e privado, o governo local e as OSC. Isto resultaria no fortalecimento das habilidades e práticas de resiliência às mudanças climáticas e de DRR/RRD na sociedade, particularmente na abordagem dos sectores sensíveis ao clima a nível provincial, distrital e rural. Isto aumentaria os esforços de recuperação e reforço da resiliência e capacitação para a adaptação às mudanças climáticas e para enfrentar os riscos de desastres (Caixa de Velocidades da Transformação). Este facto levará subsequentemente a que as comunidades urbanas e rurais a jusante integrem devidamente os riscos de desastres e climáticos e possuam níveis adequados de consciencialização pública. Consequentemente, desencadearia a mobilização de capacidades sociais destinadas a reforçar ainda mais a resiliência às mudanças climáticas e desastres, incluindo a adaptação de tecnologias e métodos relevantes a nível comunitário (Rodas de Transformação).

Se todas as condições nos pressupostos subjacentes acima forem cumpridas, os processos de transformação devem, em última instância, resultar na obtenção de uma maior resiliência, desenvolvimento informado sobre o risco e meios de subsistência sustentáveis e melhoria da qualidade de vida dos jovens, mulheres e homens (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo). Estes manifestar-se-ão no seguinte:

- Compromisso contínuo em relação a acções concretas a nível político, de políticas e operacional que levará à consideração e integração do risco nos sistemas de governação.
- Maior espaço para a participação inclusiva dos cidadãos e actores não estatais (órgãos de informação, sector privado, OSC, académicos) nos processos de criação de uma cultura e práticas de resiliência.
- Melhoria da apropriação nacional da resiliência a desastres, processos de desenvolvimento e resultados apoiados pelo uso efectivo de recursos humanos e financeiros nacionais para impulsionar a agenda da transformação.
- Governos locais habilitados, empenhados e responsáveis que permitem a criatividade e a participação social a nível local e a escala de experiências bem-sucedidas localmente em desenvolvimento informado sobre os riscos.

III. RESULTADOS E PARCERIAS

Resultados Esperados

Este programa, informado pela Estratégia do PNUD (2015-2017), está alinhado com:

- Áreas Prioritárias do Quadro Sendai (1. Compreender o Risco de Desastres; 2. Reforçar a governação do risco de desastres para gerir desastres; 3. Investir na redução de risco de desastres para a resiliência e 4. Aumentar a resiliência a desastres para uma resposta efectiva e *reconstruir melhor* na reabilitação da recuperação e reconstrução);
- Os ODS (objectivos específicos: 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares; 9. Construir infra-estrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e promover a inovação; 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e os seus impactos); e
- Além do acima mencionado, está em consonância com o Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas e o Pilar Prioritário V do Governo de Moçambique: *Garantir a Gestão Transparente e Sustentável dos Recursos*

Naturais e do Meio Ambiente e com o Resultado 10 do UNDAF (2017-2020): As comunidades são mais resilientes ao impacto das mudanças climáticas e dos desastres. Está alinhado ainda com o Pilar 2 do CPD do PNUD: Resiliência e gestão dos recursos naturais.

Para obter estes resultados, o projecto procura apoiar o desenvolvimento de quadros legais sobre a adaptação e redução de riscos; fortalecer as capacidades nacionais; facilitar a comunicação e a aplicação de informações accionáveis sobre os riscos, acesso a informações sobre o risco de desastres e climático; institucionalizar e promover a sustentabilidade de ferramentas, metodologias e abordagens comuns padronizadas; e estabelecer um sistema de contabilização de danos e perdas. Procura ainda fortalecer os Sistemas de Aviso Prévio (SAP) e melhorar os processos de prontidão e de recuperação da resiliência que garantam a transformação social após a ocorrência de um desastre.

Resultado 1. Mecanismos de políticas, legais e institucionais melhorados para a adaptação às mudanças climáticas e gestão de risco de desastres – Governança do Risco de Desastres: as políticas existentes e os mecanismos de governança do risco de desastres para o reforço da resiliência das comunidades aos desastres e a adaptação às mudanças climáticas são inadequadas em relação à actual mudança demográfica, urbanização e desenvolvimento de infra-estrutura. A actual Lei de DRM/GRD exige estatutos, estratégias e regulamentos para facilitar a sua implementação. Além disso, as políticas sectoriais, tais como os códigos de construção, a gestão ambiental e de uso do solo, bem como a segurança dos meios de subsistência, que poderiam apoiar as iniciativas governamentais em matéria de resiliência, geralmente são obsoletas ou carecem de revisão e mesmo quando as políticas existem, há poucas estratégias para melhorar a implementação e fortalecer as capacidades institucionais necessárias. É essencial notar que a questão da gestão do ambiente e do uso da terra está reflectida no âmbito do apoio ao programa do Fundo Global do Ambiente ao MITADER.

Actividade 1.1: Apoiar o governo e os ministérios relevantes na elaboração e revisão dos estatutos, regulamentos, políticas e estratégias adequados em DRR/RRD e CCA/AMC, bem como a sua divulgação para aprimorar a implementação da Lei sobre a DRM/GRD e contribuir ainda mais para a agenda de resiliência do governo;

Actividade 1.2: Apoiar o governo na elaboração e divulgação de directrizes / protocolos para a partilha de informação, um sistema funcional de gestão de informação sobre a DRM/GRD e a elaboração de directrizes sectoriais sensíveis ao género sobre a integração e monitoria de intervenções de DRR/RRD - CCA/AMC.

Resultado 2. Perigos e perfis de vulnerabilidade aprimorados através de uma melhor avaliação de riscos de desastres e climáticos e gestão de informação: informação sobre o risco de desastres accionável acessível e aplicada à programação: A actual falta de compreensão de como os perigos levam a desastres e as diferentes abordagens para reforçar a resiliência da comunidade aos desastres e às mudanças climáticas requerem intervenções direccionadas. O impacto das catástrofes nos diferentes grupos sociais deve ser reconhecido durante a planificação. A questão da tomada de decisões com base em informações sobre o risco para o desenvolvimento sustentável e acção humanitária deve ser prosseguida através da definição de indicadores para medir a programação baseada em informações sobre o risco. O mesmo se aplica durante as emergências, em que a capacidade local de colecta e análise dos dados a serem utilizados para a tomada de decisões a todos os níveis e a comparação regional são limitadas pela falta de procedimentos padronizados, qualidade dos dados e recursos. Isso também se aplica a informações sobre o clima, área em que os dados são fundamentais para o aviso prévio e acções atempadas.

A este respeito, e capitalizando a base estabelecida pelos programas anteriores do PNUD – especialmente na avaliação de riscos, a produção de um “Atlas Nacional de Riscos de Moçambique (ANRM)” será crucial para a criação da resiliência a nível comunitário, provincial e nacional. A análise de riscos baseada em activos e relacionada com o que as pessoas consideram importante nas suas vidas é crucial para a produção do Atlas. O Atlas irá gerar evidências para apoiar a planificação do desenvolvimento com conhecimento dos riscos. A produção do Atlas aumentará significativamente a liderança das autoridades nacionais, os mecanismos de coordenação e o envolvimento dos intervenientes. Será contextualizado de modo a permitir a consulta

amiga do utilizador e a divulgação do seu conteúdo a todos os níveis, incluindo a nível das comunidades. Será criado um “Observatório Nacional de Desastres” para apoiar o Atlas através do registo de informações sobre desastres e risco climático ao longo do tempo.

Actividade 2.1: Produção de um “Atlas Nacional de Riscos de Moçambique (ANRM)” que inclua: perfis nacionais de perigos e riscos específicos ao utilizador; uma biblioteca electrónica nacional de informações sobre os riscos, uma infra-estrutura nacional de dados para a avaliação e mapeamento dinâmicos de riscos, um sistema nacional de informação sobre os riscos, bem como metodologias e ferramentas unificadas, com base em avaliações de risco nacionais específicas aos perigos já existentes.

Actividade 2.2: Desenvolvimento de um “Observatório Nacional de risco de Desastres” (ONRD) que inclua: uma base de dados nacional integrada de desastres; ferramentas analíticas de desastres (isto é, monitoria, análise, mapeamento e relatórios de desastres); uma rede institucionalizada de relatórios de desastres, baseada na base de dados nacional sobre danos e perdas existente.

Actividade 2.3: Criação de uma plataforma online para a gestão de informação destinada a fortalecer as iniciativas de adaptação e resiliência a desastres. Partilha de informação sobre dados hidro e agro-meteorológicos para uma acção atempada.

Actividade 2.4: Promover o desenvolvimento e a divulgação de metodologias e ferramentas científicas destinadas a registar e partilhar perdas causadas por desastres, bem como dados e estatísticas relevantes sobre o género, idade e sexo e ainda para monitorizar processos de construção e criação de riscos de desastres.

Resultado 3. Capacidades do governo e da comunidade fortalecidas para criar a resiliência a desastres – promovendo soluções informadas sobre os riscos: Capacitar o governo em matéria de gestão de riscos com o intuito de reforçar a resiliência da comunidade é uma actividade crucial para o desenvolvimento sustentável. A rotação de pessoal é cada vez maior, pois muitos profissionais treinados procuram oportunidades de emprego com melhor remuneração junto a outras organizações. Tal requer programas de advocacia e de capacitação contínua para garantir que as habilidades sejam retidas nas instituições governamentais relevantes para implementar iniciativas de DRR/RRD e CCA/AMC, especialmente na integração de DRR/RRD e CCA/AMC nos processos de planificação. O conceito de integração da DRR/RRD e da CCA/AMC está a ganhar ímpeto na agenda de desenvolvimento do governo; no entanto, ainda não abordou o impacto que os desastres têm nos diferentes grupos demográficos, sociais e económicos, especialmente nas mulheres. Os desafios relacionados com o empoderamento das mulheres não são devidamente tratados nos processos de DRR/RRD e CCA/AMC. Esta situação é muitas vezes atribuída a uma falta de compreensão de como os vários grupos são afectados de forma diferente em qualquer emergência dada à falta de dados desagregados e de planificação / implementação / monitoria de género em todas as fases da DRM/GRD de modo a responder a diferentes necessidades e interesses de homens e mulheres.

Actividade 3.1: Acções de capacitação: coordenação intersectorial; promoção da cooperação / troca de experiências Sul-Sul;

Actividade 3.2: Promover as OSC, ONG locais e envolvimento do sector privado na elaboração de planos de resposta / prevenção;

Actividade 3.3: Apoiar o governo na elaboração, implementação e monitoria de planos locais de adaptação (PLA);

Actividade 3.4: Integração da DRR/RRD e CCA/AMC: capacitar o governo para que possa integrar a DRR/RRD e CCA/AMC em instrumentos e estratégias de planificação a todos os níveis, usando ferramentas e directrizes desenvolvidas em (1);

Actividade 3.5: Desenvolvimento de ferramentas para monitorizar os investimentos em DRR/RRD e CCA/AMC, bem como para fortalecer a integração da perspectiva de género nos planos de desenvolvimento (em colaboração com a ONU Mulheres).

Resultado 4. Processos de prontidão e recuperação de desastres reforçados – Sistemas de aviso prévio e recuperação resiliente: Para responder efectivamente a qualquer desastre, a prontidão (incluindo exercícios de simulação) é fundamental para garantir a disponibilidade dos recursos necessários. A equipa humanitária das Nações Unidas no país observou no seu relatório abrangente de avaliação de cheias que a taxa de mortalidade resultante de desastres reduziu desde as cheias de 2000 (de 800 em 2000 para 113 em 2013) por causa da prontidão do governo. O fortalecimento dos sistemas de aviso prévio para uma acção atempada é crucial para reduzir a vulnerabilidade das comunidades. A prontidão inclui ainda a criação e o equipamento de Comités Locais de Gestão de Riscos (CLGR) ligados a sistemas de aviso prévio (cheias e ciclones) estabelecidos em todas as comunidades mais vulneráveis do país. Existem sistemas de aviso prévio significativos para cheias e ciclones mas para a seca, apesar da pesada carga que representam nos meios de subsistência das comunidades e na economia, os sistemas de aviso prévio são limitados e este é um aspecto que deve ser explorado além das estratégias de recuperação sectorial para reforçar o conceito de “Reconstruir melhor”.

Actividade 4.1: Fortalecimento da prontidão para emergências: planificação de contingência e exercício de simulação;

Actividade 4.2: Institucionalização de um mecanismo funcional para sistemas de aviso prévio para melhorar a acção atempada;

Actividade 4.3: Criação, capacitação e manutenção de comités locais de gestão de riscos para o aviso prévio e acções atempadas;

Actividade 4.4: Acções de capacitação e protocolos (Manuais de Procedimentos – SOP) para a geração e disseminação de informação de aviso prévio;

Actividade 4.5: Definição de directrizes de recuperação que incluam a avaliação pós-danos e das necessidades (governo, parceiros de desenvolvimento e OSC), a capacitação e a programação da recuperação.

Resultado 5. Acções de resiliência às mudanças climáticas e meios de subsistência das comunidades melhorados para a resiliência a desastres – adaptação e redução da vulnerabilidade: Moçambique possui altas taxas de analfabetismo (32% nos homens e 68% nas mulheres) e uma grande população que vive na pobreza (54,7% em 2009). Este facto, aliado ao investimento limitado em tecnologia (incluindo tecnologia à prova de clima) e insuficiências nos serviços sociais, resultou no baixo nível de consciencialização e na capacidade limitada de resposta ao clima e aos riscos de desastres entre as populações mais vulneráveis. Serão procuradas acções relevantes resilientes às mudanças climáticas para serem adoptadas em comunidades específicas. Além disso, serão promovidas iniciativas inovadoras e meios de subsistência alternativos para a adaptação e mitigação de choques e tensões, especialmente nas zonas áridas e semi-áridas.

Actividade 5.1: Promoção de tecnologia para adaptação e reforço da resiliência, incluindo a recolha e gestão eficiente da água nas zonas áridas e semi-áridas (captação de águas pluviais, parcerias público-privadas para a gestão da água);

Actividade 5.2: Promoção da diversificação de actividades de geração de renda nas zonas áridas e semi-áridas através dos CERUM (Centros Distritais de Recursos e de Uso Múltiplo);

Actividade 5.3: Investimento na pesquisa de tecnologias inovadoras e análise custo-benefício para apoiar a adaptação e a resiliência a desastres, especialmente para as comunidades das zonas áridas e semi-áridas;

Actividade 5.4: Promover a pesquisa científica e a disseminação sobre mudanças climáticas, sistemas de aviso prévio e inovação para acções atempadas.

Recursos Necessários para Alcançar os Resultados Esperados

O programa será executado com o apoio do pessoal do PNUD – pessoal de DDR/RRD - CCA/AMC, incluindo: O Assessor Técnico Principal, Oficial de Programas, Assessores Provinciais (3) e Assistente do Programa. Sempre que for necessário, serão recrutados consultores para apoiar a realização de actividades específicas. Nas províncias e distritos, o programa também deverá alavancar as capacidades com vista a garantir que as actividades sejam efectivamente realizadas e que atendam às necessidades dos grupos-alvo. A seguir é

apresentado um orçamento indicativo para cada produto, bem como o orçamento para a gestão de programas; comunicação e produto de conhecimento. Como parte dos requisitos do PNUD, todos os programas terão de pagar pelos Serviços de Gestão Geral (GMS). Este aspecto também é abordado na tabela abaixo.

Resultado	A1 + A2 + A3 + A4: Orçamento Indicativo (USD)		
	PNUD (Trac ¹⁴)	Doador - China ¹⁵ (TBC)	Outros Doadores ¹⁶ (TBM)
Resultado 1: Mecanismos de políticas, legais e institucionais melhorados para adaptação às mudanças climáticas e gestão de risco de desastres: Governança do Risco de Desastres	468.000	50.000	105.000
Resultado 2: Perfis de perigos e de vulnerabilidade aprimorados através de uma melhor avaliação do risco de desastres e climático e gestão de informação para a tomada de decisões baseada na informação sobre o risco a nível nacional, provincial e distrital: informação sobre o risco accionável acessível e aplicada à programação	885.000	625.000	185.000
Resultado 3: Capacidades do governo e da comunidade fortalecidas para o reforço da resiliência a desastres: promoção de soluções baseadas na informação sobre o nível de risco para a resiliência	495.000	135.000	120.000
Resultado 4: Processos de prontidão e recuperação de desastres reforçados: Sistemas de aviso prévio e recuperação resiliente	885.000	400.000	305.000
Resultado 5: Acções de resiliência às mudanças climáticas e meios de subsistência da comunidade melhorados para a resiliência a desastres: adaptação e redução da vulnerabilidade	580.000	55.000	155.000
Produtos de comunicação e conhecimento	40.000
Auditoria	40.000
Custo de gestão de programas	2.280.000
Serviços de Gestão Geral			

Parcerias

As parcerias são o centro da implementação dos programas do PNUD. Dependendo da área temática e da província em foco, as parcerias serão exploradas com inovações para recompensar novas formas de actuação através de processos competitivos. O programa trabalhará no sentido de fortalecer a colaboração e as parcerias entre as instituições governamentais competentes responsáveis pelas mudanças climáticas e DRR/RRD, agências das Nações Unidas, sector privado, organizações da sociedade civil (OSC) e ONG, bem como instituições de pesquisa e académicos. Tal será feito com o objectivo de colmatar as lacunas na informação sobre o clima e no conhecimento do risco de desastres para informar a planificação do desenvolvimento. A colaboração também garantirá a redução da divisão humanitária e de desenvolvimento, contribuirá para alcançar resultados de qualidade para a redução da pobreza sensível ao género e protegerá os ganhos de desenvolvimento de forma ambientalmente sensível para a resiliência a longo prazo. Com ênfase nas parcerias entre sectores e profissões, a cooperação Sul-Sul será um pilar da parceria e colaboração para a implementação bem-sucedida do projecto.

¹⁴Trac: Fundos do PNUD alocados ao governo para a GRD

¹⁵ TBC: Fundos esperados da China (MOFCOM) – ante-projecto enviado para análise

¹⁶ TBM: Espera-se que os fundos sejam mobilizados de outros doadores durante o ciclo de vida do programa

O programa proposto envolverá, portanto, a colaboração e a parceria com vários actores humanitários e de desenvolvimento regionais e nacionais envolvidos no apoio à acção contra as mudanças climáticas, gestão de risco de desastres e iniciativas de reforço da resiliência. A parceria com o Sistema das Nações Unidas será fundamental para operacionalizar as alianças de resiliência com a FAO, UNCDF, PMA e UNICEF. O PNUD trabalhará em estreita colaboração com a ONU-Mulheres para garantir que as dimensões de género na DRR/RRD sejam bem articuladas e acauteladas ao longo da fase do projecto. No fortalecimento das informações de aviso prévio e sobre riscos, será procurada uma maior colaboração e harmonização de esforços com a DANIDA e a Visão Mundial.

O PNUD também coordenará de perto a sua abordagem sobre a capacitação com o sector de DRR/RRD do Banco Mundial no país. Também será estabelecida uma parceria com o Banco Mundial e a UE para a Avaliação Pós-Danos e das Necessidades (PDNA), o que resultará num exercício liderado pelo governo que reunirá informação num único relatório consolidado, detalhando os impactos físicos de um desastre, o valor económico dos danos e perdas, os impactos humanos vividos pelas populações afectadas e as necessidades e prioridades imediatas e a longo prazo relacionadas com a recuperação. A PDNA é regido por acordos tripartidos institucionais e legalizados entre o Banco Mundial, o sistema das Nações Unidas e a UE. A PDNA é a modalidade principal através da qual estas instituições maximizam a coerência para facilitar o impacto das exigências feitas pelas organizações internacionais aos governos que enfrentam catástrofes naturais.

Riscos e Pressupostos

Risco	Resposta de Gestão
O quadro conceitual e a teoria da mudança podem ser ultrapassados por questões emergentes no ambiente de desenvolvimento em rápida mudança em Moçambique.	O programa possui um plano de avaliação e quadro de monitoria robustos para assegurar que o programa / projectos se mantenham relevantes. O programa no país elaborou um plano de contingência para responder às questões emergentes que precisam de uma resposta do PNUD.
Os investimentos do PNUD e o apoio às estruturas do governo são traduzidos em planos de desenvolvimento nacionais, provinciais e distritais.	O PNUD utiliza a sua presença nacional para adaptar os principais quadros governamentais em planos de desenvolvimento nacionais, provinciais e distritais O PNUD encoraja os parceiros dos outros sectores a garantir a adaptação dos quadros governamentais.
A falta de recursos adequados representará um desafio na obtenção dos resultados do programa DDR/RRD - CCA/AMC	O PNUD está actualmente a desenvolver um programa com a China para garantir recursos adicionais para o programa Será desenvolvida uma estratégia de comunicação sustentada e visível para o projecto para atrair novas parcerias e recursos para o programa
Risco de atrasos devido à falta de compreensão / conformidade com os procedimentos NIM do PNUD	O PNUD actualmente está a avaliar o potencial de pagamentos directos aos provedores de serviços, sempre que possível. Os parceiros de implementação também estão a passar por processos NIM e isso será feito anualmente para manter o ímpeto da conformidade.
Risco de mudanças políticas que afectem as prioridades do governo	A situação política está a ser analisada e a selecção de áreas de apoio tomará em consideração opções que permitirão a implementação das actividades, mesmo que haja mudanças políticas.
A mudança de pessoal, tanto nos escritórios de representação do PNUD como nos escritórios nos países, bem como no governo, poderá atrasar o processo de implementação, pois os novos funcionários podem não apreciar a intenção do programa e, portanto, haver pouco apoio.	O PNUD terá uma actualização periódica sobre as actividades do projecto e novos funcionários (PNUD e parceiros de implementação) serão informados sobre os programas em curso. O PNUD assegurará que este seja um processo contínuo ao longo da implementação do programa.

Participação de Intervenientes

O programa procura apoiar os governos na criação de comunidades resilientes ao risco de desastres e na adaptação às mudanças climáticas. Os principais intervenientes serão o INGC, MITADER, INAM e MEF. O foco incidirá nas três províncias prioritárias do PNUD – Gaza, Nampula e Cabo Delgado. Será igualmente prestada atenção às províncias que são regularmente afectadas por desastres comuns e frequentes e por impactos climáticos. As ONG e os grupos comunitários que contribuam para a resiliência a desastres também farão parte dos intervenientes. Os principais intervenientes acima mencionados determinarão os desafios prioritários, bem como os resultados para o programa.

Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSC/TrC)

Trabalhar com os parceiros para garantir a adaptação e resiliência a desastres de longo prazo requer um forte apoio da colaboração mundial e regional, a cooperação Sul-Sul e o intercâmbio de conhecimentos. Os conhecimentos nacionais, a experiência das instituições governamentais que participam no programa e outros actores serão convidados a contribuir para um desenvolvimento a longo prazo baseado na informação sobre riscos. Serão exploradas oportunidades de construção resiliente com agências especializadas e países com uma experiência e sucesso consideráveis em gestão de risco de desastres, como a China, a Dinamarca, a Suécia e a Suíça, entre outros. A cooperação Sul-Sul será promovida com o Instituto Nacional de Redução de Desastres da China e o Centro Asiático de Prontidão para Desastres (Asian Disaster Preparedness Center - ADPC) com o objectivo de alavancar os seus conhecimentos e experiências no tratamento da gestão de risco de desastres. Será promovida e encorajada a troca de experiências de província para província e de comunidade para comunidade dentro e fora do país, com vista à partilha das melhores práticas e conhecimentos especializados.

Conhecimento

Os programas do PNUD enfatizam a partilha de conhecimentos sobre as lições aprendidas e as histórias de sucesso das actividades. Além das capacidades que serão desenvolvidas para abrir caminho para uma melhor compreensão e para a tomada de decisões com base em informações sobre o nível de riscos, serão gerados os seguintes produtos de conhecimento durante o seu ciclo de vida:

- Perfis de catástrofes nacionais e directrizes sobre dados referentes a danos e perdas;
- Ferramentas para a GRD; Observatório de Desastres;
- Ferramenta de Género e DRR/RRD; Quadros jurídicos / reguladores para a GRD;
- Directrizes para a integração sectorial da DRR/RRD - CCA/AMC;
- Ferramentas dos processos de recuperação: directrizes de recuperação; PDNA; Directrizes sobre recuperação específicas aos sectores;
- Padrões contextualizados para a criação de resiliência;
- Directrizes sobre os sistemas de aviso prévio de inundações e secas; biblioteca electrónica; Atlas de Desastres; página na Internet; protocolos para a partilha de informação meteorológicas;
- Elaboração de um compêndio das melhores práticas referentes a diversos aspectos da prontidão, risco climático, DRR/RRD e recuperação, que incluem instituições, políticas, etc.
- Pacotes de formação sobre aviso prévio, recuperação e resiliência para profissionais do governo e internacionais e portal de conhecimentos sobre a recuperação e resiliência.

Serão oferecidas acções de aprendizagem com o objectivo de integrar os conhecimentos emergentes, incluindo os de programas anteriores e trocar experiências de implementação do programa em todo o país com vista a melhorar a implementação do programa. As melhores práticas e mais relevantes serão documentadas para informar a formulação de novas intervenções no âmbito deste programa. Será criada uma rede de campeões da inovação de intervenções na área de DRR/RRD e risco climático.

Visibilidade: Parte das competências do programa será gerar um site, elaborar o Atlas e criar plataformas para a GRD. Todos os produtos resultantes do programa serão carregados no site e deverão ostentar o logotipo do PNUD, bem como o de outros parceiros e doadores. Vários canais de comunicação, incluindo as redes sociais (Twitter, Facebook, Skype, etc.) também serão usados para levar o trabalho do PNUD neste programa para o domínio público.

Sustentabilidade e Incremento

O programa foi concebido de forma a garantir a sua sustentabilidade após a conclusão do programa através de uma transição gradual. As cascatas da Teoria da Mudança concentram-se em questões que vão desde a governação a montante até à integração de longo prazo a nível local do desenvolvimento baseado no conhecimento de riscos. O programa aplicará uma abordagem de implementação que promova a sustentabilidade, garantindo a plena apropriação nacional dos métodos e processos, a obtenção de resultados exclusivamente através da capacitação nacional e promovendo a institucionalização das melhores práticas internacionais relevantes a todos os níveis do país. Espera-se que a criação e/ou o fortalecimento de sistemas e capacidades nacionais, provinciais e distritais de recuperação do risco de desastres equipem o país com os recursos e capacidades governamentais, institucionais e técnicas necessários para abordar as prioridades e os processos de recuperação e resiliência de forma independente. O fortalecimento das capacidades nacionais na gestão do aviso prévio e das acções iniciais, prontidão e recuperação também deverá reduzir a dependência do país em matéria de ajuda e financiamento externos / internacionais, em particular no que se refere à avaliação das necessidades, à planificação da recuperação e à transição para a recuperação e resiliência. O programa também procurará incorporar os seus processos e resultados nos sistemas e quadros institucionais existentes a nível nacional, provincial e distrital, de modo a garantir a sustentabilidade.

Sempre que se revelar necessário, o programa irá criar redes e espaços para a partilha de conhecimentos e forjar parcerias entre províncias / distritos e fortalecer a prática de aviso prévio, acção atempada, recuperação e reforço da resiliência. A capacitação em matéria de gestão e recuperação de riscos no país, bem como o envolvimento de todos os intervenientes relevantes nesta área de trabalho galvanizarão a sustentabilidade. Este aspecto será fortalecido através de uma saída gradual do apoio do nível mais baixo (modelagem de intervenção a nível comunitário e mobilização social) para o apoio do nível mais elevado (apoio a políticas com base em evidências).

As capacidades desenvolvidas no país e ancoradas em sistemas de planificação e orçamentação nacionais, provinciais e distritais irão garantir o incremento das intervenções, usando os mecanismos de apropriação guiados pela comunidade e por vários intervenientes.

IV. GESTÃO DO PROJECTO

Eficiência e Eficácia de Custos

A estratégia do programa delineada requer a interacção com uma série de intervenientes fundamentais a nível nacional, provincial e distrital, académicos, ONG, as comunidades e o sistema das Nações Unidas. Estes intervenientes possuem alguma experiência na implementação de programas similares. As lições aprendidas serão capitalizadas por forma a garantir a máxima eficiência e eficácia das actividades do programa. Conforme observado na Teoria da Mudança, o envolvimento de beneficiários e intervenientes a montante e a jusante irá aumentar ainda mais a apropriação e a eficácia do programa. Além disso, constituirá uma oportunidade para definir uma via e estratégia de saída adequadas que garantam a sustentabilidade do programa.

Gestão do Projecto

Resultados da avaliação da capacidade do Parceiro de Implementação

Haverá dois parceiros de implementação principais para este projecto: o INGC e o MITADER. A fim de assegurar uma estreita ligação programática entre a redução de risco de desastres e a adaptação às mudanças climáticas, o projecto irá partilhar a mesma direcção, sendo o INGC o signatário do desembolso dos fundos. A avaliação da capacidade do INGC e do MITADER foi feita utilizando o modelo padrão do PNUD e abarcou as seguintes áreas:

- Situação Legal
- Organizações Proibidas
- Compromisso da Liderança

- Experiência em Gestão e Qualificações
- Habilidades e Conhecimentos Técnicos
- Aquisições (Procurement)
- Recrutamento
- Gestão Financeira

Verificou-se que a capacidade dos Parceiros de Implementação nestas áreas era adequada para a implementação do projecto. Tanto o INGC como o MITADER implementaram projectos apoiados pelo PNUD durante o programa de 2007-2011 e também 2012-2016 do país e, como tal, ambos estão familiarizados com as políticas e procedimentos do PNUD. No entanto, constatou-se que o INGC poderia beneficiar de apoio adicional para melhorar a implementação do projecto através do fortalecimento da capacidade financeira e dos processos de aquisição. Para o MITADER, notou-se que a capacidade técnica ainda precisa ser desenvolvida na nova área de mudanças climáticas como uma questão emergente, mas menos noutras questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental. A preocupação reside principalmente no número reduzido de pessoal técnico experiente do Ministério, cujo volume de trabalho tende a ser muito maior do que seria de desejar, uma vez que um número reduzido de funcionários deve fornecer conhecimentos técnicos para muitos projectos e iniciativas ao mesmo tempo, além das suas funções do dia-a-dia no Ministério.

Com o INGC e o MITADER como parceiros de implementação, haverá dois directores / gestores do projecto. O Director-Geral do INGC será o Director do Projecto principal da componente INGC e o mesmo será coadjuvado por um CTA do PNUD. O director da Direcção Nacional de Gestão Ambiental será o Director do Projecto para a componente MITADER. Será fornecida assessoria técnica através do CTA, especializado em ambiente e adaptação às mudanças climáticas. O CTA do MITADER no âmbito do Projecto Ambiental articulará com o Director do MITADER e com o CTA do INGC no que concerne a implementação de actividades específicas no âmbito do MITADER neste projecto. O projecto também apoiará 2 cargos (Oficial do Programa e Assistente do Programa), sob a tutela do PNUD em regime de contrato de serviços, a fim de garantir que a gestão do projecto decorra de forma suave. Haverá ainda 3 assessores provinciais em cada uma das três províncias de Cabo Delgado, Nampula e Gaza, a fim de garantir a inclusão da DDR/RRD - CCA/AMC em processos e planos de planificação descentralizada.

O projecto será implementado através de 6 departamentos do INGC: o Departamento de Planificação e Coordenação; o Departamento de Prevenção e Mitigação; o Centro Nacional de Operações de Emergência (CENOE); o Departamento de Zonas Áridas e Semi-áridas (DARIDAS); o Departamento de Coordenação do Reassentamento (GACOR) e UNAPROC. As actividades a cargo do MITADER serão realizadas pela Direcção de Gestão Ambiental.

Papel da Instituição de Cooperação do Governo

A Instituição de Cooperação do Governo será o MINEC neste caso, o que facilitará o trabalho da direcção do projecto com dois parceiros de implementação, o INGC e o MITADER. O MINEC presidirá as reuniões da Direcção do CPD e do UNDAF, mas a reunião da Direcção do projecto será presidida pelo Director-Geral do INGC.

Modalidades de colaboração com projectos relacionados (caso existam)

Haverá uma colaboração específica e importante com o Projecto Ambiental do PNUD "Gestão Sustentável dos Recursos Naturais para o Desenvolvimento Resiliente e Equitativo". Esta colaboração apoiará a integração da DDR/RRD - CCA/AMC nos planos e estratégias sectoriais e garantirá que as componentes de RDD e CCA/AMC sejam incluídas nos planos de desenvolvimento e nos ciclos de planificação provinciais e distritais. O projecto basear-se-á igualmente nos acordos de parceria celebrados com as agências das Nações Unidas no âmbito do UNDAF/CPD 2017-2020, particularmente nas áreas de Redução de Risco de Desastres e Mudanças Climáticas. O projecto será parte do UNDAF/CPD 2017-2020 e as parcerias serão ainda mais fortalecidas através da colaboração com outros projectos apoiados pelo PNUD, por exemplo o projecto de

Biodiversidade para alavancar as sinergias com vista a alcançar os objectivos pretendidos. Também haverá colaboração com a unidade de pobreza do PNUD para investigar formas inovadoras de reduzir a vulnerabilidade. Por exemplo, através de produtos de microfinanças ligados ao risco de desastres e de ligações com instituições de microfinanças para que as comunidades vulneráveis tenham acesso a mecanismos de financiamento.

Contributos dos Parceiros de Implementação e quaisquer outros contributos do Governo:

- Será disponibilizado espaço de escritório para o CTA no INGC. Serão ainda disponibilizados espaços para reuniões, etc., consoante as necessidades.
- Os directores do projecto alocarão tempo das suas equipas para as actividades do projecto.
- O governo de Moçambique está empenhado em implementar actividades nas áreas de mudanças climáticas e redução de risco de desastres e aloca orçamento do Estado para a realização de tais actividades. A dimensão desta contribuição é descrita anualmente no PES e o projecto irá monitorizar o progresso. Este projecto é desenhado de forma a complementar as iniciativas em curso financiadas pelo governo.

Modalidades de transferência de dinheiro para o projecto e quaisquer actividades de garantia relacionadas

Uma vez que este será um programa de Implementação Nacional (NIM), as transferências de dinheiro serão feitas trimestralmente para as actividades programadas no cumprimento dos mecanismos da Abordagem Harmonizada para Transferência de Dinheiro – HACT (usando o formulário FACE) e de acordo com os planos de trabalho anuais (PTA) aprovados. Serão elaborados relatórios financeiros trimestrais para justificar as despesas destas transferências de dinheiro para o PNUD de forma atempada. O PNUD deve garantir que o pessoal dos Parceiros de Implementação seja treinado nos procedimentos da HACT e o pessoal do programa do PNUD nos escritórios de representação do país irá assegurar que estes procedimentos sejam cumpridos pelos Parceiros de Implementação.

Modalidades de Auditoria

Por se tratar de um programa NIM, serão realizadas auditorias anuais de todas as despesas do programa ao longo do período de auditoria, de acordo com as políticas e os procedimentos do PNUD.

O PNUD desempenhará um papel importante para garantir que os procedimentos de formulação e avaliação necessários sejam seguidos e que a gestão do programa ATLAS seja correctamente activada. Os mecanismos de garantia serão realizados através da direcção do programa e será estabelecida uma ligação mais estreita com o CTGC (Comité Técnico de Gestão de Calamidades), que é um comité multi-sectorial, liderado pelo governo, composto por pontos focais de vários ministérios, agências da ONU, ONG internacionais e organizações da sociedade civil. O PNUD também realizará revisões pontuais da HACT e avaliações no local, de acordo com o plano de garantia da HACT aprovado do sistema da ONU. Sempre que se revelar necessário e que for acordado quando os planos de trabalho anuais são preparados, o PNUD prestará serviços de apoio ao projecto na aquisição de bens e serviços relevantes para o projecto. O PNUD também pode apoiar em termos de logística, sempre que for necessário.

O logotipo nos entregáveis do projecto deve ser o dos Parceiros de Implementação e do PNUD. Onde existirem requisitos adicionais para a inclusão de logotipos de doadores específicos, isso deve ser explicitamente indicado no acordo do doador e comunicado ao pessoal que supervisiona a produção de entregáveis para garantir a conformidade.

V. QUADRO DE RESULTADOS¹⁷

¹⁷ O PNUD publica a informação do seu projecto (indicadores, linhas de base, metas e resultados) para satisfazer os padrões da Iniciativa de Transparência da Ajuda Internacional (IATI). Certificar-se de que os indicadores são S.M.A.R.T. (Específico, Comensurável, Exequível, Realístico e Atempado), fornecem linhas de base e metas precisas baseadas em evidências e em dados fiáveis e evitar siglas para que o público externo compreenda claramente os resultados do projecto.

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADOS ¹⁸	FONTE DE DADOS	BASE DE REFERÊNCIA		METAS (por frequência de colecta de dados)					MÉTODOS DE COLECTA DE DADOS E RISCOS
			Valor	Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	FINAL	
Resultado 1: Um quadro de políticas e regulamentar integrado e operacional para a criação efectiva de comunidades resilientes a desastres e adaptação às mudanças climáticas	1.1: Nº de documentos legais / regulamentares revistos para reforçar a resiliência a desastres	Boletins da República do Governo (BR); Relatórios anuais do INGC	2	2018	0	1	0	1	4	Revisão de todos os documentos, planos e orçamentos relevantes do governo; entrevistas; consulta de websites, uso de comunicação multimédia das TIC; website pode não ser actualizado com regularidade; os intervenientes podem não estar abertos a partilhar informação; acesso inadequado aos serviços de internet.
	1.2: Nº de directrizes / protocolos funcionais existentes para promover a gestão de informação e fortalecer a integração da DRM/GRD e CCA/AMIC	Website do Governo; Relatórios anuais do INGC, MEF e Banco Mundial (BM)	0	2018	-	1	-	-	1	✓
	2.1: Um "Atlas Nacional de Riscos de Moçambique (ANRM)" funcional aplicado para a tomada de decisões baseada na informação sobre o nível de riscos	Atlas Nacional de Riscos de Moçambique elaborado, Relatório anual do INGC	0	2018	0	1	-	-	1	✓
Resultado 2: Perfis de risco e de vulnerabilidade melhorados através de uma avaliação do risco de desastres e climático de qualidade e gestão de informação (informação sobre os riscos accionável);	2.2: Um "Observatório Nacional de Desastres" funcional acessível aos intervenientes e solicitado para a programação informada sobre riscos	Observatório de Desastres criado (website do Governo/INGC); Relatório anual do INGC	0	2018	1	-	-	-	1	✓

¹⁸ Recomenda-se que os projectos usem indicadores com base em resultados do Plano Estratégico IRRE, consoante for relevante, além dos indicadores de resultados específicos aos projectos. Os indicadores devem ser desagregados por sexo ou para outros grupos alvo, conforme o que for relevante.

Resultado 3: Fortalecimento das capacidades do governo e locais para o reforço da resiliência a desastres	2.3: Uma plataforma nacional funcional que incentive a partilha de informação e promova a resiliência a desastres	Plataforma Nacional desenvolvida (website do Governo/INGC); Relatório do INGC	0	2018	1	-	-	-	1	√
	2.4: Nº de metodologias e ferramentas científicas para registar e partilhar as perdas causadas por desastres	Website do Governo; Relatório anual do INGC; Relatório do MEF	0	2018	1	-	1	1	3	√
	3.1: % de técnicos de planificação provinciais e distritais que aplicaram a programação integrada de DRM/GRD - CCA/AMC (foco em Gaza, Nampula e Cabo Delgado)	Planos provinciais e distritais do Governo, Relatórios anuais do MEF	10%	2018	25%	25%	20%	10%	90%	Revisão de documentos, planos e orçamentos relevantes do governo; relatórios de monitoria; entrevistas; o website pode não ser actualizado com regularidade; os intervenientes podem não estar abertos a partilhar informação; acesso inadequado aos serviços de internet.
	3.2: Nº de OSC envolvidas em planos de resposta / prevenção; Nº de elementos do sector privado envolvidos em planos de resposta / prevenção;	Relatórios anuais do INGC	2 0	2018 2018	2 2	3 2	4 3	4 5	15 12	Visita a Websites, uso de comunicação multimédia das TIC; revisão de documentos, planos e orçamentos relevantes do governo; entrevistas; o website pode não ser actualizado com regularidade; os intervenientes podem não estar abertos a partilhar informação; acesso inadequado aos serviços de internet.

	3.3: Nº de comunidades com planos de adaptação funcionais; Nº de comunidades com iniciativas de resiliência.	Relatórios anuais do INGC e MITADER	TBD	2018	4	4	8	10	26	Relatórios de monitoria, entrevistas; os intervenientes podem não estar abertos a partilhar informação; acesso inadequado aos serviços da rede rodoviária.
	3.4: % de planos do governo com DDR/RRD - CCA/AMC integrada	Planos e relatórios anuais do INGC e MEF	60%	2018	10%	10%	10%	10%	90%	Uso de comunicação multimédia das TIC; revisão de documentos, planos e orçamentos relevantes do governo; relatórios de monitoria; entrevistas; o website pode não ser actualizado com regularidade; os intervenientes podem não estar abertos a partilhar informação; acesso inadequado aos serviços de internet.
	3.5: Nº de ferramentas disponíveis para monitorizar os investimentos de DDR/RRD e CCA/AMC	Planos do Governo, relatórios anuais do MEF; relatórios anuais do INGC; relatórios anuais do MITADER	0	2018	1	-	-	-	1	Revisão de documentos, planos e orçamentos relevantes do governo; entrevistas; o website pode não ser actualizado com regularidade; os intervenientes podem não estar abertos a partilhar informação; acesso inadequado aos serviços de internet.
Resultado 4: Assegurar que as capacidades do governo a todos os níveis e das comunidades sejam desenvolvidas para processos	Actividade 4.1: Nº de planos de contingência (nacionais, provinciais, distritais) produzidos e com recursos alocados	Plano de Contingência do Governo; relatórios anuais do INGC	3	2018	3	4	5	10	26	Revisão de documentos, planos e orçamentos relevantes do governo, entrevistas.

efectivos de prontidão, recuperação e resiliência a situações de emergência	4.2: Nº de sistemas de aviso prévio funcionais (cheias, secas e ciclones) instalados	Relatórios anuais do INGC; relatórios anuais de monitoria; Relatórios do Governo Provincial	6	2018	3	4	3	3	19	Visitas de monitoria; revisão de documentos, planos e orçamentos relevantes do governo; entrevistas; os intervenientes podem não estar abertos a partilhar informação; acesso inadequado à rede rodoviária.
	4.3: Nº de comités locais de gestão de risco funcionais criados e equipados	Relatórios anuais do INGC; relatórios anuais de monitoria; Relatórios do Governo Provincial	194	2018	3	4	4	6	211	Visitas de monitoria; revisão de documentos, planos e orçamentos relevantes do governo; entrevistas; os intervenientes podem não estar abertos a partilhar informação; acesso inadequado à rede rodoviária.
	4.4: Nº de comunidades que conseguem usar o aviso prévio (cheias e ciclones) para efeitos de evacuação (informação climática) Nº de comunidades envolvidas em exercícios de simulação todos os anos	Relatórios anuais do INGC; relatórios anuais de monitoria; Relatórios do Governo Provincial	194	2018	3	4	4	6	211	Visitas de monitoria; revisão de documentos, planos e orçamentos relevantes do governo; entrevistas; os intervenientes podem não estar abertos a partilhar informação; acesso inadequado à rede rodoviária.
	4.5: % de fundos do governo alocados para o processo de recuperação / programação de PDNA após um desastre	Relatórios financeiros do Governo; Relatórios anuais do Banco Mundial e INGC	1% TBC	2018	-	-	-	-	1%	Visitas de monitoria; revisão de documentos, planos e orçamentos relevantes do governo; entrevistas; os intervenientes podem não estar abertos a partilhar informação.

Resultado 5: As comunidades das zonas áridas e semi-áridas podem adaptar-se às mudanças climáticas com meios de subsistência alternativos	5.1: Nº de sistemas de gestão da água existentes nas zonas áridas e semi-áridas	Relatório anual do INGC; Relatório de monitoria	TBD	2018	2	2	2	2	8	Visitas de monitoria; revisão de documentos planos e orçamentos relevantes do governo; entrevistas; os intervenientes podem não estar abertos a partilhar informação; acesso inadequado à rede rodoviária.
	5.2: Nº de comunidades em zonas áridas e semi-áridas com actividades diversificadas de geração de renda	Relatório anual do INGC; Relatório de monitoria	TBD	2018	2	3	3	2	10	✓
	5.3: Nº de medidas de adaptação e resiliência instituídas nas zonas áridas e semi-árida	Relatório anual do INGC; Relatório de monitoria	TBD	2018	3	4	3	4	14	✓
	5.4: Nº de workshops realizados para divulgar a pesquisa sobre mudanças climáticas, sistemas de aviso prévio e tecnologias inovadoras para uma acção atempada (conhecimento científico e indígena)	Relatório anual do INGC; Relatório de monitoria	0	2018	3	3	3	3	12	✓

VI. MONITORIA E AVALIAÇÃO

Plano de Monitoria

Atividade de Monitoria	Objetivo	Frequência	Ação Programada	Parceiros (se em conjunto)	Custo (caso exista)
Controlar o progresso dos resultados	Serão colectados dados do progresso em função dos indicadores de resultados no Fundo de Resultados Rápidos (FRR), os quais serão analisados para avaliar o progresso do projecto em termos de alcance dos resultados acordados.	Trimestral ou com a frequência exigida por cada indicador.	O progresso mais lento do que o previsto deve ser analisado pela direcção do projecto.	INGC; MITADER; MEF; INAM	
Monitorizar e Gerir o Risco	Identificar riscos específicos que possam ameaçar a realização dos resultados pretendidos. Identificar e monitorizar as acções de gestão de risco utilizando um diário de riscos. Isto inclui medidas e planos de monitoria que possam ter sido necessários de acordo com os Padrões Sociais e Ambientais do PNUD. Serão realizadas auditorias em conformidade com a política de auditoria do PNUD para a gestão de risco financeiro.	Trimestral	Os riscos são identificados pela direcção do projecto e são tomadas medidas para geri-los. O diário de riscos é mantido activamente para manter o controlo dos riscos identificados e das medidas tomadas.	MINEC; INGC; MITADER; MEF; INAM	
Aprender	O conhecimento, as boas práticas e as lições serão reflectidos regularmente e recolhidos activamente de outros projectos e parceiros e novamente integrados no projecto.	No mínimo anual	As lições relevantes são retidas pela equipa do projecto e utilizadas para informar as decisões de gestão.	INGC; MITADER; MEF; INAM	
Controlo de Qualidade Anual do Projecto	A qualidade do projecto será avaliada em função dos padrões de qualidade do PNUD para identificar os pontos fortes e fracos do projecto e informar a tomada de decisões da direcção para melhorar o projecto.	Anual	Os pontos fortes e fracos devem ser analisados pela direcção do projecto e utilizados para informar as decisões com vista a melhorar o desempenho do projecto.	MINEC; INGC; MITADER; MEF; INAM	
Analisar e Fazer Correções de Rumo	Análise interna dos dados e de evidências de todas as acções de monitoria com vista a informar a tomada de decisões.	No mínimo anual	Os dados sobre o desempenho, os riscos, as lições e a qualidade serão discutidos pela direcção do projecto e usados para fazer correcções de rumo	INGC; MITADER; MEF; INAM	
Relatório do Projecto	Será apresentado um relatório do progresso à Direcção do Projecto e aos principais intervenientes, o qual consiste de dados sobre o progresso que mostrem os resultados obtidos em função das metas anuais previamente definidas ao nível dos resultados, o resumo anual da pontuação da qualidade do projecto, um diário de riscos actualizado com medidas de mitigação e quaisquer relatórios de avaliação ou revisão preparados durante o período.	Anual e no fim do projecto (relatório final)		INGC; MITADER; MEF; INAM	

<p>Avaliação do Projecto (Direcção do Projecto)</p>	<p>O mecanismo de governação do projecto (isto é, a direcção do projecto) deve realizar avaliações periódicas do projecto com o objectivo de aferir o seu desempenho e rever o Plano de Trabalho Plurianual de modo a garantir uma orçamentação realista ao longo da vigência do projecto. Sempre que for apropriado, serão levadas em consideração as recomendações da avaliação do programa de DRR/RRD anterior (2012-2016). No último ano do Projecto, a Direcção deve realizar uma avaliação de fim do projecto com a finalidade de tirar as lições aprendidas, discutir as oportunidades para o incremento e socializar os resultados do projecto, bem como as lições aprendidas com audiências relevantes.</p>	<p>Especificar a frequência (ou seja, no mínimo anual)</p>	<p>Quaisquer preocupações em termos de qualidade ou de progresso mais lento do que o previsto devem ser discutidas pela direcção do projecto e devem ser acordadas medidas de gestão para resolver as questões identificadas.</p>	<p>INGC; MITADER; MEF; INAM</p>	
--	--	--	---	-------------------------------------	--

Plano de Avaliação¹⁹

Título da Avaliação	Parceiros (se em conjunto)	Resultado do Plano Estratégico Relacionado	Resultado do UNDAF/CPD	Data de Conclusão Prevista	Principais Intervenientes na Avaliação	Custo e Fonte de Financiamento
Exemplo, Avaliação Internédia						

¹⁹ Opcional, se for necessário

VII. PLANO MULTIANUAL²⁰²¹

RESULTADOS ESPERADOS	ACTIVIDADES PROGRAMADAS	Orçamento Previsto por Ano/USD				RESPONSÁV EL	ORÇAMENTO PREVISTO (USD)			
							Fonte de Financiamento			Valor total/ USD
		A1	A2	A3	A4		PNUID (Trac)	China (TBC)	Outros Doadores (TBM)	
Resultado 1: Mecanismos de políticas, legais e institucionais melhorados para adaptação às mudanças climáticas e gestão de risco de desastres (governança do risco de desastres)	Actividade 1.1: Apoiar o governo e os ministérios relevantes na elaboração e revisão dos estatutos, regulamentos, políticas e estratégias adequados em DRR/RRD e CCA/AMC, bem como a sua divulgação para aprimorar a implementação da Lei sobre a DRM/GRD e contribuir ainda mais para a agenda de resiliência do governo	170.000	90.000	35.000	40.000	INGC; MITADER;	✓	✓	✓	335.000
	Actividade 1.2: Elaboração e divulgação de directrizes / protocolos para a partilha de informação, um sistema funcional de gestão de informação sobre a DRM/GRD e a elaboração de directrizes sectoriais sensíveis ao género sobre a integração e monitoria de intervenções de DDR/RRD - CCA/AMC	110.000	120.000	30.000	55.000	INGC; MITADER; MEF	✓	✓	✓	315.000
	MONITORIA					INGC; MITADER; MEF	✓	✓	✓	
	Subtotal do Resultado 1:	280.000	210.000	65.000	95.000	650.000
Resultado 2: Perfis de perigos e de vulnerabilidade aprimorados através de uma melhor avaliação do	2.1 Actividade: Elaboração de um “Atlas Nacional de Riscos de Moçambique (ANRM)”	370.000	215.000	85.000	105.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	✓	775.000

²⁰ As definições e classificações referentes aos custos do programa e de eficácia do desenvolvimento a serem imputados ao projecto estão contidas na decisão da Comissão Executiva DP/2010/32

²¹ As mudanças introduzidas no orçamento de um projecto e que afectem o âmbito (resultados), a data de conclusão ou a estimativa total dos custos do projecto carecem de uma revisão formal do orçamento que deve ser assinada pela Direcção do Projecto. Noutros casos, o Director de Programas do PNUD sozinho pode assinar a revisão, desde que os outros signatários não tenham qualquer objecção. Este procedimento pode ser aplicado, por exemplo, quando o objectivo da revisão é apenas redistribuir as fases das actividades pelos anos.

risco de desastres e climático e gestão de informação para a tomada de decisões baseada na informação sobre o risco a todos os níveis (informação sobre o risco accionável)	2.2 Actividade: Elaboração de um "Observatório Nacional de Desastres"	240.000	130.000	50.000	30.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	✓	450.000
	Actividade 2.3: Criação de uma plataforma online	185.000	70.000	30.000	15.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	✓	300.000
	Actividade 2.4: Promover o desenvolvimento e a divulgação de metodologias e ferramentas científicas destinadas a registar e partilhar perdas causadas por desastres, bem como estatísticas e dados relevantes desagregados por género, idade e sexo	75.000	50.000	25.000	20.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	✓	170.000
	Subtotal do Resultado 2:	870.000	465.000	190.000	170.000					1.695.000
	Resultado 3: Fortalecimento das capacidades do governo e locais para o reforço da resiliência a desastres									
	Actividade 3.1: Acções de capacitação: coordenação intersectorial; promoção da cooperação / troca de experiências Sul-Sul	130.000	70.000	35.000	15.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	✓	250.000
	Actividade 3.2: Promover as OSC, ONG locais e envolvimento do sector privado na elaboração de planos de resposta / prevenção	80.000	50.000	30.000	25.000	INGC; MITADER;	✓	✓	✓	185.000
	Actividade 3.3: Apoiar o governo na elaboração, implementação e monitoria de planos locais de adaptação (PLA)	5.000	10.000	5.000	5.000	INGC; MITADER; MEF	✓	25.000
	Actividade 3.4: Integração da DRR/RRD e CCA/AMC: capacitar o governo para que possa integrar a DRR/RRD e CCA/AMC em instrumentos e estratégias de planificação a todos os níveis, usando ferramentas e directrizes desenvolvidas em (1)	80.000	55.000	25.000	30.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	190.000
	Actividade 3.5: Desenvolvimento de ferramentas para monitorizar os investimentos em DRR/RRD e CCA/AMC, bem como para fortalecer a integração da perspectiva de género nos planos de desenvolvimento	45.000	30.000	15.000	10.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	✓	100.000
	Subtotal 3:	340.000	215.000	110.000	85.000					750.000
Resultado 4: Processos de prontidão, recuperação e resiliência a desastres	Actividade 4.1: Fortalecimento da prontidão para emergências: planificação de contingência e exercício de simulação	195.000	170.000	95.000	75.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	✓	535.000

fortalecidos (sistemas de aviso prévio e recuperação resiliente)	Actividade 4.2: Institucionalização de um mecanismo funcional para sistemas de aviso prévio para melhorar a acção atempada	50.000	40.000	15.000	15.000	INGC; MITADER; INAM	✓	✓	✓	120.000
	Actividade 4.3: Criação, capacitação e manutenção de comités locais de gestão de riscos para o aviso prévio e acções atempadas	170.000	55.000	55.000	80.000	INGC; MITADER; INAM	✓	✓	✓	360.000
	Actividade 4.4: Acções de capacitação e protocolos (Manuais de Procedimentos – SOP) para a geração e disseminação de informação de aviso prévio	110.000	35.000	25.000	15.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	✓	185.000
	Actividade 4.5: Definição de directrizes de recuperação que incluam a avaliação pós-danos e das necessidades (governo, parceiros de desenvolvimento e OSC), a capacitação e a programação da recuperação	250.000	65.000	45.000	35.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	✓	395.000
	Subtotal:	775.000	365.000	235.000	220.000					1.595.000
Resultado 5: Acções de resiliência às mudanças climáticas e meios de subsistência da comunidade melhorados para a resiliência a desastres	Actividade 5.1: Promoção de tecnologia para adaptação e reforço da resiliência, incluindo a recolha e gestão eficiente da água nas zonas áridas e semi-áridas (captação de águas pluviais, parcerias público-privadas para a gestão da água);	40.000	15.000	15.000	25.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	95.000
	Actividade 5.2: Promoção da diversificação de actividades de geração de renda nas zonas áridas e semi-áridas através dos CERUM	45.000	20.000	25.000	15.000	INGC; MITADER; MEF	✓	✓	105.000
	Actividade 5.3: Investimento na pesquisa de tecnologias inovadoras e análise custo-benefício para apoiar a adaptação e a resiliência a desastres, especialmente para as comunidades das zonas áridas e semi-áridas;	55.000	30.000	20.000	10.000	INGC; MITADER; MEF	✓	✓	✓	115.000
	Actividade 5.4: Promover a pesquisa científica e a disseminação sobre mudanças climáticas, sistemas de aviso prévio e inovação para acções atempadas	115.000	120.000	110.000	105.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	✓	450.000
	Subtotal 5	255.000	185.000	170.000	155.000					765.000

	Produto de Comunicação e Conhecimento (CKP)		10.000	10.000	10.000	INGC; MITADER; MEF; INAM	✓	✓	✓	40.000
	Monitoria		10.000	10.000	10.000		✓	✓	✓	40.000
	Total (Resultado 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + CK P+ Monitoria):		2 468 000.00	1 410 000.00	730 000.00	685 000.00				
Avaliação (intermédia e final do projecto)	AVALIAÇÃO:	Intermédia		30.000						30.000
		Fim do projecto				100.000				100.000
Auditoria										
Custo de gestão do programa			10.000	10.000	10.000	10.000	✓	✓	✓	40.000
Apoio à Gestão Geral			570.000	570.000	570.000	570.000	✓	2.280.000
			74.074.08	74.074.08	YYY (TBM)	YYY (TBM)		✓	✓	148.148.15 (TBC)
TOTAL			2 468 000.00 + 570.000 + 74.074.08 = A1 (3.012.074.08)	1 410 000.00 + 30.000 + 570.000 + 74.074.08 = A2 (2.084.074.08)	730 000.00 + 570.000 + YYY = A3 (1.300.000 + YYY)	685 000.00 + 100.000 + 570.000 + YYY = A4 (1.355.000 + YYY)				

Ano 1: 2018

Anexo 1: 2016

RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PROGRAMADAS	ATIVIDADES ESPECÍFICAS	RESPONSÁVEL	Orçamento Previsto (USD)	ORÇAMENTO PREVISTO (USD)	
					Valor alocado	TRAC/TBM (Outros doadores)
Resultado 1: Mecanismos de políticas, legais e institucionais melhorados para adaptação às mudanças climáticas e gestão dos riscos de desastres: Governança do Risco de Desastres	Atividade 1.1: Apoiar o governo e os ministérios relevantes na elaboração e revisão dos estatutos, regulamentos, políticas e estratégias adequados em DRR/RRD e CCA/AMC, bem como a sua divulgação para aprimorar a implementação da Lei sobre a DRM/GRD e contribuir ainda mais para a agenda de resiliência do governo	1.1.1 Com base nas lições aprendidas de gestão da seca, desenvolver a estratégia de GRD/DRM de médio a longo prazos do governo e formular uma estratégia de resiliência para orientar as iniciativas de RRD/DRR no país	Coordenação	30.000	30.000	TBM
		1.1.2 Desenvolver módulos de capacitação em matéria de RRD&AMC para os diferentes níveis (políticos, técnicos, academia, sociedade civil e comunidades)	Coordenação	30.000	30.000	TRAC
		1.1.3 Criar e treinar uma equipa de deputados e de órgãos de informação como defensores de RRD&AMC	Coordenação	25.000	25.000	TRAC
		1.1.4 Elaborar o regulamento de funcionamento do CENOE e UNAPROC	CENOE /UNAPROC	15.000	15.000	TRAC
		1.2.1 Desenhar e operacionalizar o Sistema de Informação de Gestão do CENOE (SIG)	CENOE/DPM	30.000	30.000	TRAC
		1.2.2 Desenvolver uma ferramenta de monitoria e avaliação das actividades de RRD/DRR e AMC/CCA no país	Coordenação/ CENOE	20.000	20.000	TBM
Subtotal Resultado 1:				150,000	TRAC – 100,000	TBM – 50,000

Resultado 2: Perfis de perigos e de vulnerabilidade aprimorados através de uma melhor avaliação do risco de desastres e climático: informação sobre o risco accionável acessível e aplicada à programação	Actividade 2.1: Produção de um "Atlas Nacional de Riscos de Moçambique (ANRM)" que inclua: perfis nacionais de perigos e riscos específicos ao utilizador; uma biblioteca electrónica nacional de informações sobre os riscos, uma infra-estrutura nacional de dados para a avaliação e mapeamento dinâmicos de riscos, um sistema nacional de informações sobre os riscos, bem como metodologias e ferramentas unificadas, com base em avaliações de risco nacionais específicas aos riscos já existentes	2.1.1 Desenvolver um ATLAS Nacional de Risco sobre os principais perigos (cheias, ciclones, sismos)	CENOE	150.000	100.000	TRAC
		2.1.2 Consultas participativas sobre o desenvolvimento do Atlas Nacional de Risco	CENOE	10.000	50.000	TBM
		2.1.3. Formação de técnicos em matéria de avaliação do risco sísmico no centro e norte do país	CENOE	10.000	10.000	TRAC
		2.1.4. Elaboração de um plano de abrigo para o Município de Maputo e avaliação do risco sísmico no centro (Manica-Chimoio) e norte do país (Niassa-Lichinga)	CENOE	10.000	10.000	TBM
Actividade 2.2: Desenvolvimento de um "Observatório Nacional de Risco de Desastres" (ONRD) que inclua: uma base de dados nacional integrada de desastres; ferramentas analíticas de desastres (isto é, monitoria, análise, mapeamento e relatórios de desastres); uma rede institucionalizada de relatórios de desastres, baseada na base de dados nacional sobre danos e perdas existente	Actividade 2.3: Criação de uma plataforma online para a gestão de	2.2.1. Análise do impacto dos desastres em sectores específicos (ex. Agricultura, Infra-estrutura, Energia, Saúde) e defender a aplicação da agenda do governo sobre a resiliência na programação através de workshops / seminários	CENOE	20.000	20.000	TBM
		2.2.2. Apoiar a troca de experiências sobre a avaliação do risco de desastres (ex. Changai Normal University- China; FEMA - USA) para capacitar no ONRD	CENOE	10.000	10.000	TRAC
		2.3.1. Criação e manutenção de um site/página visual interactiva nas redes sociais (Facebook, Twitter, etc.) e um link para a ferramenta na internet em que os cidadãos possam, durante situações de emergência, acompanhar o progresso das	Coordenação/ CENOE	20.000	20.000	TBM

<p>Resultado 3: Capacidades do governo e da comunidade fortalecidas para o reforço da resiliência a desastres: promoção de soluções baseadas na informação sobre o nível de risco para a resiliência</p>	<p>informação destinada a fortalecer as iniciativas de adaptação e resiliência a desastres. Partilha de informação sobre dados hidro e agro-meteorológicos para uma acção atempada</p>	<p>intervenções, assim como participar no envio de informação, fotos ou avisos prévios.</p>				
	<p>Actividade 2.4: Promover o desenvolvimento e a divulgação de metodologias e ferramentas científicas destinadas a registar e partilhar perdas causadas por desastres, bem como estatísticas e dados relevantes desagregados por género, idade e sexo</p>	<p>2.3.2. Criar uma plataforma de RRD/DRR a nível nacional e provincial (Gaza e Nampula) para a partilha de informação</p>	CENOE (assessores)	10.000	10.000	TRAC
		<p>2.3.3 Redesenhar a página de internet do INAM para adaptar ao sistema de troca de informação meteorológica para monitoria e partilha de sistemas hidro-meteorológicos.</p>	INAM	5.000	5.000	TRAC
		<p>2.4.1. Desenvolver ferramentas destinadas a registar e partilhar perdas causadas por desastres. Ligar as ferramentas aos indicadores de RRD, SF-DRR e dos ODS</p>	CENOE	15.000	15.000	TRAC
		<p>2.4.2. Realizar um seminário nacional / regional sobre a implementação do SF-DRR e dos ODS</p>	CENOE	20.000	20.000	TBM
		<p>2.4.3. Monitorar o progresso do SFDRR no país</p>	CENOE	10.000	10.000	TRAC
				320.000	TRAC – 160.000 TBM – 160.000	
		<p>3.1.1. Formar membros do CTGC em gestão de informação e reforçar a coordenação.</p>	CENOE/DPM	15.000	15.000	TRAC
		<p>3.1.2. Formar oficiais de informação e apoiar a troca de experiências a nível da previsão meteorológica regional – SADC e IGAD</p>	INAM/CENOE	15.000	15.000	TBM
		<p>3.1.9. Organizar workshops (3) sobre a RRD/DRR, resposta a emergências, mapeamento, gestão de informação e mecanismos de coordenação.</p>	CENOE/Coordenação	10.000	10.000	TRAC
	<p>Actividade 3.2: Promover as OSC, ONG locais e envolvimento do sector privado na elaboração de planos de resposta / prevenção</p>	<p>3.1.4. Troca de experiências sul-sul: a nível internacional, regional e local sobre iniciativas de RRD/DRR</p>	CENOE/DPM/GA COR/ UNAPROC/ DARIDAS	25.000	25.000	TRAC
		<p>3.2.1. Promover as iniciativas das OSC/ONG e do sector privado relacionadas com RRD/DRR e adaptação</p>	DPM	30.000	30.000	TRAC

	Actividade 3.3: Apoiar o governo na elaboração, implementação e monitoria de planos locais de adaptação (PLA)	3.3.1 Desenhar ferramentas para a monitoria das actividades locais de adaptação programadas	MITADER	5.000	5.000	TRAC
	Actividade 3.4: Integração da DRR/RRD e CCA/AMC: capacitar o governo para que possa integrar a DRR/RRD e CCA/AMC em instrumentos e estratégias de planificação a todos os níveis, usando ferramentas e directrizes desenvolvidas em (1)	3.4.1. Formar técnicos de planificação provinciais e distritais (foco em Gaza e Nampula) sobre a integração da RRD/DDR-AMC/CCA nos programas de desenvolvimento 3.4.2. Preparar guião sobre integração de assuntos ligados a gestão de risco de desastres e adaptação as mudanças climáticas nos planos de desenvolvimento 3.4.3. Monitorar as iniciativas de RRD/DDR – AMC/CCA integradas nos processos de planificação nos departamentos competentes com vista a garantir uma implementação adequada	CENOE (assessores) MEF MEF	45.000 10.000 5.000	45.000 10.000 5.000	TRAC TRAC TRAC
	Actividade 3.5: Desenvolvimento de ferramentas para monitorizar os investimentos em DRR/RRD e CCA/AMC, bem como para fortalecer a integração da perspectiva de género nos planos de desenvolvimento	3.5.1. Disseminação do Quadro de indicadores de RRD/DRR por todo o país 3.5.2. Desenvolver ferramentas sectoriais para monitorar os investimentos em RRD/DDR- AMC/CCA 3.5.3. Actualizar e melhorar continuamente a implementação da estratégia de género do INGCa através de seminários	Coordenação Coordenação Coordenação	15.000 10.000 10.000	15.000 10.000 10.000	TBM TBM TBM
	Subtotal resultado 3:			195.000	TRAC- 145.000 TBM- 50.000	
Resultado 4: Processos de prontidão e recuperação de desastres reforçados: Sistemas de aviso prévio e recuperação resiliente	Actividade 4.1: Fortalecimento da prontidão para emergências: planificação de contingência e exercício de simulação	4.1.1. Treinar os primeiros socorristas (Exército, Polícia, Bombeiros e CGLRC) em como responder a eventos de terremotos 4.1.2 Treinar técnicos locais em matéria de ordenamento espacial e construção de infra-estruturas resilientes 4.1.3 Elaborar directrizes para a construção de infra-estrutura resiliente em ambientes que enfrentam vários tipos de perigos 4.1.4. Treinar os líderes locais na utilização de informação meteorológica para o aviso prévio e acções atempadas (foco na região sul) 4.1.5 Preparação dos CLGRCs para uma participação efectiva no exercício de simulação a nível provincial e distrital	UNAPROC GACOR GACOR INAM DPM	20.000 10.000 10.000 5.000 10.000	20.000 10.000 10.000 5.000 10.000	TBM TBM TBM TRAC TRAC

	Actividade 4.2: Institucionalização de um mecanismo funcional para sistemas de aviso prévio para melhorar a acção atempada	4.2.1. Instalar alarmes de emergência na Bacia do Licungo (1-Mocuba; 1- Manganja da Costa)	DPM	30.000	30.000	TBM
	Actividade 4.3: Criação, capacitação e manutenção de comités locais de gestão de riscos para o aviso prévio e acções atempadas	4.3.1. Criar e equipar 5 CLGRCs para apoiar a GRD/DRM (foco em Gaza, Nampula e Cabo Delgado)	DPM	100.000	30.000	TRAC
		4.3.2. Promover iniciativas inovadoras que possam melhorar a geração de renda inclusiva e participativa tendo em vista a sustentabilidade dos CLGRC (5 CLGRC seleccionados)	DPM	50.000	70.000	TBM
	Actividade 4.4: Acções de capacitação e protocolos (SOP) para a geração e disseminação de informação de aviso prévio	4.4.3. Definir e testar procedimentos relativos a sistemas de aviso prévio do clima para eventos extremos (EE) – cheias e ciclones	INAM	5.000	5.000	TBM
	Actividade 4.5: Definição de directrizes de recuperação que incluam a avaliação pós-danos e das necessidades (governo, parceiros de desenvolvimento e OSC), a capacitação e a programação da recuperação	4.5.6. Criar uma estufa convencional piloto para a produção de vegetais nas zonas áridas e semi-áridas (2 distritos de Gaza)	Daridas	10.000	10.000	TBM
Resultado 5: Acções de resiliência às mudanças climáticas e meios de subsistência da comunidade melhorados para a resiliência a desastres: adaptação e redução da vulnerabilidade	Subtotal resultado 4:			260.000	TRAC- 45,000 TBM - 215,000	
	Actividade 5.1: Promoção de tecnologia para adaptação e reforço da resiliência, incluindo a recolha e gestão eficiente da água nas zonas áridas e semi-áridas (captação de águas pluviais, parcerias público-privadas para a gestão da água)	5.1.1. Desenvolver e disseminar tecnologias apropriadas de conservação e gestão da água para cada zona árida e semi-árida (no mínimo 2 em Gaza)	Daridas	20.000	20.000	TBM
		5.1.2. Implementar tecnologias de dessalinização da água com base na utilização de dois dessalinizadores – 2 distritos cada em Gaza e Inhambane.	Daridas	10.000	10.000	TBM
	Actividade 5.2: Promoção da diversificação de	5.2.2. Troca de experiências Sul-Sul em gestão da água, agricultura e iniciativas de adaptação às mudanças climáticas	Daridas	10.000	10.000	TBM

	actividades de geração de renda nas zonas áridas e semi-áridas através dos CERUM	5.2.2. Promover actividades de geração de renda amigas do ambiente e sustentáveis através de campos / terrenos de demonstração envolvendo os CLGRC nas zonas áridas (no mínimo em 3 CLGRC cada em Tete e Sofala)	DPM/ Daridas	15.000	15.000	TRAC
	Actividade 5.3: Investimento na pesquisa de tecnologias inovadoras e análise custo-benefício para apoiar a adaptação e a resiliência a desastres, especialmente para as comunidades das zonas áridas e semi-áridas	5.3.3. Pesquisa de iniciativas de adaptação à seca nas zonas áridas e semi-áridas	Daridas	15.000	15.000	TBM
	Actividade 5.4: Promover a pesquisa científica e a disseminação sobre mudanças climáticas, sistemas de aviso prévio e inovação para acções atempadas	5.4.1 Documentar o impacto das mudanças climáticas na resiliência das comunidades e na infra-estrutura das zonas urbanas e rurais (foco em Gaza, Nampula e Cabo Delgado)	CENOE	20.000	20.000	TBM
		5.4.2 Elaborar e divulgar directrizes sobre os mecanismos de protecção contra vendavais, ciclones tropicais e outros eventos extremos	DPM	20.000	20.000	TRAC
		5.4.3 Fortalecer o sistema de previsão meteorológica sazonal através da capacitação e formação de pessoal	INAM	10.000	10.000	TRAC
		5.4.4 Produzir um manual para a adaptação às mudanças climáticas e DRR/RRD	MITADER	20.000	20.000	TRAC
		5.4.5 Fortalecer a participação das mulheres nas mudanças climáticas e DRR/RRD através de workshops / seminários (foco numa província)	MITADER	15.000	15.000	TRAC
		5.4.6 Elaborar planos locais de adaptação para fortalecer as iniciativas de adaptação a nível distrital (5 distritos)	MITADER	10.000	10.000	TRAC
	Subtotal resultado 5:			165.000	TRAC- 90.000 TBM- 75.000	
	Produto de Comunicação e Conhecimento					
	Monitoria (Total, Resultados 1, 2, 3, 4, 5):			10.000		
Avaliação (intermédia e de fim do projecto)	AVALIAÇÃO:	Intermédia				
		Fim do projecto				

Ano 2: 2019

RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PROGRAMADAS	ATIVIDADES ESPECÍFICAS	RESPONSÁVEL	Orçamento Previsto (USD)	ORÇAMENTO PREVISTO (USD)		
					Fonte de Financiamento	Valor dividido	TRAC/TBC (China) TBM (Outros Doadores)
Resultado 1: Mecanismos de políticas, legais e institucionais melhorados para a adaptação às mudanças climáticas e a gestão dos riscos de desastres: Governança do Risco de Desastres	Actividade 1.1: Apoiar o governo e os ministérios relevantes na elaboração e revisão dos estatutos, regulamentos, políticas e estratégias adequados em DRR/RRD e CCA/AMC, bem como a sua divulgação para aprimorar a implementação da Lei sobre a DRM/GRD e contribuir ainda mais para a agenda de resiliência do governo	1.1.1 Operacionalização (formação, disseminação e advocacia) do Plano Director de Gestão de Desastres – 3 formações	Coordenação	20.000	20.000	TRAC	TRAC
		1.1.2 Elaboração e disseminação da Estratégia Nacional de Resiliência a Desastres	Coordenação	20.000	20.000	TRAC	TRAC
		1.1.3 Criação de regulamento de funcionamento do CLGRC	DPM	10.000	10.000	TRAC	TRAC
		1.1.4 Elaboração de pacotes de formação em RRD/DDR – AMC/CCA para as crianças nas escolas	DPM	10.000	10.000	TBM	TBM
		1.1.5 Socialização do Regulamento de funcionamento do CENOE e UNAPROC	CENOE	10.000	10.000	TRAC	TRAC
		1.1.6 Avaliação Inter-setorial do Sistema Nacional de Gestão de Desastres em Moçambique com base nas quatro áreas prioritárias da iniciativa Quadro de Sendai para a Redução de Desastres (CADRI) – Capacitação para a Redução de Risco de Desastres	CENOE	20.000	20.000	TRAC	TRAC
		1.2.1 Formar oficiais de gestão de informação (uma formação a nível central): Delegações Provinciais do INGC em matéria de SIG	CENOE	30.000	10.000 20.000	TRAC TBC	TRAC TBC
		1.2.2 Divulgação de ferramentas de integração (1 workshop) em todos os sectores relevantes e advocacia da sua aplicação	CENOE	15.000	15.000	TRAC	TRAC
		1.2.3 Elaborar módulos de formação em logística para ajuda humanitária e produzir um manual de gestão de bens alimentares e não alimentares de emergência	DPM	10.000	10.000	TRAC	TRAC
		1.2.4 Disseminação da ferramenta de monitoria e avaliação de DRR/RRD - CCA/AMC em 3 províncias (Gaza, Nampula e Cabo Delgado)	DPM	30.000	30.000	TRAC	TRAC

<p>Resultado 2: Perfis de perigos e de vulnerabilidade aprimorados através de uma melhor avaliação do risco de desastres e climático: informação sobre o risco accionável acessível e aplicada à programação</p>	sobre a integração e monitoria de intervenções de DDR/RRD - CCA/AMC	1.2.5 Criação de uma base de dados online das actividades do CLGRC que permita o acesso e reprodução pelos outros CLGRC	DPM	5.000	5.000	TBM
		Realização de um seminário nacional / regional sobre a implementação de SFDRR e ODS	CENOE	20.000	20.000	TRAC
		Monitorar o progresso de SFDRR no país	CENOE	10.000	10.000	TRAC
	Subtotal Resultado 1:			210.000	TRAC- 175.000 TBC- 20.000 TBM -15.000	
	<p>Resultado 2: Perfis de perigos e de vulnerabilidade aprimorados através de uma melhor avaliação do risco de desastres e climático: informação sobre o risco accionável acessível e aplicada à programação</p>	Actividade 2.1: Produção de um "Atlas Nacional de Riscos de Moçambique (ANRM)" que inclua: perfis nacionais de perigos e riscos específicos ao utilizador; uma biblioteca electrónica nacional de informações sobre os riscos, uma infra-estrutura nacional de dados para a avaliação e mapeamento dinâmicos de riscos, um sistema nacional de informações sobre os riscos, bem como metodologias e ferramentas unificadas, com base em avaliações de risco nacionais específicas aos riscos já existentes	INAM	10.000	10.000	TRAC
		2.1.1 Mapeamento das áreas associadas a ventos fortes no país pra complementar os dados sobre a elaboração do ATLAS				
		2.1.2 Desenvolver e treinar em matéria de manutenção e actualização da base de dados sobre desastres em todo o país durante os últimos 5 anos e integrar ao Sistema de Informação Geográfica (SIG) e base de dados	CENOE	50.000	10.000 40.000	TRAC TBC
		2.1.3 Classificação e categorização de instalações cruciais por níveis de vulnerabilidade – região centro (Sul para 2020 e Norte para 2021)	CENOE	40.000	30.000 10.000	TRAC TBC
		2.1.4 Disseminação dos resultados da avaliação do risco sísmico em 3 municípios (Maputo, Beira e Pemba): sul, centro e norte do país	CENOE	20.000	10.000	TRAC
		2.1.5 Treinar as comunidades locais (Província de Manica) em risco sísmico e defender a adopção da construção de infra-estruturas resilientes	CENOE	10.000	10.000	TRAC
		2.1.6 Promover a partilha de informação sobre a RRD/DRR & AMC/CCA através de plataformas nacionais e provinciais (2)	CENOE	50.000	15.000 35.000	TRAC TBC
		2.1.7 Treinar técnicos locais na realização de avaliações de risco sísmico na parte centro e norte do país	DPM	5.000	5.000	TRAC
<p>Actividade 2.2: Desenvolvimento de um "Observatório Nacional de Risco de Desastres" (ONRD) que</p>		2.1.8 Classificação e categorização por níveis de vulnerabilidade dos CLGRC na região centro (através de workshops - 2)	DPM	30.000	10.000 20.000	TRAC TBC
		2.2.1 Criar e manter o sistema do Observatório Nacional de Risco de Desastres (ONRD)	CENOE	50.000	10.000 30.000	TRAC TBC
		2.2.2 Avaliação dos riscos emergentes (das indústrias extractivas; práticas de agricultura; conflito armado; etc.) para complementar a elaboração do ATLAS	CENOE	40.000	10.000 30.000	TRAC TBC

<p>inclua: uma base de dados nacional integrada de desastres; ferramentas analíticas de desastres (isto é, monitoria, análise, mapeamento e relatórios de desastres); uma rede institucionalizada de relatórios de desastres, baseada na base de dados nacional sobre danos e perdas existente</p>	2.2.3 Formar técnicos em utilização de bases de dados de gestão de stocks	DPM	10.000	10.000	TBC
	2.2.4 Workshops de advocacia para a elaboração de relatórios sobre os danos e perdas na base de dados	DPM	5.000	5.000	TBC
	2.2.5 Promover a disseminação das boas práticas de utilização do ONRD	CENOE/DPM	20.000	5.000 15.000	TRAC TBC
	2.2.6 Integração da base de dados nacional sobre o clima no ONRD do INGC e no Sistema de Aviso Prévio	INAM	5.000	5.000	TRAC
	2.3.1 Formar pessoal (1 formação) em colecta e verificação de dados antes do lançamento no sistema da base de dados: isto é, em relação aos danos / perdas / assistência / necessidades, etc.	CENOE	30.000	10.000 20.000	TRAC TBC
	2.3.2 Treinar o COE provincial e o CLGRC em questões relacionadas com o Sistema de Informação de Gestão de Calamidades (SIGC)	DPM/CENOE	10.000	10.000	TRAC
	2.3.3 Formar técnicos (sectores de informação do INGC e INAM) no uso de tecnologias de monitoria e previsão, incluindo o uso e interpretação de modelos hidro-meteorológicos	CENOE	10.000	10.000	TRAC
	2.3.4 Criar uma interface de websites relevantes do governo (INGC; DNA; MASA; etc.) para permitir a acessibilidade a produtos de radar meteorológico online em apoio à tomada de decisões	INAM	5.000	5.000	TRAC
	2.3.5 Monitorar e garantir a colecta e análise contínua de dados hidrologicos (online)	CENOE	5.000	5.000	TRAC
	2.3.6 Apoiar os oficiais de informação para que participem em plataformas regionais de partilha de conhecimentos sobre a previsão meteorológica	CENOE	10.000	10.000	TRAC
<p>Actividade 2.4: Promover o desenvolvimento e a divulgação de metodologias e ferramentas científicas</p>	2.4.1 Compilação de dados colectados e produção de resultados preliminares sobre as perdas causadas por desastres	DPM/CENOE	20.000	5.000 15.000	TRAC TBC
	2.4.2 Compilar tecnologia científica e inovadora sobre a adaptação e RRD/DRR e adaptar as melhores práticas em provincias seleccionadas (Gaza e Nampula)	DPM/CENOE	10.000	10.000	TBC

<p>Resultado 3: Capacidades do governo e da comunidade fortalecidas para o reforço da resiliência a desastres: promoção de soluções baseadas na informação sobre o nível de risco para a resiliência</p>	destinadas a registar e partilhar perdas causadas por desastres, bem como estatísticas e dados relevantes desagregados por género, idade e sexo	2.4.3 Identificar e promover o conhecimento local que melhore a RRD/DRR a nível das comunidades	DPM/CENOE	20.000	5.000 15.000	TRAC
	Subtotal Resultado 2:			465.000	TRAC - 210.000 TBC - 255.000 TBM - 0	TBC
	<p>Actividade 3.1: Acções de capacitação: coordenação intersectorial; promoção da cooperação / troca de experiências Sul-Sul</p>	3.1.1 Organizar seminários / workshops (3) em GRD/DRM (emergência, mapeamento, gestão de informação, coordenação e gestão na região centro) para os pontos focais do governo fortalecerem a coordenação	CENOE	30.000	30.000	TRAC
		3.1.2 Formar líderes tradicionais em diversas iniciativas de resiliência para comunicarem às comunidades em risco (1 formação em Gaza)	CENOE	10.000	10.000	TRAC
		3.1.3 Promover a troca de experiências Sul-Sul em adaptação e programas de capacitação em RRD/DRR: nível internacional, regional e local	CENOE/DPM/ GACOR/ UNAPROC/ DARIDAS	30.000	10.000 20.000	TRAC TBC
	<p>Actividade 3.2: Promover as OSC, ONG locais e envolvimento do sector privado na elaboração de planos de resposta / prevenção</p>	3.2.1 Advocacia da participação do sector privado na DRM/GRD - CCA/AMC (através de seminários, simpósios, debate público, teatro e outras metodologias na região centro).	DPM	30.000	5.000 25.000	TRAC TBC
		3.2.2 Promover as ONG baseadas nas comunidades locais em matéria de iniciativas de DRR/RRD e adaptação para complementar os esforços do governo a nível das comunidades (3 ONG locais seleccionadas, uma em cada provincia prioritária do PNUD - Gaza, Nampula e Cabo Delgado)	DPM	20.000	20.000	TRAC
	<p>Actividade 3.3: Apoiar o governo na elaboração, implementação e monitoria de planos locais de adaptação (PLA)</p>	3.3.1 Formar (1) equipa técnica a nível nacional e provincial em ferramentas de monitoria da implementação das actividades locais de adaptação programadas	MITADER	10.000	10.000	TRAC

	Actividade 3.4: Integração da DRR/RRD e CCA/AMC: capacitar o governo para que possa integrar a DRR/RRD e CCA/AMC em instrumentos e estratégias de planificação a todos os níveis, usando ferramentas e directrizes desenvolvidas em (1)	3.4.1 Divulgar em cascata a iniciativa de Madrid pelos técnicos de planificação distritais em 3 províncias (1- Gaza, 1-Nampula e 1- Cabo Delgado)	CENOE	30.000	30.000	TRAC
		3.4.2 Formar membros do conselho consultivo local a nível dos distritos, postos administrativos e local (CCD, CCPA, CCL) em adaptação às mudanças climáticas e planificação descentralizada em coordenação com as DPEF	MEF	20.000	20.000	TRAC
		3.4.3 Continuar a analisar e apoiar a integração da RRD/RRD & CCA/AMC nos PDD: Organizar um workshop para pontos focais a nível nacional.	MEF	5.000	5.000	TRAC
		3.5.1 Avaliar e rever a ferramenta de RRD/RRD e de integração da perspectiva de género	Coordenação	5.000	5.000	TBM
		3.5.2 Actualizar e melhorar continuamente a estratégia de RRD/RRD e de género através de seminários (3 seminários – sul, centro e norte)	Coordenação	15.000	15.000	TBC
	Actividade 3.5: Desenvolvimento de ferramentas para monitorizar os investimentos em DRR/RRD e CCA/AMC, bem como para fortalecer a integração da perspectiva de género nos planos de desenvolvimento	3.5.3 Através da avaliação a nível central e local, priorizar as comunidades vulneráveis (associado à violência de género), replicar a Unidade de Género do INGC e reforçar a sua funcionalidade em termos de atendimento às questões de género	Coordenação	10.000	10.000	TRAC
				215,000	TRAC - 110.000	
					TBC - 100.00	
					TBM - 5.000	
Resultado 4: Processos de prontidão e recuperação de desastres reforçados: Sistemas de aviso prévio e recuperação resiliente	Actividade 4.1 Fortalecimento da prontidão para emergências: planificação de contingência e exercício de simulação	4.1.1 Mapeamento das ameaças industriais e preparação de planos de contingência para desastres complexos	CENOE	10.000	10.000	TRAC
		4.1.2 Levar a cabo a simulação no escritório (1) para aumentar a compreensão dos mecanismos de partilha de informação durante emergências	CENOE	30.000	5.000	TRAC
		4.1.3 Reforçar a metodologia de planificação de contingência em termos de definição de cenários a nível central e local através de formação (2 acções de formação – sul e norte)	Coordenação	10.000	10.000	TRAC
		4.1.4 Treinar primeiros socorristas (Exército, Polícia, Bombeiros e CLGRC) em resposta sísmica (1 – sul do país).	UNAPROC	30.000	20.000	TRAC

		4.1.5 Treinar técnicos locais em matéria de planeamento espacial e directrizes / metodologias / tecnologias para a construção de infra-estrutura resiliente em zonas expostas a vários perigos (2 acções de formação – 1 sul e 1 norte)	GACOR	10.000	10.000	TRAC
Actividade 4.2: Institucionalização de um mecanismo funcional para sistemas de aviso prévio para melhorar a acção atempada		4.1.6 Identificar e formar líderes locais na utilização de informação meteorológica para melhorar o aviso prévio para acções atempadas: foco nas regiões sul e centro (2 acções de formação)	INAM	20.000	5.000	TRAC
		4.1.7 Preparação de CLGRC (3) para apoiar o exercício de simulação a nível provincial e distrital:	DPM	10.000	5.000	TRAC
		4.1.8 Disseminar directrizes sobre a preparação da simulação a diferentes níveis (Gaza, Nampula e Cabo Delgado)	DPM	30.000	10.000	TRAC
		4.1.9 Treinar CLGRC (4) a nível provincial e distrital em metodologias de planificação de contingência: planificação participativa	DPM	20.000	10.000	TRAC
		4.2.1 Instalar alarmes de emergência (2 Mocuba. 3 Maganja da Costa) na Baía do Licungo	DPM	20.000	5.000	TRAC
		4.2.2 Divulgar sistemas de aviso prévio tradicionais / locais pelas comunidades nas bacias hidrográficas do Incomati (Província de Maputo), Meluli (Província de Cabo Delgado) e Larde (Província de Nampula)	DPM	30.000	15.000	TBC
		4.3.1 Criar e equipar 3 CLGRC (foco em Gaza, Nampula e Cabo Delgado)	DPM	30.000	15.000	TRAC
		4.3.2 Promover iniciativas inovadoras em actividades de geração de renda amigas do ambiente visando a sustentabilidade dos CLGRC	DPM	20.000	15.000	TBC
		4.3.3 SIGIC			10.000	TRAC
		Treinar comités locais (2) na utilização do Datawinner para apoiar a gestão de emergências	DPM	5.000	5.000	TBC
Actividade 4.3: Criação, capacitação e manutenção de comités locais de gestão de riscos para o aviso prévio e acções atempadas		4.4.1 Elaboração de manuais de procedimentos (SOP) para promover a utilização do Datawinner	CENOE/DPM	5.000	5.000	TBC
		4.4.2 Com base na avaliação para elaborar o ATLAS, instalar sistemas de aviso prévio consoante as necessidades nas comunidades vulneráveis (1 Gaza)	CENOE/DPM	30.000	5.000	TRAC
					25.000	TBC

	Actividade 4.5: Definição de directrizes de recuperação que incluem a avaliação pós-danos e das necessidades (governo, parceiros de desenvolvimento e OSC), a capacitação e a programação da recuperação	4.5.1 Definir Directrizes para os processos de recuperação, incluindo PDNA (avaliação das necessidades pós-desastre)	CENOE	10.000	10.000	TBC
		4.5.2 Criar uma plataforma para a monitoria da seca: Registo de dados desagregados	Daridas	30.000	5.000 25.000	TRAC TBC
		4.5.3 Introduzir sistemas de aviso prévio (2) nas zonas áridas e semi-áridas (Gaza e Inhambane)	Daridas	20.000	5.000 15.000	TRAC TBC
		4.5.4 Criar e manter uma estufa convencional para promover a produção de hortícolas nas zonas áridas e semi-áridas (Gaza, Nampula)	Daridas	5.000	5.000	TRAC
		Subtotal resultado 4:		360.000	TRAC-230.000 TBC-130.000 TBIM- 0	
Resultado 5: Ações de resiliência às mudanças climáticas e meios de subsistência da comunidade melhorados para a resiliência a desastres: adaptação e redução da vulnerabilidade	Actividade 5.1: Promoção de tecnologia para adaptação e reforço da resiliência, incluindo a recolha e gestão eficiente da água nas zonas áridas e semi-áridas (captação de águas pluviais, parcerias público-privadas para a gestão da água)	5.1.1 Identificar e disseminar tecnologias apropriadas de conservação e gestão da água para cada zona árida e semi-árida (Inhambane)	Daridas	5.000	5.000	TRAC
		5.1.2 Implementar tecnologias de dessalinização da água com base no uso de dessalinizadores (Gaza)	Daridas	10.000	10.000	TRAC
		5.2.1 Identificar e promover tecnologias pós-colheitas (armazenamento) nas zonas áridas e semi-áridas (Gaza, Inhambane e Manica)	Daridas	10.000	10.000	TRAC
		5.2.2 Cooperação Sul-Sul na área de gestão da água, agricultura e mudanças climáticas	Daridas	10.000	10.000	TRAC
		5.2.3 Identificar e promover actividades de geração de renda amigas do ambiente e sustentáveis através de campos / terrenos de demonstração envolvendo CLGRC das zonas áridas (4 CLGRC).	DPM/Daridas	10.000	10.000	TRAC
	Actividade 5.3: Investimento na pesquisa de	5.3.1 Mapeamento (teledeteção) da cobertura vegetativa para monitoria da seca nas zonas áridas e semi-áridas, isto é, possibilidade de seca durante o ano	CENOE	20.000	5.000 15.000	TRAC TBC

tecnologias inovadoras e análise custo-benefício para apoiar a adaptação e a resiliência a desastres, especialmente para as comunidades das zonas áridas e semi-áridas	5.3.2 Criar e manter uma incubadora inovadora para servir de promotora de ideias novas sobre resiliência a desastres	CENOE/DPM	10.000	10.000	TRAC
	5.4.1 Documentar o impacto das mudanças climáticas na resiliência das comunidades e da sua infra-estrutura nas zonas urbanas e rurais (Gaza, Nampula e Cabo Delgado). Será definida uma base de referência para medir o progresso na resiliência das comunidades às mudanças climáticas	CENOE	10.000	10.000	TBC
	5.4.2 Disseminar directrizes sobre mecanismos de mitigação contra vendavais, ciclones tropicais e outros eventos extremos (Sul)	CENOE/DPM	10.000	10.000	TRAC
	5.4.3 Actualizar os mapas de perigos (seca, cheias, ciclones, sismos e deslizamento de terras) nas zonas áridas e semi-áridas	CENOE	20.000	20.000	TBC
	5.4.4 Fortalecer o sistema de previsão meteorológica sazonal através da capacitação e formação de pessoal	INAM	5.000	5.000	TRAC
	5.4.5 Identificar modelos locais para a melhoria dos sistemas de aviso prévio no país (Sul e Centro)	INAM	5.000	5.000	TRAC
	5.4.6 Divulgar o manual de adaptação às mudanças climáticas e RRD/DRR através de seminários / workshops (1 workshop em Nampula e 1 em Gaza)	MITADER	20.000	20.000	TRAC
	5.4.7 Capacitar grupos ambientais através da realização de workshops (2) (1 Nampula e 1 Gaza)	MITADER	20.000	20.000	TRAC
	5.4.8 Elaborar planos locais de adaptação para fortalecer as iniciativas nesta área a nível distrital (2 distritos)	MITADER	10.000	10.000	TRAC
	5.4.7 Promover e consolidar a implementação dos resultados do Estudo da Fase II sobre o impacto das mudanças climáticas e mecanismos de reforço de resiliência a desastres (2 workshops)	COORDENAÇÃO	20.000	20.000	TRAC
Subtotal resultado 5:			190.000	TRAC-145.000 TBC- 45.000 TBM - 0	

	Produto de Comunicação e Conhecimento					10.000		
	Monitoria					10.000		
	Total (Resultados 1, 2, 3, 4, 5 Monitoria):							
Avaliação (intermédia e de fim do projecto)	AVALIAÇÃO:		Intermédia			30.000		
			Fim do projecto					
Auditoria do Programa						10.000		
Custo de Gestão do Programa						570.000		
TOTAL GERAL						2,070,000	TRAC – 870,000 TBC – 550,000 TBM – 20,000	

Ano 3: 2020

RESULTADOS ESPERADOS	ACTIVIDADES PROGRAMADAS	ACTIVIDADES ESPECÍFICAS	RESPONSÁVEL	Orçamento Previsto (USD)	ORÇAMENTO PREVISTO (USD)	
					Fonte de Financiamento	TRAC / TBC (China) / TBM (Outros Doadores)
Resultado 1: Mecanismos de políticas, legais e institucionais melhorados para a adaptação às mudanças climáticas e a gestão dos riscos de desastres: Governança do Risco de Desastres	Actividade 1.1: Apoiar o governo e os ministérios relevantes na elaboração e revisão dos estatutos, regulamentos, políticas e estratégias adequados em DRR/RRD e CCA/AMC, bem como a sua divulgação para aprimorar a implementação da Lei sobre a DRM/GRD e contribuir ainda mais para a agenda de resiliência do governo	1.1.1.1 Revisão da Lei de Gestão de Desastres e respectiva Regulamentação	Coordenação	10.000	10.000	TRAC
		1.1.1.2 Criação de comités escolares de gestão de risco de desastres (6), foco em Gaza	DPM	10.000	10.000	TRAC
		1.1.1.3 Socialização do Regulamento de funcionamento do CENOE e UNAPROC	CENOE	5.000	5.000	TRAC
		1.1.1.4 Implementação (workshops / advocacia) das recomendações do Relatório Nacional de Avaliação das Capacidades (CADRI) e o Plano de Acção em apoio a SFDRR e aos ODS	CENOE	10.000	10.000	TRAC
		1.2.1 Avaliação e actualização do SIG	CENOE	5.000	5.000	TRAC
		1.2.2 Formar os membros do COE e CTPGC na utilização do SIG	CENOE	10.000	5.000	TRAC
		1.2.3 Formação de técnicos provinciais e distritais em gestão logística (produtos alimentares e não alimentares) para a ajuda humanitária	DPM	5.000	5.000	TBM
		1.2.4 Formar técnicos provinciais e distritais em directrizes de logística e de ajuda humanitária	DPM	10.000	10.000	TBM
				65.000	TRAC – 45.000 TBC - 0 TBM – 20.000	
			DPM	20.000	5.000	TRAC
	Subtotal Resultado 1:					

Resultado 2: Perfis de perigos e de vulnerabilidade aprimorados através de uma melhor avaliação do risco de desastres e climático: informação sobre o risco accionável acessível e aplicada à programação	Actividade 2.1: Produção de um "Atlas Nacional de Riscos de Moçambique (ANRM)" que inclua: perfis nacionais de perigos e riscos específicos ao utilizador; uma biblioteca electrónica nacional de informações sobre os riscos, uma infra-estrutura nacional de dados para a avaliação e mapeamento dinâmicos de riscos, um sistema nacional de informações sobre os riscos, bem como metodologias e ferramentas unificadas, com base em avaliações de risco nacionais específicas aos riscos já existentes	2.1.1 Compilar mapas tradicionais de zonas de risco e de perigos feitos pelas comunidades locais 2.1.2 Elaborar o Plano de Abrigo para o Município da Beira 2.1.3 Disseminar os resultados do risco sísmico no Município da Beira 2.1.4 Formar técnicos locais em avaliação do risco sísmico no centro e norte do país 2.1.5 Elaborar um sistema integrado de disseminação de informação de dados históricos sobre os desastres 2.1.6 Concluir, imprimir e lançar o Atlas para apoiar a tomada de decisões baseada em informações sobre os riscos 2.1.7 Divulgação das zonas de risco de ventos fortes em Moçambique a todos os níveis (3 formações – 1 sul; 1 centro, 1 norte) 2.1.8 Classificação e categorização por níveis de vulnerabilidade do CLGRC no norte e sul do país 2.1.9 Classificação e categorização de instalações críticas (escolas e hospitais) de acordo com os seus níveis de vulnerabilidade a desastres (cheias, ciclones e terramotos), com enfoque no sector norte 2.2.1 Monitoria da base de dados 2.2.2. Actualizar e manter o ONRD 2.2.3 Revitalizar o "desinventar" através da actualização dos dados sobre desastres dos últimos 6 anos 2.2.4 Institucionalização da rede de notificação de desastres a partir da base de dados nacional de perdas e danos existente 2.2.5 Rever o perfil de avaliação de risco de desastres em 3 províncias (Gaza, Nampula e Cabo Delgado) em termos de riscos emergentes	CENOE CENOE CENOE CENOE CENOE/DPM INAM DPM DPM DPM CENOE CENOE CENOE CENOE	5.000 5.000 5.000 5.000 20.000 15.000 5.000 5.000 5.000 10.000 10.000 10.000 15.000 5.000 10.000 10.000 5.000 10.000	15.000 5.000 5.000 5.000 10.000 10.000 5.000 10.000 10.000 5.000 10.000	TBM TRAC TRAC TRAC TRAC TRAC TRAC TRAC TRAC TRAC TRAC TBM TBM TRAC TRAC TBM TRAC
	Actividade 2.2: Desenvolvimento de um "Observatório Nacional de Risco de Desastres" (ONRD) que inclua: uma base de dados nacional integrada de desastres; ferramentas analíticas de desastres (isto é, monitoria, análise, mapeamento e relatórios de desastres); uma rede institucionalizada de relatórios de desastres, baseada na base de dados nacional sobre danos e perdas existente	2.3.1. Aquisição de um software para a protecção da página na internet	CENOE	5.000	5.000	TRAC

<p>Resultado 3: Capacidades do governo e da comunidade fortalecidas para o reforço da resiliência a desastres: promoção de soluções baseadas na informação sobre o nível de risco para a resiliência</p>	Actividade 2.3: Criação de uma plataforma online para a gestão de informação destinada a fortalecer as iniciativas de adaptação e resiliência a desastres. Partilha de informação sobre dados hidro e agro-meteorológicos para uma acção atempada	2.3.2. Formar técnicos (3 formações – 1 sul; 1 centro; 1 norte) em monitoria e tecnologias de previsão, incluindo o uso e interpretação de modelos hidro-meteorológicos	CENOE	20.000	15.000	TRAC
		2.3.3. Integração de radares meteorológicos no sistema de radares da SADC	INAM	5.000	5.000	TBM
	<p>Actividade 2.4: Promover o desenvolvimento e a divulgação de metodologias e ferramentas científicas destinadas a registar e partilhar perdas causadas por desastres, bem como estatísticas e dados relevantes desagregados por género, idade e sexo</p>	2.4.1 Avaliar e documentar as melhores tecnologias científicas para réplica noutras comunidades	CENOE	10.000	10.000	TBM
		2.4.2. Avaliar, manter e actualizar o WEB criado que também contém perdas provocadas por desastres	CENOE	5.000	5.000	TRAC
		2.4.3 Monitorar o progresso do SFDRR no país	CENOE	10.000	10.000	TRAC
		Subtotal Resultado 2:		190.000	TRAC – 120.000 TBC – 0 TBM – 70.000	
	<p>Actividade 3.1: Acções de capacitação: coordenação intersectorial; promoção da cooperação / troca de experiências Sul-Sul</p>	3.1.1 Formar e apoiar oficiais de informação em matéria de partilha de conhecimentos de previsão meteorológica regional	CENOE/INAM	5.000	5.000	TRAC
		3.1.2 Organizar workshops (2) sobre a GRD/DRM (isto é, emergência, mapeamento, gestão de informação, coordenação e gestão) para funcionários do governo no sector norte	CENOE/INAM	10.000	10.000	TRAC
		3.1.3 Desenvolver e promover programas de intercâmbio (2) sobre o processo de planificação, pesquisa, análise de riscos e avaliação de danos nos sectores relevantes do governo (1- sul e 1- norte)	Coordenação	10.000	10.000	TBM
		3.1.4 Troca de experiências Sul-Sul: iniciativas internacionais, regionais e locais sobre a adaptação e RRD/DRR	CENOE/DPM/G ACOR/ UNAPROC/ DARIDAS	10.000	10.000	TRAC

	Actividade 3.2: Promover as OSC, ONG locais e envolvimento do sector privado na elaboração de planos de resposta / prevenção	3.2.1. Advocacia sobre a gestão de risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas através de seminários, simpósios, debate público, teatro e outra metodologia na região norte	DPM	5.000	5.000	TBM
		3.2.2 Promover as OSC e ONG locais em iniciativas de RRD/DRR – AMC/CCA	DPM	20.000	20.000	TRAC
		3.2.3. Promover os órgãos de informação e as OSC para a elaboração de relatórios de GRD/DRM através de seminários / debates / produção de artigos	Coordenação	5.000	5.000	TRAC
	Actividade 3.3: Apoiar o governo na elaboração, implementação e monitoria de planos locais de adaptação (PLA)	3.3.1 Organizar missões no terreno para monitorizar o plano local de adaptação: Regiões Norte, Centro e Sul	MITADER	5.000	5.000	TRAC
		3.4.1 Divulgar em cascata a iniciativa de Madrid pelos técnicos de planificação distritais em 3 províncias (Inhambane, Tete e Zambézia)	CENOE	20.000	20.000	TRAC
		3.4.2 Formar e reforçar os membros do conselho consultivo local a nível dos distritos, postos administrativos e local (CCD, CCPA, CCL) sobre a adaptação e RRD/RRD – 1 formação	MEF	5.000	5.000	TRAC
		3.5.1 Formar e reforçar os técnicos em integração da RRD/RRD e do género nos planos sectoriais – 2 formações (1-sul, 1-centro)	Coordenação	10.000	10.000	TBM
	Actividade 3.5: Desenvolvimento de ferramentas para monitorizar os investimentos em RRD/RRD e CCA/AMC, bem como para fortalecer a integração da perspectiva de género nos planos de desenvolvimento	3.5.2 Avaliar e actualizar as ferramentas de monitoria das actividades de RRD/DRR e AMC/CCA	Coordenação	5.000	5.000	TRAC
		Subtotal Resultado 3:		110.000	TRAC- 85.000	
					TBC- 0	
Resultado 4: Processos de prontidão e	Actividade 4.1: Fortalecimento da prontidão para	4.1.1 Através de acções de formação (2), fortalecer os COE e CTPGC para apoiar a resposta de emergência (1-norte; 1-central).	CENOE	10.000	10.000	TRAC

recuperação de desastres reforçados: Sistemas de aviso prévio e recuperação resiliente	emergências: planificação de contingência e exercício de simulação	4.1.2 Realizar uma simulação nos escritórios para fortalecer o mecanismo de partilha de informação para uma resposta efectiva às emergências	CENOE	5.000	5.000	TRAC
		4.1.3 Fortalecer a metodologia de planificação de contingência com base em cenários a nível central e local através de acções de formação (2 formações).	Coordenação	10.000	10.000	TRAC
		4.1.4 Treinar primeiros socorristas (Exército, Polícia, Bombeiros e CLGRC) no uso de drones (1 formação central)	UNAPROC	10.000	10.000	TRAC
		4.1.5 Treinar técnicos locais (1 centro) em ordenamento espacial e construção de infra-estrutura resiliente - Demonstrações.	GACOR	5.000	5.000	TRAC
		4.1.6 Formar líderes locais (2 formações – 1 sul; 1 centro) em técnicas de construção resiliente em diferentes zonas	GACOR	20.000	5.000 15.000	TRAC TBM
		4.1.7 Formar líderes locais (sector norte – 1 formação) na utilização de informação meteorológica – região Norte para aviso prévio e acções atempadas	INAM	5.000	5.000	TRAC
		4.1.8 Preparar CLGRC (3) para apoiar na organização do exercício de simulação de desastres a nível provincial e distrital	DPM	10.000	10.000	TRAC
		4.1.9 Divulgar directrizes metodológicas para apoiar a preparação da simulação de desastres a diferentes níveis, foco em Gaza, Nampula e Cabo Delgado	DPM	10.000	10.000	TBM
		4.1.10 Formar os CLGRC (6) nos distritos e municípios em metodologias de planificação de contingência	DPM	10.000	10.000	TRAC
		4.2.1 Monitorar e cuidar da manutenção dos sistemas de alarme de emergência instalados ao longo da Bacia do Licungo	DPM	5.000	5.000	TRAC
	Actividade 4.2: Institucionalização de um mecanismo funcional para sistemas de aviso prévio para melhorar a acção atempada	4.2.2 Divulgar sistemas de aviso prévio tradicionais / locais pelas comunidades nas bacias hidrográficas do Incomati (Província de Maputo), Meluli (Província de Cabo Delgado) e Larde (Província de Nampula)	DPM	10.000	5.000	TRAC
		4.3.1 Criar e equipar os CLGRC (5) com foco em Gaza, Tete e Sofala	DPM	20.000	20.000	TRAC
		4.3.2 Identificar e promover actividades de geração de renda amigas do ambiente para a sustentabilidade dos CLGRC (5).	DPM/DARIDAS	10.000	10.000	RAC
		4.3.3 SIGIC: Treinar os CLGRC (3) no uso do Data-winner	DPM	10.000	10.000	TBM
		4.3.4 Organizar a formação em RRD/DRR – AMC/CCA para os deputados (1 formação a nível nacional)	Coordenação/ CENOE/ DPM	10.000	10.000	TRAC
		4.3.5 Regular a utilização de sistemas de aviso prévio aprovados	DPM / Coordenação	5.000	5.000	TRAC

	Actividade 4.4: Acções de capacitação e protocolos (SOP) para a geração e disseminação de informação de aviso prévio	4.4.1 Através de acções de formação (2 formações – 1 sul; 1 norte), divulgar os SOP para promover o uso do Data-winner	CENOE/DPM	20.000	20.000	TRAC
		4.4.2 Monitorizar e manter o sistema de aviso prévio de perigos, conforme for apropriado, nas comunidades vulneráveis (1 Gaza)	CENOE/DPM	5.000	5.000	TRAC
		4.5.1 Treinar os técnicos em actualização de dados desagregados no SIG	CENOE	5.000	5.000	TRAC
		4.5.2 Formar os COE (2 distritos em cada província – Gaza; Nampula e Cabo Delgado) em matéria de SIG e de coordenação durante situações de emergência	CENOE	20.000	10.000 10.000	TRAC TBM
	Actividade 4.5: Definição de directrizes de recuperação que incluam a avaliação pós-danos e das necessidades (governo, parceiros de desenvolvimento e OSC), a capacitação e a programação da recuperação	4.5.3 Criar um sistema de aviso prévio e formar os técnicos em gestão e avaliação da seca em Inhambane	Daridas	20.000	10.000 10.000	TRAC TBM
				235.000	TRAC- 175.000 TBC- 0 TBM- 60.000	
		Subtotal Resultado 4:				
Resultado 5: Acções de resiliência às mudanças climáticas e meios de subsistência da comunidade melhorados para a resiliência a desastres: adaptação e redução da vulnerabilidade	Actividade 5.1: Promoção de tecnologia para adaptação e reforço da resiliência, incluindo a recolha e gestão eficiente da água nas zonas áridas e semi-áridas (captação de águas pluviais, parcerias público-privadas para a gestão da água)	5.1.1 Identificar e divulgar tecnologias adequadas de gestão da água para cada zona árida e semi-árida	Daridas	5.000	5.000	TRAC
		5.1.2 Implementar tecnologias de dessalinização da água com base no uso de dessalinizadores em Inhambane	Daridas	10.000	10.000	TRAC
		5.2.1 Identificar e divulgar tecnologias pós-colheitas (sistemas de armazenamento) em Cabo Delgado e Nampula	Daridas	5.000	5.000	TRAC
		5.2.2 Troca de experiências Sul-Sul em gestão da água, agricultura e mudanças climáticas	Daridas	10.000	10.000	TBM
	Actividade 5.2: Promoção da diversificação de actividades de geração de renda nas zonas áridas e semi-áridas através dos CERUM	5.2.3 Promover actividades de geração de renda amigas do ambiente e sustentáveis através de campos / terrenos de demonstração envolvendo os CLGRC nas zonas áridas (Manica e Sofala)	DPM/Daridas	10.000	10.000	TRAC

Actividade 5.3: Investimento na pesquisa de tecnologias inovadoras e análise custo-benefício para apoiar a adaptação e a resiliência a desastres, especialmente para as comunidades das zonas áridas e semi-áridas	5.3.1 Promover actividades de geração de renda através de acções de formação e workshops nos CERUM	Daridas	10.000	10.000	TBM
	5.3.2 Através do laboratório de resiliência inovador, procurar ideias novas e inovadoras na criação de resiliência contra choques	CENOE/DPM	10.000	10.000	TBM
	5.4.1 Divulgar o impacto do estudo sobre mudanças climáticas na resiliência das comunidades e na sua infra-estrutura nas zonas urbanas e rurais (Gaza, Nampula e Cabo Delgado).	CENOE	15.000	15.000	TRAC
	5.4.2 Instalação de sistemas de aviso prévio da seca em Inhambane e Manica associados ao CLGRC	DPM/Daridas	10.000	10.000	TRAC
	5.4.3 Através da formação, fortalecer a geração de informação sobre a previsão meteorológica sazonal	INAM	10.000	10.000	TRAC
	5.4.4 Identificar modelos locais para a melhoria dos sistemas de aviso prévio (norte)	INAM	5.000	5.000	TRAC
	5.4.5 Divulgar o manual de adaptação às mudanças climáticas e RRD/DRR através de seminários / workshops (1 workshop em Cabo Delgado e 1 e Tete)	MITADER	20.000	20.000	TRAC
	5.4.6 Capacitar os grupos ambientais através da realização de workshops (2) (1 Cabo Delgado e 1 Tete)	MITADER	20.000	20.000	TRAC
	5.4.7 Implementar o plano local de adaptação em 4 distritos.	MITADER	20.000	20.000	TRAC
	5.4.5 Promover e consolidar a implementação dos resultados do Estudo da Fase II sobre o impacto das mudanças climáticas e mecanismos de reforço de resiliência a desastres	COORDENAÇÃO	10.000	10.000	TRAC
Subtotal Resultado 5:			170.000	TRAC - 140.000 TBC - 00.000 TBM - 30.000	
Produto de Comunicação e Conhecimento		10.000			
Monitoria		10.000			
Total (Resultado 1, 2, 3, 4, 5 Monitoria):					
AVALIAÇÃO:					
	Intermédia				

Avaliação (intermédia e de fim do projecto)	Fim do projecto				
Auditoria do Programa			10.000		
Custo de Gestão do Programa			570.000		
TOTAL GERAL			1.370.000	TRAC 565,000 TBC – 0 TBM – 205,000	

Ano 4: 2021

RESULTADOS ESPERADOS	ACTIVIDADES PROGRAMADAS	ACTIVIDADES ESPECÍFICAS	RESPONSÁVEL	Orçamento Previsto (USD)	ORÇAMENTO PREVISTO (USD)	
					Valor dividido	TRAC/ TBC (China)/ TBM (Outros Doadores)
Resultado 1: Mecanismos de políticas, legais e institucionais melhorados para a adaptação às mudanças climáticas e a gestão dos riscos de desastres: Governança do Risco de Desastres	Actividade 1.1: Apoiar o governo e os ministérios relevantes na elaboração e revisão dos estatutos, regulamentos, políticas e estratégias adequados em DRR/RRD e CCA/AMC, bem como a sua divulgação para aprimorar a implementação da Lei sobre a DRM/GRD e contribuir ainda mais para a agenda de resiliência do governo	1.1.1 Socialização da Lei de Gestão de Desastres revista e o seu Regulamento	Coordenação	20.000	20.000	TRAC
		1.1.2 Avaliar a funcionalidade das directrizes de políticas do CENOE	CENOE	10.000	10.000	TRAC
		1.1.3 Implementação das recomendações do Relatório Nacional de Avaliação das Capacidades (CADRI) e o seu Plano de Acção para implementar o SFDRR	CENOE	10.000	10.000	TRAC
		1.2.1 Avaliar o impacto do SIG no INGC, pontos focais e parceiros a nível nacional	CENOE	10.000	10.000	TRAC
		1.2.2 Formar (2 formações – 1 Gaza; 1 Nampula) os técnicos dos SDPI na utilização do SIG	CENOE	10.000	10.000	TRAC
	Actividade 1.2: Elaboração e divulgação de directrizes / protocolos para a partilha de informação, um sistema funcional de gestão de informação sobre a DRM/GRD e a elaboração de directrizes	1.2.3 Formar técnicos de planificação provinciais em integração da RRD/DRR e AMC/CCA nos PESOD (2 formações na Província da Zambézia)	CENOE	15.000	15.000	TRAC

sectoriais sensíveis ao género sobre a integração e monitoria de intervenções de DDR/RRD - CCA/AMC	1.2.4 Avaliar a integração da RRD/DRR e AMC/CCA na programação do desenvolvimento com alocação orçamental	CENOE/DPM	10.000	10.000	TRAC
	1.2.5 Formar membros do CLGRC em gestão de artigos de emergência – bens alimentares e não alimentares	DPM	10.000	10.000	TBM
Resultado 2: Perfis de perigos e de vulnerabilidade aprimorados através de uma melhor avaliação do risco de desastres e climático: informação sobre o risco accionável acessível e aplicada à programação	Subtotal Resultado 1:		95.000	TRAC- 85.000 TBC- 0 TBM – 10.000	
	Actividade 2.1: Produção de um “Atlas Nacional de Riscos de Moçambique (ANRM)” que inclua: perfis nacionais de perigos e riscos específicos ao utilizador; uma biblioteca electrónica nacional de informações sobre os riscos, uma infra-estrutura nacional de dados para a avaliação e mapeamento dinâmicos de riscos, um sistema nacional de informações sobre os riscos, bem como metodologias e ferramentas unificadas, com base em avaliações de risco nacionais específicas aos riscos já existentes	CENOE	60.000	30.000	TRAC
		CENOE	10.000	10.000	TBM
		CENOE	5.000	5.000	TRAC
		CENOE	10.000	10.000	TRAC
		CENOE/INAM	10.000	10.000	TRAC
		DPM	10.000	10.000	TRAC
	2.2.1 Monitoria da base de dados	DPM	5.000	5.000	TRAC
	2.2.2. Actualização e manutenção da ONRD	CENOE	10.000	5.000	TBM
	2.2.3 Revitalizar o “desinventar” através da actualização dos dados sobre desastres dos últimos 6 anos	CENOE	10.000	5.000	TRAC

desastres (isto é, monitoria, análise, mapeamento e relatórios de desastres); uma rede institucionalizada de relatórios de desastres, baseada na base de dados nacional sobre danos e perdas existente	2.2.4 Rever o perfil de avaliação do risco de desastres em 3 províncias (Zambézia, Tete e Manica) para riscos emergentes	CENOE	5.000	5.000	TRAC
	2.3.1 Formar técnicos (3 formações – 1 sul; 1 centro; 1 norte) em tecnologias de monitoria e previsão, incluindo a utilização e interpretação de modelos meteorológicos	CENOE	10.000	10.000	TRAC
	2.3.3. Integração de radares meteorológicos no sistema de radares da SADC	INAM	5.000	5.000	TRAC
	2.4.1 Avaliar e documentar as melhores tecnologias científicas para réplica noutras comunidades	CENOE	10.000	10.000	TRAC
	2.4.2. Avaliar, manter e actualizar o WEB criado que também contém perdas provocadas por desastres	CENOE	5.000	5.000	TRAC
	2.4.3 Monitorizar o progresso do SFDRR no país	CENOE	5.000	5.000	TRAC
	Subtotal Resultado 2:		170.000	TRAC – 135.000 TBC – 0 TBM – 35.000	
	3.1.1 Formar e apoiar oficiais de informação em matéria de partilha de conhecimentos de previsão meteorológica regional	CENOE/INAM	5.000	5.000	TRAC
Resultado 3: Capacidades do governo e da comunidade fortalecidas para o reforço da resiliência	3.1.2 Troca de experiências Sul-Sul: iniciativas internacionais, regionais e locais sobre a adaptação e RRD/DRR	CENOE/DPM/GACOR/UNAPROC/DARID AS/ Coordenação	10.000	10.000	TRAC

a desastres: promoção de soluções baseadas na informação sobre o nível de risco para a resiliência	Actividade 3.2: Promover as OSC, ONG locais e envolvimento do sector privado na elaboração de planos de resposta / prevenção	3.2.1 Promover as OSC e as ONG locais em iniciativas de RRD/DRR – AMC/CCA	DPM	20.000	20.000	TRAC
		3.2.2. Incentivar / motivar os órgãos de comunicação para reportarem a GRD/DRM através de seminários / debates / produção de artigos	Coordenação	5.000	5.000	TRAC
	Actividade 3.3: Apoiar o governo na elaboração, implementação e monitoria de planos locais de adaptação (PLA)	3.3.1 Avaliação de impacto e documentação das boas práticas	MITADER	5.000	5.000	TRAC
	Actividade 3.4: Integração da DRR/RRD e CCA/AMC: capacitar o governo para que possa integrar a DRR/RRD e CCA/AMC em instrumentos e estratégias de planificação a todos os níveis, usando ferramentas e directrizes desenvolvidas em (1)	3.4.1 Divulgar em cascata a iniciativa de Madrid pelos técnicos de planificação distritais em 3 províncias (Niassa, Tete e Manica)	CENOE	20.000	20.000	TRAC
		3.4.2 Formar e fortalecer os membros do conselho consultivo local a nível dos distritos, postos administrativos e local (CCD, CCPA, CCL) em adaptação às mudanças climáticas e planificação descentralizada em coordenação com as DPEF	MEF	10.000	10.000	TRAC
	Actividade 3.5: Desenvolvimento de ferramentas para monitorizar os investimentos em DRR/RRD e CCA/AMC, bem como para fortalecer a integração da perspectiva de género nos planos de desenvolvimento	3.5.1 Avaliar o impacto da ferramenta de RRD/DRR e género nos planos	Coordenação	10.000	10.000	TRAC
	Subtotal Resultado 3:			85.000	TRAC – 85.000 TBC – 0 TBM – 0	
Resultado 4: Processos de	Actividade 4.1: Fortalecimento da	4.1.1 Através de acções de formação (2), fortalecer os COE e CTPGC para apoiar a resposta de emergência (sul).	CENOE	20.000	20.000	TBM

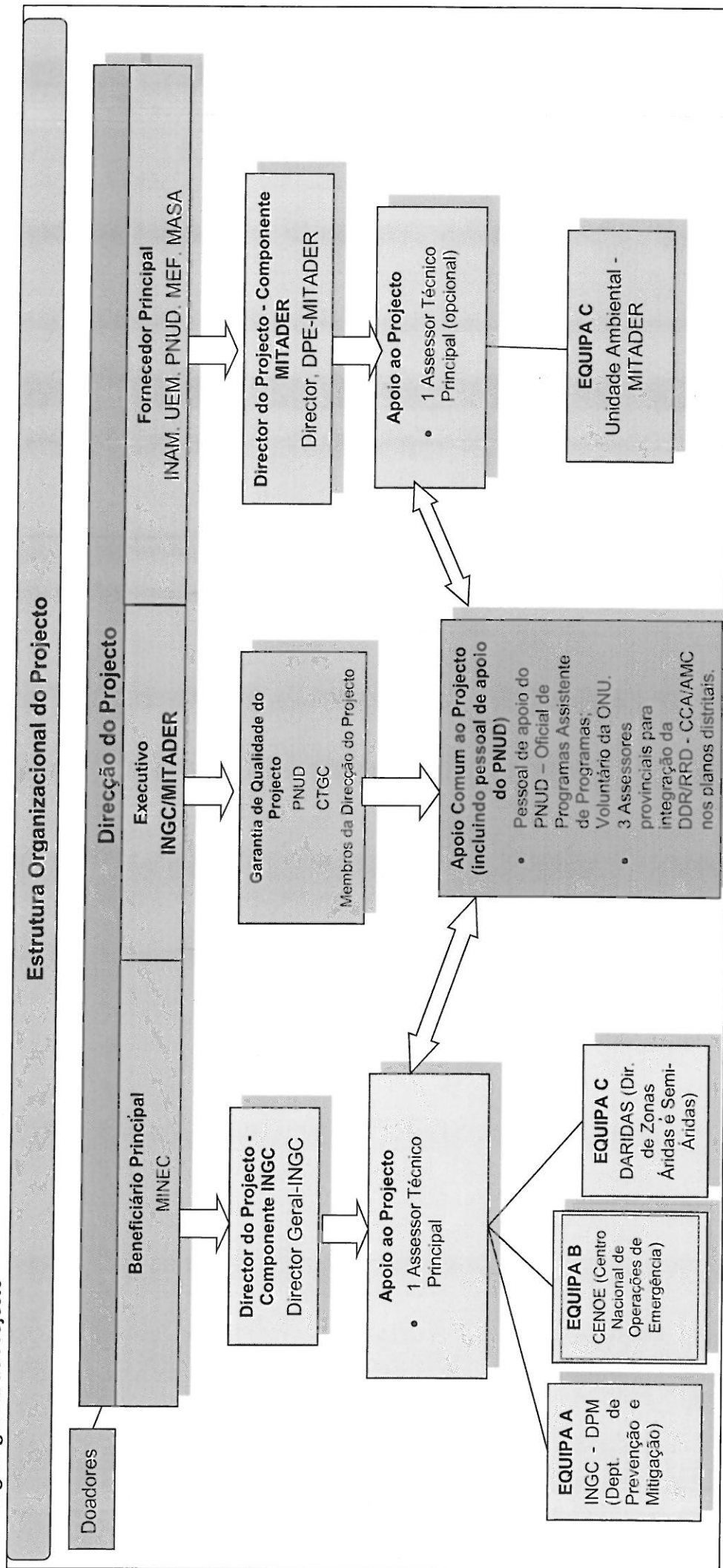
prontidão e recuperação de desastres reforçados: Sistemas de aviso prévio e recuperação resiliente	prontidão para emergências: planificação de contingência e exercício de simulação	4.1.2 Análise e disseminação de ameaças industriais para sensibilizar em relação aos Planos de Contingência para desastres complexos	CENOE	10.000	10.000	TBM
		4.1.3 Através de um exercício de simulação (1), avaliar o nível de prontidão dos primeiros socorristas (Exército, Polícia, Bombeiros e Comité Local de Gestão de Risco de Calamidades - CLGRC)	UNAPROC	10.000	10.000	TRAC
		4.1.4 Avaliar a aplicação das habilidades na construção de infraestrutura resiliente	GACOR	10.000	10.000	TRAC
		4.1.5 Avaliação do impacto da utilização de informação meteorológica	INAM	5.000	5.000	TRAC
		4.1.6 Preparar os CLGRC (3) para apoiar a organização do exercício de simulação de desastres a nível provincial e distrital	DPM	10.000	10.000	TRAC
	Actividade 4.2: Institucionalização de um mecanismo funcional para sistemas de aviso prévio para melhorar a acção atempada	4.1.7 Formar os CLGRC (6) nos distritos e municípios em metodologias de planificação de contingência	DPM	10.000	10.000	TRAC
		4.2.1 Monitorar e cuidar da manutenção do sistema de alarme de emergência na Bacia do Licungo	DPM	5.000	5.000	TRAC
		4.2.2 Divulgar sistemas de aviso prévio tradicionais / locais pelas comunidades nas bacias hidrográficas do Incomati (Provincia de Maputo), Meluli (Provincia de Cabo Delgado) e Larde (Provincia de Nampula)	DPM	10.000	5.000	TBM
		4.3.1 Criar e equipar os CLGRC (5), com foco nas provincias do Niassa, Manica e Zambézia	DPM	20.000	20.000	TRAC
		4.3.2 Identificar e promover actividades de geração de renda amigas do ambiente tendo em vista a sustentabilidade dos CLGRC (5).	DPM/DARIDAS	20.000	10.000	TRAC
	Actividade 4.3: Criação, capacitação e manutenção de comités locais de gestão de riscos para o aviso prévio e acções atempadas	4.3.3 SIGIC: Formar os CLGRC (3) no uso do Datawinner	DPM	10.000	10.000	TBM
		4.3.4 Organizar a formação em RRD/DRR – AMC/CCA para os deputados (1 formação a nível nacional)	Coordenação/ CENOE/ DPM	10.000	10.000	TRAC
		4.3.5 Avaliar o impacto dos sistemas de aviso prévio (Cheias e Seca)	DPM/ Coordenação	20.000	10.000	TRAC
		4.4.1 Através de acções de formação (2 formações – central), divulgar os SOP para promover o uso do Data-winner	CENOE/DPM	10.000	10.000	TBM
		4.4.2 Monitorar e cuidar dos sistemas de aviso prévio de perigos conforme for necessário nas comunidades vulneráveis (Zambézia)	CENOE/DPM	5.000	5.000	TRAC

Resultado 5: Acções de resiliência às mudanças climáticas e meios de subsistência da comunidade melhorados para a resiliência a desastres: adaptação e redução da vulnerabilidade	Actividade 4.5: Definição de directrizes de recuperação que incluam a avaliação pós-danos e das necessidades (governo, parceiros de desenvolvimento e OSC), a capacitação e a programação da recuperação	4.5.1 Treinar técnicos em matéria de actualização de dados desagregados no SIG	CENOE	5.000	5.000	TRAC
		4.5.2 Treinar os COE (2 distritos em cada província – Niassa; Zambézia e Tete) em SIG e coordenação durante situações de emergência	CENOE	20.000	20.000	TRAC
		4.5.3 Estabelecer sistemas de aviso prévio da seca e treinar os técnicos em gestão e avaliação da seca em Manica	Daridas	10.000	10.000	TRAC
	Subtotal Resultado 4:			220.000	TRAC- 145.000 TBC - 0 TBM - 75.000	
		5.1.1 Identificar e divulgar através de demonstrações tecnologias adequadas de gestão da água para cada zona árida e semi-árida (3 comunidades semi-áridas)	Daridas	15.000	15.000	TRAC
		5.1.2 Implementar tecnologias de dessalinização da água com base no uso de dessalinizadores em Maputo	Daridas	10.000	10.000	TRAC
		5.2.1 Monitoria da implementação das tecnologias de gestão da água nas zonas áridas e semi-áridas	Daridas	5.000	5.000	TRAC
		5.2.2 Promover actividades de geração de renda amigas do ambiente e sustentáveis através de campos / terrenos de demonstração envolvendo os CLGRC nas zonas áridas (Zambézia e Niassa)	DPM/Daridas	10.000	10.000	TRAC
		5.3.1 Através do laboratório de resiliência inovador, procurar ideias novas e inovadoras na criação de resiliência contra choques	CENOE/DPM	10.000	10.000	TRAC
Actividade 5.4: Promover a pesquisa científica e a disseminação sobre	5.4.1 Avaliar o impacto do estudo sobre as mudanças climáticas na resiliência das comunidades e na sua infra-estrutura nas zonas urbanas e rurais (Niassa, Zambézia e Tete).	CENOE	15.000	15.000	TRAC	

	5.4.2 Monitoria e manutenção dos sistemas de aviso prévio da seca	DPM/Daridas	5.000	5.000	TRAC
	5.4.3 Através da formação, fortalecer a geração de informação sobre a previsão meteorológica sazonal	INAM	5.000	5.000	TRAC
	5.4.4 Avaliar modelos locais aplicados aos sistemas de aviso prévio no país	INAM	20.000	10.000 10.000	TRAC TRAC
	5.4.5 Divulgar o manual de adaptação às mudanças climáticas e DRR/RRD através de seminários / workshops (1 workshop no Niassa e 1 na Zambézia)	MITADER	20.000	20.000	TRAC
	5.4.6 Capacitar grupos ambientais através da realização de workshops (2) (1 Niassa e 1- Zambézia)	MITADER	20.000	20.000	TRAC
	5.4.7 Implementar o plano local de adaptação em 4 distritos	MITADER	20.000	20.000	TRAC
			155.000	TRAC- 155.000 TBC- 0 TBM- 0	
	Subtotal Resultado 5:				
	Produto de Comunicação e Conhecimento		10.000		
	Monitoria		10.000		
	Total (Resultado 1, 2, 3, 4, 5 Monitoria):				
Avaliação (intermédia e de fim do projecto)	Intermédia				
	Fim do projecto		100.000		
Auditoria do Programa			10.000		
Custo de Gestão do Programa			570.000		
TOTAL GERAL			1.425.000	TRAC- 605.000 TBC- 0 TBM- 120.000	

IX Mecanismos de Governação e Gestão

1. Organograma do Projecto



*O Orçamento do Assistente Financeiro encontra-se no projecto 'Biodiversidade'

**Nota: O orçamento da DDR/RRD - CCA/AMC CTA é coberto no âmbito deste projecto. O Orçamento para o CTA afecto ao MITADER é coberto pelo projecto da carteira do ambiente. O CTA afecto ao MITADER articulará com o CTA do INGC para prestar assistência técnica a actividades específicas para este projecto, com foco no apoio às políticas de mudanças climáticas e ambiente. O Voluntário da ONU Internacional deverá ser pago pela Sede em Bona, Alemanha.

***Funções / Definições

Pessoal do PNUD: Um elemento do quadro do pessoal do PNUD elabora a abordagem, justificação e fundamentação da ideia do projecto em consulta com os parceiros e intervenientes competentes. Esta ideia ou conceito do projecto deve ser documentada no Atlas.

Director do Projecto: Em consulta com a agência de Coordenação do Governo, os directores de programas assumem a responsabilidade principal pela aprovação do conceito e proposta do projecto no Atlas, garantem que a justificação do projecto seja devidamente consultada e analisada e nomeiam um Responsável pelo Desenvolvimento do Projecto (Project Developer).

Garantia de Qualidade do Projecto: Garante que a formulação e os procedimentos de avaliação necessários sejam seguidos e que o módulo de Gestão de Projectos do Atlas seja devidamente activado.

VIII. CONTEXTO JURÍDICO E GESTÃO DE RISCOS

Selecione a opção abaixo para o texto legal padrão relevante:

1. Contexto Jurídico:

- ☐ O país assinou o Standard Basic Assistance Agreement (SBAA)
- ☐ O país não assinou o Standard Basic Assistance Agreement (SBAA)
- ☐ Projecto Regional ou Global

Este documento, juntamente com o CPAP assinado pelo Governo e o PNUD que é incorporado por referência, constituem, em conjunto, o Documento do Projecto, conforme referido no SBAA [ou outro acordo relevante] e todas as disposições do CPAP aplicam-se ao presente documento.

Em conformidade com o Artigo III do Acordo Padrão de Assistência Básica (Standard Basic Assistance Agreement), a responsabilidade pela protecção e segurança do parceiro de implementação, bem como do seu pessoal e propriedade e da propriedade do PNUD sob custódia do parceiro de implementação recai sobre o parceiro de implementação.

O parceiro de implementação deve:

- a. Implementar um plano de segurança apropriado e mantê-lo, tomando em consideração a situação de segurança do país onde o projecto está a ser implementado;
- b. Assumir todos os riscos e responsabilidades relacionados com a segurança do parceiro de implementação, bem como a implementação na íntegra do plano de segurança.

O PNUD reserva-se o direito de verificar a existência de plano e de sugerir alterações ao mesmo, caso seja necessário. A não manutenção e implementação de um plano de segurança adequado, conforme o aqui estabelecido, será considerado uma violação do presente acordo.

O parceiro de implementação concorda em realizar todos os esforços razoáveis no sentido de garantir que nenhum dos fundos do PNUD recebidos em conformidade com o Documento do Projecto sejam usados para prestar apoio a pessoas ou entidades associadas ao terrorismo e que os beneficiários de quaisquer valores disponibilizados pelo PNUD neste âmbito não constem da lista na posse do Comité do Conselho de Segurança, criado em conformidade com a resolução 1267 (1999). Poder-se-á consultar a lista em:

<http://www.un.org/Docs/sc/committees/1267/1267ListEng.htm>. Esta disposição deve ser incluída em todos os contratos ou sub-acordos celebrados ao abrigo deste Documento do Projecto”.

2. Parceiro de Implementação:

☒ Entidade do Governo (NIM)

☒ PNUD (DIM)

- ☐ OSC/ONG/ONGI
- ☐ Agência da ONU (que não seja o PNUD)
- ☐ Projectos globais e regionais

Ou [clique aqui](#) para obter a versão em MS Word das cláusulas padrão de gestão de risco e legal.

IX. ANEXOS

1. Relatório de Garantia de Qualidade do Projecto

Resultado 1: Mecanismos de políticas, legais e institucionais melhorados para a adaptação às mudanças climáticas e a gestão de risco de desastres (Governança do Risco de Desastres)		
Resultado da Actividade 1 (ID da Actividade Atlas)	<i>Título abreviado para ser usado no ID da Actividade Atlas</i> <i>Regulamentos e Decretos</i>	Data de Início: Jan de 2018 Data Final: Dez de 2021
Objectivo	<i>Qual é o objectivo da actividade?</i> Garantir a existência de regulamentação apropriada, que é entendida e implementada para reduzir os riscos de desastres e adaptar às mudanças climáticas	
Descrição	Advocacia, comunicação e disseminação pública, formação	
Crítérios de Qualidade <i>Como/com que indicadores a qualidade do resultado da actividade será medida?</i>	Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	Data de Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i>
Progresso da aprovação dos regulamentos Nacionais de Gestão de Desastres	Acta das reuniões, relatórios trimestrais	Julho de 2018
Número de Propostas de Decretos elaboradas e aprovadas	Acta das reuniões, propostas de documentos	Julho de 2019
Número de actividades de disseminação realizadas	Relatórios trimestrais, visitas de campo, relatórios do workshop	Dez de 2018
Número de actividades de disseminação (estudos sobre mudanças climáticas, fase 1 e 2)	Actividade relatórios, acta das reuniões	Outubro de 2019
Número de consultas realizadas sobre os regulamentos	Acta das reuniões, relatórios trimestrais	Outubro de 2018
Número de reuniões de consulta realizadas para avaliar o impacto socioeconómico das mudanças climáticas com base nos estudos do INGC, Fase I e II, na divulgação em curso e nas melhores práticas para a adaptação das comunidades	Relatório do workshop, relatório de lições aprendidas	Outubro de 2018
Número de reuniões de revisão do Plano Director da DRR/RRD	Acta das reuniões, propostas sucessivas de documentos revistos	Primeira avaliação em Abril de 2018, depois a cada trimestre
Número de sessões de trabalho com os ministérios relevantes para a harmonização das estratégias sectoriais de DRR/RRD	Actas das sessões de trabalho	Anual
RESULTADO 2: Perfis de risco e de vulnerabilidade melhorados através de uma melhor avaliação do risco de desastres e climático e gestão de informação para uma tomada de decisões com base em informações sobre os riscos		
Resultado da Actividade 1 (ID da Actividade Atlas)	<i>Título abreviado para ser usado no ID da Actividade Atlas</i> <i>Sistema de Informação de Riscos</i>	Data de Início: Jan de 2018 Data Final: Dez de 2021
Objectivo	<i>Qual é o objectivo da actividade?</i>	

	<i>Existe informação accionável: Garantir que seja gerada informação relevante, precisa e actualizada e que a mesma seja partilhada com os intervenientes relevantes para uma tomada de decisões baseada na informação sobre o nível de riscos no reforço da resiliência das comunidades a desastres</i>
Descrição	<i>Bases de dados, formação, gestão do conhecimento / sistemas de informação</i>

Critérios de Qualidade	Método de Qualidade	Data de Avaliação
<i>Como/com que indicadores a qualidade do resultado da actividade será medida?</i>	<i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	<i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i>

Consultas e workshops realizados para desenhar um Sistema de Informação de Gestão para o CENOE	Actas, relatórios dos workshops, produtos do SIG	Out de 2018
Número de workshops de formação realizados sobre novos SIG	Relatórios do workshop	Dez de 2018
Número de pessoas formadas em colecta de dados do dia-a-dia referentes a perdas causadas por desastres	Relatórios do workshop	Nov de 2018
Número de ferramentas desenvolvidas e harmonizadas sobre a colecta de dados e gestão de informação	Relatório documentos, acta das reuniões	Nov de 2018
Número de perfis de avaliação de riscos concluídos	Relatórios de avaliação de riscos	Dez de 2019
Número de reuniões realizadas sobre a produção do Atlas de riscos	Actas e relatórios	Dez de 2019
Número de relatórios de pesquisa na área de DRR/RRD e CCA/AMC produzidos	Documentos de relatório, acta das reuniões	Dez de 2019
Número de planos provinciais e distritais que integram a análise de desastres	Documentos de planificação, acta das reuniões	Dez de 2019
Número de reuniões realizadas para analisar a eficácia do SIG	Relatório sobre as lições aprendidas, acta das reuniões	Dez de 2020
Número de cidades com planos de abrigo pré-desastres baseados na avaliação	Documentos dos planos de abrigo, acta das reuniões	Dez de 2019

RESULTADO 3: Capacidades do governo e das comunidades locais fortalecidas para o reforço da resiliência a desastres

Resultado da Actividade 1 (ID da Actividade Atlas)	<i>Título abreviado para ser usado no ID da Actividade Atlas</i> <i>Resiliência das Comunidades</i>	Data de Início: Jan de 2018 Data Final: Dez de 2021
Objectivo	<i>Qual é o objectivo da actividade?</i> <i>Garantir a resiliência das comunidades aos impactos das mudanças climáticas e dos desastres</i>	
Descrição	<i>Formação, comités comunitários criados, troca de experiências Sul-Sul</i>	
Critérios de Qualidade	Método de Qualidade	Data de Avaliação
<i>Como/com que indicadores a qualidade do resultado da actividade será medida?</i>	<i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	<i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i>
Número de funcionários do governo formados em DRM/GRD	Relatórios de formação e de missão	Anual
Número de comités locais de gestão de riscos formados e equipados	Base de dados dos comités (INGC), visitas de campo, relatórios periódicos	Anual

Número de distritos e comunidades prioritizados para as intervenções de DDR/RRD - CCA/AMC	Relatórios provinciais, lista de distritos e de comunidades	Julho de 2018
Número de OSC que implementam mini-projectos de DDR/RRD - CCA/AMC	Relatórios das ONG Visitas de campo de Monitoria	Dez de 2019 Set de 2018
Número de consultas realizadas para avaliar a eficácia dos comités locais de gestão de risco na resposta a desastres	Acta das reuniões, visitas de monitoria	Março de 2018

RESULTADO 4: Processos de prontidão e recuperação da resiliência reforçados

Resultado da Actividade 1 (ID da Actividade Atlas)	<i>Título abreviado para ser usado no ID da Actividade Atlas</i> <i>Gestão de Emergência</i>	Data de Início: Jan de 2018 Data Final: Dez de 2021
Objectivo	<i>Qual é o objectivo da actividade?</i> <i>Garantir a prontidão e respostas efectivas de emergência para a recuperação da resiliência</i>	
Descrição	<i>Formação, exercícios de simulação, planos de recuperação atempada implementados</i>	
Crítérios de Qualidade <i>Como/com que indicadores a qualidade do resultado da actividade será medida?</i>	Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	Data de Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i>
Número de funcionários do governo a todos os níveis treinados em processos de recuperação	Relatórios de formação, visitas de campo	Anual
Número de ferramentas desenvolvidas sobre processos de recuperação	Ferramentas desenvolvidas, relatório anual do governo	Dez de 2018
Número de reuniões realizadas sobre a planificação de contingência	Relatório sobre o plano de contingência e relatório da missão	Anual
Número de exercícios de simulação realizados	Relatórios de simulação e da missão	Anual
Número de comités locais de gestão de risco treinados para o exercício de simulação	Relatório de formação	Anual
Número de testes realizados com o equipamento de busca e salvamento	Visitas de monitoria, relatórios de simulação	Dez de 2019
Número de reuniões realizadas para analisar/avaliar a(s) ferramenta(s) de recuperação	Acta das reuniões e ferramenta(s) revista(s)	Dez de 2020

RESULTADO 5: Acções de resiliência às mudanças climáticas e meios de subsistência da comunidade melhorados para a resiliência a desastres

Resultado da Actividade 1 (ID da Actividade Atlas)	<i>Título abreviado para ser usado no ID da Actividade Atlas</i> <i>Acções de resiliência às mudanças climáticas</i>	Data de Início: Jan de 2018 Data Final: Dez de 2021
Objectivo	<i>Qual é o objectivo da actividade?</i> <i>Garantir que as comunidades que vivem nas zonas áridas e semi-áridas sejam capazes de se adaptar ao impacto das mudanças climáticas com meios de subsistência alternativos</i>	

Descrição	<i>Reuniões técnicas, formação, estudo, actividades de disseminação</i>	
Critérios de Qualidade <i>Como/com que indicadores a qualidade do resultado da actividade será medida?</i>	Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	Data de Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i>
Número de grupos comunitários das zonas áridas e semi-áridas identificados	Relatórios do INGC e dos Distritos, lista das comunidades seleccionadas	Julho de 2018
Número de CERUM avaliados para beneficiarem de apoio	Lista de CERUM e relatórios da missão	Junho de 2018
Número de reuniões realizadas com os comités locais de gestão de riscos para avaliar meios de subsistência alternativos	Relatórios do INGC e dos Distritos, relatórios da missão	Julho de 2018
Número de comunidades que cultivam culturas resistentes à seca	Relatórios da missão e sobre os meios de subsistência	Julho de 2018
Número de locais de abastecimento de água colocados à disposição das comunidades	Relatórios do INGC e dos distritos, relatórios da missão	Dez de 2020
Número de sistemas de abastecimento de água multifuncionais fornecidos às comunidades nas zonas áridas e semi-áridas	Documentos do relatório, incluindo figuras	Dez de 2020
Número de comunidades envolvidas em acções de geração de renda (produção de bebidas alcoólicas, processamento de frutas, irrigação, etc.)	Relatórios do INGC e da missão	Dez de 2018
Número de workshops de formação realizados para os comités locais	Relatórios do workshop, lista de participantes	Dez de 2018
RESULTADO 6: Gestão do Projecto		
Resultado da Actividade 1 (ID da Actividade Atlas)	<i>Gestão do Projecto</i>	Data de Início: Jan de 2018 Data Final: Dez de 2021
Objectivo	<i>Qual é o objectivo da actividade?</i> <i>Garantir que o projecto seja gerido com sucesso, que disponha dos recursos humanos necessários e de outros recursos</i>	
Descrição	<i>Custos do pessoal (do PNUD), incluindo as viagens necessárias para monitorizar o projecto, consumíveis, custos administrativos, etc.</i>	
Critérios de Qualidade <i>Como/com que indicadores a qualidade do resultado da actividade será medida?</i>	Método de Qualidade <i>Meios de verificação. Que método será usado para determinar se os critérios de qualidade foram satisfeitos?</i>	Data de Avaliação <i>Quando será feita a avaliação da qualidade?</i>
Pessoal (PNUD e INGC) formado para apoiar o projecto (modalidades do NIM, etc.)	Relatórios de formação	Junho de 2018
Número de visitas de campo de monitoria realizadas	Relatórios de regresso ao escritório	Anual
Avaliação de desempenho do pessoal do PNUD	Relatórios do PMD	Anual

2. **Modelo de Rastreio Social e Ambiental** [Inglês] [Francês] [Espanhol], incluindo outras Avaliações Sociais e Ambientais ou Planos de Gestão, conforme for relevante. *(NOTA: O Rastreio Social e Ambiental não é obrigatório para os projectos em que o PNUD é apenas o Agente Administrativo e/ou os projectos que constituídos apenas por relatórios, coordenação de eventos, acções de formação, workshops, reuniões, conferências, preparação de materiais de comunicação, capacitação de parceiros para participarem em negociações e conferências internacionais, coordenação de parcerias e gestão de redes, ou projectos globais / regionais, sem actividades a nível do país).*

N/A

3. **Análise de Riscos.** Favor usar o modelo Risk Log (Registo de Riscos). Favor consultar o Deliverable Description of the Risk Log (Descrição de Resultados do Registo de Riscos), que contém instruções

4. **DIÁRIO DE RISCOS OFFLINE**

Título do Projecto: Capacitação do governo e quadros de adaptação e resiliência a desastres				ID de Adjudicação: 00063225	Data:				
#	Descrição	Data Identificada	Tipo	Impacto e Probabilidade	Contra medidas / Resposta de Gestão	Dono	Submetido, atualizado por	Última atualização	Situação
1	Risco de desastres naturais em grande escala que exigem recursos por períodos prolongados	Outubro de 2016	Ambiental	Potencial para retardar a implementação das actividades programadas. P =4 I = 4	O risco pode ser minimizado pela planificação de actividades no terreno fora da época das chuvas e de ciclones	Oficial do Projecto			
2	Dotação Orçamental insuficiente para a implementação das actividades	Outubro de 2016	Financeiro	Se não forem mobilizados fundos suficientes dos doadores, os recursos básicos por si só não são suficientes para a implementação das actividades do projecto P=4 I=4	As actividades de mobilização de recursos devem ser realizadas pelo PNUD para mobilizar recursos suficientes de forma atempada. Além disso, as actividades do projecto devem ser planificadas com cuidado para garantir a eficiência em termos de custos	Oficial do Projecto			
3	Risco de atrasos nos processos de aquisições (procurement) que afectam a implementação das actividades	Outubro de 2016	Operacional	Tanto as aquisições do Governo como do PNUD podem sofrer atrasos inesperados e afectar a implementação atempada das actividades P=3 I=3	Nos casos em que as actividades de campo dependem da aquisição de bens e serviços, os processos de aquisição devem ser iniciados com bastante antecedência das actividades de campo	Oficial do Projecto			

4	Risco de atrasos, etc. devido à falta de cumprimento dos procedimentos NIM do PNUD	Outubro de 2016	Operacional	Se o pessoal do projecto e dos escritórios de representação relevantes não entender devidamente os procedimentos NIM, o projecto pode sofrer atrasos (nas aquisições, transferência do dinheiro, etc.) P=3 I=3	A formação de todo o pessoal relevante deve ser concluída assim que possível para garantir o domínio dos procedimentos NIM	Oficial do Projecto		
4	Risco de tensão política que afecta as prioridades do governo	Outubro de 2016	Político	Com a tensão política ao longo do ciclo de vida do projecto, existe a possibilidade de os recursos serem desviados para atender às necessidades das comunidades deslocadas em resultado da tensão ou as actividades programadas podem não ser implementadas em certas zonas devido a preocupações com a segurança P=2 I=3	O desembolso de fundos será monitorizado para que esteja em conformidade com o Plano de Trabalho Anual (PTA), será convocada uma reunião da direcção do projecto para discutir actividades, definir áreas e redistribuir os recursos, caso se revele necessário	Oficial do Projecto		

5. Avaliação das Capacidades:

Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC)

Lista de Verificação dos Parceiros de Implementação

Data: Outubro de 2016

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
PARTE I. INFORMAÇÃO DE BASE		
1. Historial	<p>Data de criação da organização</p> <p>O INGC foi criado em Junho de 1999 por Decreto Nº 38/1999, em substituição do Departamento de Prevenção e Combate de Calamidades Naturais (DPCCN), que estava mais virado para a prestação de apoio logístico (aquisição e distribuição de alimentos), para situações complexas de emergência causadas pela guerra, bem como o apoio às populações afectadas pela seca. Em Junho de 2014, foi promulgada uma Lei (Lei Nº. 15/2014) pelo Parlamento destinada a orientar a gestão de risco de desastres no país</p>	Relatórios anuais, Kit de Meios de Comunicação, Website; Boletim da República
2. Mandato e representação	<p>Qual é actual mandato ou objectivo da organização? Qual é a principal representação da organização?</p> <p>O INGC é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa. O seu mandato é orientar e coordenar a gestão de desastres a nível nacional, provincial e distrital, especialmente em relação às actividades de prevenção e mitigação, assim como o apoio às vítimas de desastres. O Instituto estava sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros até Novembro de 2005. Agora está subordinado ao Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP)</p>	Relatórios anuais, Kit de Meios de Comunicação, Website
3. Estatuto Legal	<p>Qual é o estatuto legal da organização? Cumpriu os requisitos legais para operar no país do programa?</p> <p>O INGC foi criado em Junho de 1999 por Decreto Nº 38/1999. O mandato e funções da instituição foram revistos através do Decreto 49/2005, de 14 de Dezembro. O Estatuto Orgânico do INGC foi aprovado por Decreto 52/2007, de 27 de Novembro. A Lei Nº 15/2014 foi promulgada para</p>	Carta, registo legal, Boletim da República – 3º Suplemento, I Série, Nº 47

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	nortear as acções do INGC. Todos estes instrumentos estão em conformidade com o parágrafo f), do Artigo 204 da Constituição.	
4. Financiamento	Qual é a principal fonte(s) de fundos da organização? Orçamento do Estado (aprox. 55% do orçamento total do INGC)	Relatórios anuais
5. Certificação	A organização está certificada de acordo com padrões internacionais ou procedimento de certificação? O INGC não tem a certificação internacional ISO nem está certificado pelas normas de Gestão de Projectos	ISO, norma de Gestão de Projectos, outras normas
6. Organizações proibidas	A organização consta de qualquer lista de referência da ONU de organizações proibidas? Não	http://www.un.org/sc/committees/1267/consolist.shtml
PARTE II. CAPACIDADE DE GESTÃO DO PROJECTO		
2.1 Capacidade de Gestão		
1. Compromisso da Liderança	Os líderes da organização estão prontos e dispostos a implementar o projecto proposto? Sim. Desde o início de 2000 que o INGC demonstrou de forma constante o seu empenho em relação a uma abordagem de redução de risco de desastres que está alinhada com a do Quadro de Acção de Hyogo 2005 – 2015, o seu sucessor SF-DRR (2015-2030) e a da Carta Africana para a Redução de Risco de Desastres. O Plano Director para a implementação orienta as acções de vários ministérios relevantes e é a ferramenta de operação para a materialização da DRR/RRD em Moçambique, sob a liderança do INGC, MAEPF e antes e durante as emergências, do Primeiro-Ministro. Nestes termos, e dada a experiência de trabalho anterior com o PNUD nesta área, existe vontade por parte do INGC de implementar o projecto.	Entrevistas
2. Experiência em Gestão e Qualificações	Que directores / gestores da organização estariam envolvidos no projecto proposto? Quais são as suas credenciais e experiência relacionadas com o projecto proposto? Estes gestores têm experiência de	CV dos gestores Entrevistas com os gestores Relatórios de projectos anteriores

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	<p><i>implementação de projectos financiados pelo PNUD ou por outros doadores?</i></p> <p>A nível da liderança / gestão do INGC, são comuns qualificações académicas na área da agricultura, assim como a experiência em gestão de emergências e redução de riscos, no que diz respeito a outros perigos. As qualificações formais em gestão de riscos em geral estão mais concentradas nos níveis júnior da organização, mas a formação profissional em curso, a troca de experiências Sul-Sul, a participação em acções de formação e seminários internacionais, etc. garante que as habilidades tanto a nível de gestão como técnico sejam continuamente actualizadas.</p> <p>Além disso, o INGC possui experiência de gestão de projectos financiados pelo PNUD na área de Redução de Risco de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas. A instituição também tem experiência de gestão de outros projectos de Gestão de Risco de Desastres financiados por doadores.</p>	
3. Plano e orçamento	<p><i>A organização aplica uma metodologia de gestão baseada em resultados? Existem resultados ou entregáveis mensuráveis nas estratégias, programas e planos de trabalho? Os orçamentos são proporcionais aos resultados pretendidos? De que forma os técnicos de planificação identificam e acomodam os riscos?</i></p> <p>O Plano Económico e Social (PES) anual e os planos de trabalho anuais das Direcções devem indicar as “metas físicas anuais” e o orçamento indicativo pelos quais a direcção e o pessoal são responsabilizados, indicando que existe até certo ponto uma responsabilização pelos resultados. Estas metas físicas baseiam-se nos objectivos traçados no Plano Director de redução de risco de desastres. Nos casos em que existam défices de orçamento entre as alocações do governo e o orçamento necessário para as actividades, os doadores são chamados a direccionar os seus fundos para estas áreas, onde for aplicável para as prioridades de cada doador.</p>	<p>Documentos de estratégia</p> <p>Documentos do projecto e do programa</p> <p>Amostra de propostas, planos de trabalho e orçamentos</p>

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	Perguntas de Avaliação	Documentos de Referência e Fontes de Informação
	<p>O INGC também presta contas anualmente sobre a implementação do PES. A prestação de contas da implementação do PES é partilhada com os doadores e constitui a base para a planificação e revisão anual conjunta.</p> <p>O Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC) é a estrutura de coordenação, existindo um Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades (CCGC), constituído por Ministros e presidido pelo Primeiro-ministro e o Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC), constituído por representantes dos ministérios relevantes e presidido pelo Director Geral do INGC. O CTGC é usado pelo INGC como fórum de análise das intervenções em curso de redução de risco de desastres, prontidão e resposta no país, em parceria com a equipa da ONU, organizações humanitárias e outros parceiros que trabalham na área de gestão de risco de desastres.</p> <p>Na qualidade de instituição de coordenação, o INGC está a implementar projectos de DRR/RRD a nível nacional, provincial e distrital e encontra-se a implementar projectos com indicadores específicos em conjunto com vários parceiros; existe um quadro claro de monitoria e revisão periódica do progresso e das respectivas realizações.</p> <p>O INGC trabalhou no passado com parceiros bilaterais e multilaterais, onde é comum a prestação de contas periódica e a revisão conjunta dos projectos;</p> <p>Desde a sua reestruturação, a elaboração de relatórios e a realização de workshops sobre lições aprendidas em gestão (resposta) de desastres, que reúnem diversos parceiros envolvidos directa ou indirectamente nas operações de emergência, são periódicas.</p>	
4. Supervisão, avaliação e prestação de contas	<p><i>De que maneira os directores supervisionam a implementação dos planos de trabalho? Como é que medem o progresso em função das metas?</i></p> <p><i>Como é que a organização documenta o seu desempenho, por exemplo em relatórios anuais ou periódicos? Como é que os planos e realizações da organização são apresentados aos intervenientes?</i></p>	<p>Relatórios anuais, apresentação aos intervenientes</p> <p>Relatórios internos</p> <p>Relatórios de avaliação</p> <p>Relatórios das lições aprendidas</p>

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	<p><i>A organização realiza reuniões periódicas de revisão do programa ou do projecto? Essas reuniões são abertas a todos os intervenientes?</i></p> <p><i>As actividades da organização estão sujeitas à avaliação externa? Como é que a organização aprende e se adapta com base nas suas experiências?</i></p> <p>No INGC, os níveis provincial e distrital prestam contas ao nível central através das várias direcções e o INGC presta contas periodicamente ao CTGC, com base no Plano Director de Prevenção e Mitigação de Desastres. O INGC presta contas ainda sobre a implementação da Estratégia de Redução da Pobreza, através de um conjunto de indicadores aprovados conjuntamente pelo Governo e Doadores.</p> <p>O INGC também presta contas aos seus parceiros e doadores bilaterais e multilaterais, através de relatórios, monitoria e observação directa do projecto em curso e suas realizações.</p>	
5. Rede de contactos	<p><i>Que outras organizações são cruciais para o funcionamento bem-sucedido desta organização? Como é que a organização estabelece as suas relações com estas organizações? A organização faz parte das redes de conhecimento, órgãos de coordenação e outros fóruns?</i></p> <p>O INGC desempenha as funções de coordenador do CTGC e, nesta qualidade, mantém uma rede de contactos com outros ministérios e parceiros não-governamentais através deste fórum, com reuniões periódicas, consultas e divulgação de informação dentro deste fórum.</p>	Descrições da rede de contactos e fóruns de intervenientes
2.2 Capacidade Técnica *		
1. Conhecimento e competências técnicas	<p><i>As competências e experiência dos profissionais técnicos da organização correspondem às exigidas para o projecto? Tais profissionais estariam disponíveis para o projecto?</i></p> <p><i>A organização possui a infra-estrutura técnica necessária (ex., laboratórios, equipamento, software, bases de dados técnicos, etc.) para apoiar a implementação do projecto?</i></p> <p><i>Como é que os membros da organização se mantêm informados sobre as técnicas e tendências mais recentes nas suas áreas de competência?</i></p>	CV do pessoal técnico Estatuto de membro de redes de

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	<p><i>Que redes e contactos técnicos externos são utilizados pela organização?</i></p> <p><i>A que associações profissionais a organização e/ou os seus profissionais pertencem?</i></p> <p>O INGC tem dois departamentos técnicos (Departamento de Prevenção e Mitigação – DPM e Departamento para o Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-áridas – DARIDAS). O INGC também gere o Centro Nacional de Operações de Emergência (CENOE) e 3 Centros Operacionais regionais (CENOE regionais em Vilanculos, Caia e Nacala), a Unidade de Protecção Civil (UNAPROC) e o Gabinete de Coordenação da Reconstrução (GACOR). Foram também criados três Centros Distritais de Recursos e de Uso Múltiplo (CERUM) nas zonas áridas e semi-áridas e nas zonas de reassentamento pós-cheias.</p> <p>Todas as estruturas acima mencionadas são geridas por um Director Nacional, com pessoal técnico específico. O pessoal do INGC está a ser treinado com regularidade, nomeadamente através de projectos de capacitação financiados pelo PNUD e outros parceiros.</p> <p>O INGC também desenvolveu protocolos para a utilização dos serviços de instituições especializadas (tais como o INAM, DINAGECA,) para fazer face aos perigos hidro-meteorológicos e geológicos.</p> <p>O pessoal participa em reuniões e seminários periódicos dentro do país e no estrangeiro para se manter atualizado sobre os avanços mais recentes em áreas relevantes. O pessoal também utiliza contactos dentro da SADC, usa a rede do SARCOF para actualizações de previsões meteorológicas e estabelece contactos através da rede da plataforma global para a redução de risco de desastres e a Facilidade Global para a Redução de Risco de Desastres (GFDRR). Também participa em reuniões periódicas da Plataforma Global para a Redução de Desastres, convocadas pela ISDR de dois em dois anos. Em resultado disso, é elaborada uma actualização da situação da DRR/RRD em Moçambique, que é incluída no relatório de Avaliação Global da DRR/RRD.</p>	<p>conhece</p> <p>nto</p> <p>Bibliotecas técnicas</p> <p>Relatórios da participação em reuniões e conferências internacionais, regionais, nacionais ou locais</p> <p>Descrição das facilidades</p>
PARTE III. CAPACIDADES ADMINISTRATIVAS E DE GESTÃO FINANCEIRA		
3.1 Capacidade administrativa. Nota: Responder apenas às perguntas que são relevantes ao projecto proposto.		
1. Condições, infra-estrutura e equipamento	<p><i>A sua organização possui condições administrativas, infra-estrutura, equipamento e orçamento suficientes para a realização das suas actividades, particularmente em relação aos requisitos do projecto?</i></p> <p><i>A organização consegue gerir e manter o equipamento e a infra-estrutura das áreas administrativa e técnica?</i></p> <p>O INGC a nível central opera a partir do seu edifício Sede em Maputo e dos Centros Nacionais de Operações de Emergência, a partir de onde o Director e o seu Adjunto trabalham. Eles têm infra-estrutura e</p>	<p>Condições e equipamento disponíveis para atender às necessidades do projecto</p> <p>Pessoal de manutenção e orçamento</p>

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	<p>equipamento nas duas instalações para realizarem as suas actividades. A nível central, o INGC possui infra-estrutura relativamente bem equipada que foi construída em 2007, com equipamento de TI, ligação à internet funcional e outras ferramentas de comunicação (rádio, VSAT, etc.).</p> <p>Foram estabelecidos 3 Centros Operacionais regionais (CENOE regionais) em Vilanculos, Caia e Nacala e 3 Centros de Uso Múltiplo (CERUM) foram também criados nas zonas áridas e semi-áridas, nomeadamente Mabote, Funhalouro e Vilanculos. Ultimamente foi construído mais um CERUM na zona de reassentamento pós-cheias em Mutarara.</p> <p>A nível provincial e distrital, a infra-estrutura física (edifícios) representa um desafio, uma vez que muitos escritórios do INGC operam a partir das Direcções Provinciais, que pertencem a outros Ministérios.</p> <p>As competências técnicas são razoáveis dentro da organização e existe disponibilidade de pessoal para a manutenção do equipamento básico. No que diz respeito ao equipamento especializado necessário para o projecto, poderá ser necessária formação adicional para garantir uma manutenção adequada.</p> <p>O INGC possui um Departamento de Finanças, Administração e Recursos Humanos.</p> <p>O INGC possui uma Unidade que se destina à gestão dos Imóveis e cuja responsabilidade é preparar e lançar concursos públicos para a contratação do pessoal e empreitadas na observância da lei e regulamentos existentes;</p> <p>O INGC possui um sector de Imóveis responsável por registar, controlar e actualizar os bens do INGC. Este sector produz relatórios trimestrais, semestrais e anuais sobre a situação da infra-estrutura.</p> <p>Possui um modelo que ajuda a manter o inventário actualizado.</p> <p>Uma vez que o INGC está representado em todo o país, possui outros imóveis como armazéns nas três regiões principais (Sul, Centro e Norte) que são utilizados para armazenar e reservar equipamento. Todavia, é necessário melhorar o sistema para gerir correctamente e manter um bom registo dos bens.</p> <p>Está estabelecido um SIC e TI nas Delegações Provinciais e nos CENOE da região Sul e Central, o que contribuiu imenso para o actual desempenho</p>	

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	do INGC. Contudo, existe ainda a necessidade de expandir para a região norte, incluindo o CENOE e os COES provinciais, que são essencialmente as províncias mais vulneráveis.	
2. Aquisições e contratações	<p><i>A organização possui autoridade legal para celebrar contratos e acordos com outras organizações? A organização tem acesso à assessoria jurídica para garantir que os contratos sejam exequíveis, que satisfaçam os padrões de desempenho e protejam os interesses da organização e do PNUD?</i></p> <p><i>A organização possui capacidade de aquisição? O pessoal ligado às aquisições possui as competências e experiência que são apropriadas aos requisitos do projecto? A organização possui procedimentos de aquisição por escrito?</i></p> <p><i>Existem evidências de que a organização faz aquisições com base na melhor relação custo-benefício, transparência e concorrência internacional efectiva?</i></p> <p><i>A organização possui um sistema e procedimentos para a gestão dos bens e controlo do inventário?</i></p> <p>SIM. A Resolução 18/99 de 10 de Junho e o Decreto 52/2007 de Novembro de 2007, assim como a Lei Nº.15/2014 conferiram ao INGC autonomia administrativa e personalidade jurídica, que concedem ao INGC o direito e o poder de celebrar e de participar em contratos.</p> <p>SIM. O Decreto 54/2005 e a Lei Nº.15/2014 da Assembleia da República estabelecem e conferem poderes suficientes à Unidade Gestora e Executora das Aquisições para planificar e lançar concursos públicos para aquisição de bens, serviços e empreitadas.</p> <p>No âmbito da Unidade Gestora e Executora das Aquisições (UGEA), é efectuado o inventário periódico e actualizado dos bens e imóveis do INGC; a UGEA também cuida da venda de bens e outros imóveis de acordo com as necessidades. As actividades desta Unidade são regulamentadas pelo Decreto 23/2007 de 9 de Agosto e pela Lei Nº.15/2014 de 20 de Junho.</p>	<p>Manual de aquisições (procurement)</p> <p>Contratos padrão</p> <p>Documentação sobre processos de aquisição, amostra de contratos</p> <p>Base de dados dos fornecedores</p> <p>Relatórios de auditoria</p> <p>Entrevista com o conselho jurídico</p> <p>CV do pessoal das aquisições</p>

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
<p>3. Recrutamento e gestão de pessoal</p>	<p>As responsabilidades da UGEA também incluem a planificação, preparação e lançamento de concursos públicos ao abrigo do Decreto 54/2005 de 13 de Dezembro. A lei prevê a criação do Manual de Procedimentos de Aquisições de Bens e Serviços, assim como empreitadas, que fazem parte integrante dos modelos manuais de cartas e apoiam a informação para o lançamento adequado dos concursos.</p> <p>Estes procedimentos permitem ao INGC fornecer bens e serviços (água, alimentos, medicamentos e equipamento de abrigo para as pessoas afectadas) de forma atempada. Esta Unidade celebrou contratos com agências transportadoras; contratou empresas que construíram as instalações do CENOE e as casas de reassentamento nas zonas afectadas, apenas para mencionar alguns dos trabalhos realizados por esta unidade.</p> <p><i>A organização tem a autoridade legal para celebrar contratos com pessoas singulares?</i></p> <p><i>A organização possui capacidade de pessoal específico? O pessoal de recrutamento possui as competências e a experiência adequadas às necessidades do projecto? A organização tem procedimentos de recrutamento?</i></p> <p><i>Existem evidências de que a organização faz o recrutamento de uma forma objectiva, com base na concorrência, justiça e transparência?</i></p> <p><i>A organização tem uma escala salarial que se aplicaria ao pessoal do projecto? Essa escala inibiria a contratação dos melhores candidatos?</i></p> <p>SIM. Existem contratos padrão.</p> <p>O INGC contratou e recrutou técnicos nacionais e internacionais, com uma descrição de funções clara para o pessoal do projecto e realizou diversas actividades de curto, médio e longo prazos; por exemplo, lançou um concurso público para apetrechar o projecto com pessoal para desenvolver as zonas áridas e semi-áridas, que está em curso; colaborou com outras agências na contratação de consultores para a realização de estudos do impacto das mudanças climáticas. Contratou pessoal para apoiar a criação de fundos para a gestão de emergência e redução de riscos.</p>	<p>Manual do pessoal Contratos e acordos padrão Descrições de funções e termos de referência Documentação dos processos de recrutamento Cadastro de potenciais candidatos a emprego CV do pessoal de recrutamento</p>

3.2 Capacidade de Gestão Financeira		
1. Organização e pessoal de gestão financeira	<p><i>A organização possui regras e regulamentos escritos referentes à gestão financeira que estão em conformidade com os padrões internacionais? A organização possui uma unidade de financiamento específica?</i></p> <p><i>Os directores financeiros e o seu pessoal possuem competências e experiência adequadas às necessidades do projecto? A capacidade de gestão financeira existente é adequada para atender às necessidades adicionais do projecto?</i></p> <p><i>O pessoal financeiro tem experiência de gestão de recursos dos doadores?</i></p> <p>SIM. O INGC possui uma unidade financeira com um sistema de registo nos seguintes moldes:</p> <p>Livros de controlo interno e externo; livro de controlo bancário e livro de controlo do orçamento. Estes livros são usados pelo Ministério das Finanças para verificar a precisão do cumprimento da gestão financeira. É complementado por um sistema de relatórios de prestação de contas trimestrais, semestrais e anuais para o Ministério das Finanças que normalmente é colocado à disposição dos doadores mediante solicitação.</p> <p>Está em curso um trabalho de criação do manual de procedimentos para a regulamentação dos sectores financeiros.</p> <p>A acrescentar ao acima mencionado, a capacidade financeira ainda carece de reforço e o PNUD vai treinar parte do pessoal para gerir os recursos financeiros.</p> <p>No quadro da HACT, foi realizada uma micro-avaliação das capacidades de gestão financeira do INGC em 2007 e 2015.</p> <p>Também foram realizadas em 2009, 2010 e 2015 auditorias do projecto de redução de risco de desastres PNUD, que considerou que a posição financeira do projecto estava em conformidade com os requisitos contabilísticos do PNUD.</p>	<p>CV do pessoal financeiro</p> <p>Uma conta bancária ou extractos bancários</p> <p>Entrevistas com o pessoal de gestão financeira</p> <p>Manual de finanças</p> <p>Relatório de avaliação do sector financeiro</p>
2. Posição financeira	<p><i>A organização tem uma posição financeira sustentável?</i></p> <p><i>Qual é o valor monetário máximo que a organização já geriu? Se o projecto proposto for implementado por esta organização, que percentagem do financiamento total da organização o projecto abarcaria?</i></p> <p>SIM, para os fundos operacionais (recebidos do Orçamento do Estado), mas para a implementação dos projectos dependem das contribuições dos parceiros.</p> <p>Valor máximo de cerca de 450 milhões de Meticais (2016) (cerca de 15 milhões de dólares)</p>	Relatórios financeiros
3. Controlo interno	<p><i>A organização possui uma conta bancária? A organização tem regras e procedimentos sobre a segregação de tarefas para o recebimento, manuseamento e custódia de fundos? De que maneira a organização garante a segurança física dos adiantamentos, numerário e registos?</i></p> <p><i>A organização tem procedimentos escritos claros e sistemas de controlo interno que regem os pagamentos? Como é que a organização garante que as despesas estão em conformidade com a utilização que lhes é destinada? A organização tem uma política</i></p>	<p>Manual financeiro</p> <p>Regras e regulamentos financeiros</p>

	<p><i>que exige duas assinaturas para pagamentos acima de um determinado limite?</i></p> <p><i>Existe qualquer evidência de incumprimento de regras e procedimentos financeiros?</i></p> <p>SIM. Os adiantamentos são mantidos na conta bancária.</p> <p>SIM. As regras e procedimentos do governo.</p> <p>Não. Foram também realizadas auditorias em 2009, 2010 e 2015 do projecto de redução de risco de desastres do PNUD, que considerou que a posição financeira do projecto estava em conformidade com os requisitos contabilísticos do PNUD.</p>	
4. Contabilidade e relatórios financeiros	<p><i>As contas são abertas e mantidas de acordo com as normas ou requisitos nacionais?</i></p> <p><i>Quando e a quem a organização submete os seus relatórios financeiros?</i></p> <p><i>A organização consegue rastrear e prestar contas separadamente do recebimento e utilização de fundos de organizações doadoras individuais?</i></p> <p><i>Existe alguma evidência de deficiências na contabilidade ou relatórios financeiros?</i></p> <p>O INGC possui um sistema de contabilidade que tem 2 subdivisões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Departamento de Contabilidade e Finanças</i> Trata dos fundos do Estado que são utilizados para apoiar o plano de contingência; plano de investimento e fundos de funcionamento 2. <i>Departamento Previna</i> Dedica-se à gestão dos fundos dos parceiros bilaterais e multilaterais, bem como da receita gerada pelos bens/imóveis do INGC, receitas próprias ou outros fundos disponibilizados para a implementação do projecto. Os fundos do PREVINA são por vezes também utilizados para apoiar a contingência e o investimento. <p>O INGC submete relatórios financeiros numa periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual ao Ministério das Finanças relativamente às doações de fundos do Estado, assim como aos doadores bilaterais e multilaterais.</p> <p>Desde 2011 que o INGC abriu uma conta bancária especificamente para fundos do PNUD.</p>	<p>Descrição do sistema de contabilidade e das modalidades de prestação de contas</p> <p>Relatórios financeiros</p>
5. Auditoria	<p><i>A organização está sujeita à auditoria externa periódica? A auditoria é feita de acordo com normas de auditoria internacionais? As conclusões de auditoria são públicas? Em caso afirmativo, as auditorias financeiras da organização produziram quaisquer recomendações significativas para o fortalecimento dos sistemas e procedimentos financeiros? As auditorias identificaram situações de incumprimento das regras e procedimentos ou da má utilização de recursos financeiros? O que foi feito para implementar as recomendações da auditoria?</i></p> <p>Foi feita uma auditoria do projecto de DRR/RRD do PNUD em 2010, 2015 e 2016. Todas elas produziram de uma maneira geral uma avaliação positiva da probidade financeira.</p>	<p>Relatórios de auditoria</p> <p>Relatórios de seguimento de auditoria</p>

X. LISTA DE VERIFICAÇÃO DOS PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO

Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural: MITADER

Data: Outubro de 2016

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
PARTE I. INFORMAÇÃO DE BASE		
1. Historial	Data de criação da organização 1994	Relatórios anuais, Kit de Meios de Comunicação, Website; Boletim da República
2. Mandato e representação	<p>Qual é o actual mandato ou objectivo da organização? Qual é a principal representação da organização?</p> <p>O MITADER foi criado em substituição do MICOA e com o mandato de i) coordenar o processo de desenvolvimento sustentável, harmonizar os planos e programas de todos os intervenientes na exploração, uso, protecção e gestão dos recursos naturais; ii) desenvolver políticas e leis adequadas que irão garantir a sustentabilidade destes recursos; e iii) criar uma consciência e cultura públicas para as questões do ambiente em Moçambique. [1] O seu mandato e políticas reconhecem que outras entidades externas ao MITADER desempenham um papel crucial para garantir o desenvolvimento sustentável da nação, em particular os ministérios, governos locais, municípios, o sector privado e as comunidades.</p> <p>Uma das principais funções do MITADER é a coordenação inter-sectorial (além da investigação, planificação e informação sobre o estado do ambiente, o ordenamento territorial, a avaliação do impacto ambiental, a consciencialização e educação ambientais, a aplicação da legislação ambiental). Embora o mandato geral do MITADER seja claro, a operacionalização do seu mandato não está tão clara e detalhada.</p> <p>No que diz respeito à política internacional do GdM, o MITADER é também responsável pela coordenação da implementação dos Tratados e Convenções Ambientais e respectivos Protocolos, assim como outra legislação internacional aplicável que foi ratificada pelo país, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNCCC) e o Protocolo de Kyoto; • Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD); • Convenção sobre a Diversidade Biológica e o Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança; • Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozono e o Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Reduzem a Camada de Ozono; • Convenção de RAMSAR sobre as Terras Húmidas; • Convenção de Bona (Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Selvagens) • Convenção de Nairobi. <p>Além das suas funções a nível central, o MITADER também exerce o seu mandato a nível provincial através das direcções provinciais.</p>	Relatórios anuais, Kit de Meios de Comunicação, Website; Boletim da República

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	<p>Sob a tutela do MITADER, o Fundo do Ambiente (FUNAB) (criado pela Lei Nº 39/2000 de 17 de Outubro de 2000, recentemente alterada), possui autonomia administrativa, de activos e financeira. O seu mandato é promover a gestão dos recursos naturais e outras actividades de gestão ambiental, nomeadamente as relacionadas com a adaptação e mitigação das mudanças climáticas, com vista a garantir o desenvolvimento sustentável do país.</p> <p>O Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (CONDES) foi criado pela Lei do Ambiente (Decreto Nº. 40/2000 de 19 de Outubro) como um órgão consultivo do conselho de Ministros. O seu objectivo é garantir uma coordenação e integração efectivas e adequadas das actividades e princípios da gestão ambiental no processo de desenvolvimento do país. O Primeiro-ministro é o presidente do CONDES, que é constituído pelos seguintes ministérios: MITADER, MINAG, MITUR, ME, MPescas, MEF, MF, MTC, MOPH, MIC, MIREME, MAEFP, MMCAS. O CONDES também inclui representantes da sociedade civil e do sector privado. Existe um nível técnico do CONDES, que é constituído pelos sectores acima mencionados e representantes da sociedade civil, e o sector privado. O CONDES ainda não está representado a nível provincial.</p> <p>Outras estruturas sob a tutela do MITADER são o Instituto Técnico de Ordenamento Territorial (nível de ensino terciário) e os Centros de Desenvolvimento Sustentável que apoiam e/ou realizam actividades de gestão ambiental em diferentes áreas de foco das 3 regiões de Moçambique.</p>	
3. Estatuto Legal	<p>Qual é o estatuto legal da organização? Cumpru os requisitos legais para operar no país do programa?</p> <p>O MITADER pertence ao braço Executivo do Estado, legalmente constituído ao abrigo da Constituição de Moçambique e cumpriu os requisitos legais para o seu funcionamento.</p>	Carta, registo legal
4. Financiamento	<p>Qual é a principal fonte(s) de fundos da organização?</p> <p>A principal fonte de financiamento do MTADER continua a ser o financiamento dos doadores, embora algumas das actividades do Ministério sejam de geração de renda.</p> <p>Existem três fontes de financiamento das actividades do sector público no Sector do Ambiente em Moçambique. Trata-se de: a) financiamento não reservado alocado através do processo de negociação do orçamento nacional proveniente da receita normal do Estado (ou seja, receita fiscal) e apoio geral ao orçamento dos parceiros de desenvolvimento; b) receita reservada gerada pelas actividades de gestão ambiental e c) financiamento reservado providenciado pelos parceiros de desenvolvimento. A receita reservada gerada pelas actividades de gestão ambiental refere-se a taxas de concessão e multas cobradas pelo uso e gestão de recursos naturais, tais como florestas, áreas de conservação e uso da terra. O principal beneficiário destas receitas ambientais é o Fundo do Ambiente (FUNAB). Parte das despesas do FUNAB é coberta pelas receitas reservadas constituídas por 60 por cento do valor total cobrado pelas multas e taxas (Decreto 45/2004, de 29 de Setembro).</p>	Relatórios anuais

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
5. Certificação	A organização está certificada de acordo com padrões internacionais ou procedimento de certificação? Esta instituição não tem qualquer certificação (ISO, normas de Gestão de Projectos, outras normas).	ISO, normas de Gestão de Projectos, outras normas
6. Organizações proibidas	A organização consta de qualquer lista de referência da ONU de organizações proibidas? O MITADER não está listada no Conselho de Segurança das Nações Unidas 1267. (Note-se que o link apresentado não estava activo na altura da elaboração do presente relatório de CA.)	http://www.un.org/sc/comitees/1267/consolist.shtml
PARTE II. CAPACIDADE DE GESTÃO DO PROJECTO		
2.1 Capacidade de Gestão		
1. Compromisso da Liderança	Os líderes da organização estão prontos e dispostos a implementar o projecto proposto? A liderança do MITADER para as mudanças climáticas, gestão ambiental sustentável e redução da pobreza e da vulnerabilidade da população moçambicana é forte, liderando neste momento o desenvolvimento da estratégia nacional para mudanças climáticas. A sua função de coordenação levou o MITADER a estabelecer parcerias com outras instituições governamentais, universidades, sociedade civil e o sector privado, assim como a criar mecanismos de integração das questões ambientais noutros sectores. Sob a liderança e apoio do MITADER, vários sectores criaram Unidades do Ambiente (UA) com funções / mandatos ligeiramente diferentes, mas todos eles a estabelecerem ligações entre o respectivo sector e questões de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. A criação de UE sectoriais melhorou a comunicação e a integração ambiental dos sectores. Todavia, o seu papel é limitado pela inexistência de Termos de Referência Comuns aprovados.	Entrevistas
2. Experiências de gestão e qualificações	Que directores / gestores da organização estariam envolvidos no projecto proposto? Quais são as suas credenciais e experiência relacionadas com o projecto proposto? Estes gestores têm experiência de implementação de projectos financiados pelo PNUD ou por outros doadores? Os projectos relacionados com as Mudanças Climáticas, Gestão Ambiental Sustentável e Resiliência das Comunidades são normalmente geridos pela Direcção Nacional de Gestão Ambiental (DNGA). As actividades relacionadas com o fortalecimento da capacidade nacional para a integração do ambiente nos planos (isto é, PES) e orçamentos em todos os sectores e aumentar os níveis de financiamento nacional e descentralizado e as alocações orçamentais para o ambiente são geridas pela Direcção Nacional de Planificação, não obstante o papel crucial que as outras Direcções desempenham na implementação de muitas actividades relacionadas com o projecto. As diferentes Direcções e respectivas unidades possuem muitos quadros competentes, embora possa faltar a competência técnica em algumas áreas específicas (por exemplo, as capacidades devem ser mais desenvolvidas na nova área de mudanças climáticas, e menos ainda noutras questões relacionadas com a sustentabilidade). No entanto, a preocupação reside especialmente no número reduzido de pessoal	CV dos gestores Entrevistas com os gestores Relatórios de projectos anteriores

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	<p>técnico experiente do Ministério, cujo volume de trabalho tende a ser muito maior do que o desejável, uma vez que um número reduzido de funcionários tem que fornecer conhecimentos técnicos para muitos projectos e iniciativas ao mesmo tempo, além das suas funções do dia-a-dia dentro do Ministério. De uma maneira geral, o pessoal está envolvido há vários anos na implementação de projectos financiados pelo PNUD e por outros doadores, incluindo o GEF.</p> <p>No momento em que este relatório foi elaborado, o MICOA está a gerir vários programas ambientais e de mudanças climáticas financiados por parceiros multilaterais, nomeadamente o Programa Africano de Adaptação (Governo do Japão e PNUD), o Programa Conjunto das Nações Unidas de Adaptação às Mudanças Climáticas, Iniciativa Enfrentar a Seca, a Pobreza e o Ambiente, bem como por doadores bilaterais (sendo o principal doador a DANIDA).</p>	
3. Plano e orçamento	<p>A organização aplica uma metodologia de gestão baseada em resultados? Existem resultados ou entregáveis mensuráveis nas estratégias, programas e planos de trabalho? Os orçamentos são proporcionais aos resultados pretendidos? De que forma os técnicos de planificação identificam e acomodam os riscos?</p> <p>Devido ao seu envolvimento em muitos projectos financiados pelos doadores, o Ministério foi exposto a procedimentos de planificação, monitoria e avaliação dos projectos de desenvolvimento, incluindo a metodologia de gestão com base em resultados. No entanto, ao desenvolver projectos com pessoal técnico do MICOA, constatou-se que apesar da sua experiência em termos de requisitos de gestão de projectos do PNUD e de outros doadores, estes ainda não foram completamente interiorizados (por exemplo, o quadro lógico ainda não é bem entendido).</p> <p>A estrutura do Ministério inclui um Comité Técnico e um Comité Consultivo onde os projectos, programas, estratégias, planos anuais (PES) e novas leis a serem implementadas pelo Ministério são discutidos, aprovados e revistos. A maioria destes programas, projectos, assim como o PES do MICOA (planeamento anual e institucional e instrumentos de orçamentação) e os planos de trabalho anuais das Direcções devem indicar “metas físicas anuais”, em relação às quais a direcção e o pessoal são responsabilizados, indicando que a responsabilização pelos resultados existe em certa medida.</p> <p>Mesmo que os programas e actividades tendam a receber um orçamento deficitário de uma maneira geral, o processo interno de orçamentação nacional já rectifica parte deste problema. Normalmente isto não constitui um problema para os projectos desenvolvidos para aproveitar o financiamento externo. Nesses casos, no entanto, a partilha de custos pelo GdM é geralmente uma preocupação, já que normalmente o Governo não possui os recursos necessários para cobrir custos gerais administrativos e de monitoria relacionados com o projecto, que geralmente são indicados como contribuições em espécie.</p> <p>A identificação e monitoria dos riscos pelos técnicos de planificação não parecem estar totalmente institucionalizadas no MICOA e são funções que normalmente são realizadas numa base ad hoc (e como norma no início do desenvolvimento de projectos financiados pelos doadores). No</p>	<p>Documentos de estratégia</p> <p>Documentos do projecto e do programa</p> <p>Amostra de propostas, planos de trabalho e orçamentos</p>

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	entanto, os Comitês Técnicos e Consultivos do Ministério, que se reúnem regularmente para discutir, aprovar e avaliar projectos, são um meio para identificar e enfrentar os riscos do projecto.	
4. Supervisão, avaliação e prestação de contas	<p>De que maneira os directores supervisionam a implementação dos planos de trabalho? Como é que medem o progresso em função das metas?</p> <p>Como é que a organização documenta o seu desempenho, por exemplo em relatórios anuais ou periódicos? Como é que os planos e realizações da organização são apresentados aos intervenientes?</p> <p>A organização realiza reuniões periódicas de revisão do programa ou do projecto? Essas reuniões são abertas a todos os intervenientes?</p> <p>As actividades da organização estão sujeitas à avaliação externa? Como é que a organização aprende e se adapta com base nas suas experiências?</p> <p>A prestação de contas periódica das actividades do MITADER é feita através de relatórios trimestrais referente ao plano de trabalho anual, enviado e revisto pela Direcção de Planificação (DPE) e caso as questões apresentadas ou os projectos sejam altamente visíveis, estes relatórios são analisados também pelo Gabinete do Ministro. Os relatórios semestrais são submetidos e analisados pelo Gabinete do Ministro. Realiza-se uma avaliação anual na reunião do Conselho Coordenador para avaliar os resultados alcançados em relação às metas definidas. É digno de realce que há um esforço do Ministério, em cada ciclo de planificação no sentido de definir “metas físicas” (e respectivo foco geográfico) para cada grupo de actividades programadas que são definidas para contribuir para os seis diferentes programas priorizados pelo Sector do Ambiente. É com base nestas metas quantitativas, principalmente no momento dos diferentes mecanismos de prestação de contas, que os gestores conseguem supervisionar a implementação de planos de trabalho e acompanhar o progresso registado. No entanto, estas metas / indicadores ainda estão muito relacionados com o desempenho da implementação de actividades programadas e raramente se concentram nos resultados (mudança) a serem alcançados.</p> <p>De acordo com os SOP, as actividades do MITADER estão sujeitas a avaliações externas anuais. Neste ponto, não está claro quais são os fluxos de informação e os mecanismos de aprendizagem em relação às conclusões dessas avaliações, mas não está claro se chegam até ao pessoal técnico do MITADER.</p> <p>Anualmente, o MITADER (à semelhança dos outros Ministérios) organiza uma reunião de Coordenação Geral (onde são convidados outros ministérios e os órgãos de informação) para avaliar as actividades realizadas ao longo do ano, analisar as lições aprendidas e planificar o ano seguinte.</p>	<p>Relatórios anuais, apresentação aos intervenientes</p> <p>Relatórios internos</p> <p>Relatórios de avaliação</p> <p>Relatórios das lições aprendidas</p>
5. Rede de contactos	Que outras organizações são cruciais para o funcionamento bem-sucedido desta organização? Como é que a organização estabelece as suas relações com estas organizações? A organização faz parte das redes de conhecimento, órgãos de coordenação e outros fóruns?	Descrições da rede de contactos e fóruns de intervenientes

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	<p>A cooperação de vários ministérios é crucial para o papel de coordenação efectiva da acção ambiental do MITADER (por exemplo, coordenação da resposta nacional às mudanças climáticas). Dada a dependência do MITADER do financiamento externo, os parceiros de desenvolvimento também são críticos em relação à capacidade do MITADER de cumprir o seu mandato.</p> <p>Vários órgãos inter-sectoriais permitem que o MITADER convoque os principais sectores para ajudarem no fornecimento de informações, realização de actividades cruciais para o desenvolvimento sustentável do país ou, de outra forma, a integração do meio ambiente nas suas estratégias sectoriais e instrumentos de planificação.</p> <p>Da mesma forma, o Ministério reúne-se regularmente com os parceiros de desenvolvimento, nomeadamente com o Grupo de Trabalho do Ambiente dos doadores, com o objectivo de partilhar as necessidades e também fortalecer a coordenação das iniciativas e informar os progressos realizados em projectos conjuntos. Estas reuniões devem ser realizadas regularmente, mas desde meados de 2010, a periodicidade dessas reuniões tem sido menos respeitada (foi realizada apenas uma reunião entre o MITADER e o Grupo de Trabalho do Ambiente no espaço de um ano). Os mecanismos de partilha desta informação com uma base maior de intervenientes através de fóruns ou reuniões regulares ainda não são praticados pelo Ministério; pelo contrário, a informação seleccionada é partilhada de forma ad hoc, nomeadamente através da organização ou participação em seminários e workshops e também através da publicação de brochuras de projectos seleccionados.</p> <p>A nível internacional, o MITADER, no seu papel de coordenador da implementação dos Acordos Ambientais Multilaterais (MEA), faz parte de fóruns internacionais e participa em diferentes redes de conhecimento (embora com um nível e qualidade de participação desiguais), partilhando assim no plano internacional as actividades de Moçambique no combate às mudanças climáticas e desafios de gestão ambiental sustentável, com foco na redução da pobreza.</p>	
2.2 Capacidade Técnica		
1. Conhecimento e competências técnicas	<p>As competências e experiência dos profissionais técnicos da organização correspondem às exigidas para o projecto? Tais profissionais estariam disponíveis para o projecto?</p> <p>A organização possui a infra-estrutura técnica necessária (ex., laboratórios, equipamento, software, bases de dados técnicos, etc.) para apoiar a implementação do projecto?</p> <p>Como é que os membros da organização se mantêm informados sobre as técnicas e tendências mais recentes nas suas áreas de competência?</p> <p>Que redes e contactos técnicos externos são utilizados pela organização?</p> <p>A que associações profissionais a organização e/ou os seus profissionais pertencem?</p> <p>O MITADER está a enfrentar dificuldades em responder às exigências técnicas das diversas carteiras ambientais devido aos escassos recursos humanos disponíveis. Por esse motivo, por exemplo, o PNUD sugeriu</p>	<p>CV do pessoal técnico</p> <p>Estatuto de membro de redes de conhecimento</p> <p>Bibliotecas técnicas</p> <p>Relatórios da participação em reuniões e conferências internacionais, regionais, nacionais ou locais</p> <p>Descrição das facilidades</p>

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	<p>que este departamento fosse reforçado por um Assessor Técnico Principal em Mudanças Climáticas para apoiar a implementação do PAA.</p> <p>No que diz respeito às infra-estruturas técnicas, o MITADER está num estado crítico e o seu espaço de escritório e o edifício são de muito má qualidade.</p> <p>A aprendizagem técnica contínua não está institucionalizada; o contacto com novos desenvolvimentos técnicos é obtido de maneira ad hoc através de visitantes / consultores, ou através da participação do pessoal em conferências internacionais e nacionais (embora apenas um número reduzido de funcionários tenha acesso a essas oportunidades).</p> <p>As principais redes e contactos externos do MITADER estão ligados aos disponíveis no contexto dos MEA e também através das redes da SADC, CPLP e PALOP.</p>	
PARTE III. CAPACIDADE ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO FINANCEIRA		
3.1 Capacidade administrativa. Nota: Responder apenas às perguntas relevantes ao projecto proposto.		
1. Facilidades, infra-estrutura e equipamento	<p>A sua organização possui condições administrativas, infra-estrutura, equipamento e orçamento suficientes para a realização das suas actividades, particularmente em relação aos requisitos do projecto?</p> <p>A organização consegue gerir e manter o equipamento e a infra-estrutura das áreas administrativa e técnica?</p> <p>De uma maneira geral, a instituição possui más condições para realizar as suas actividades regulares e os novos projectos que assume, tanto em termos de infra-estrutura como de equipamento. O orçamento também é um grande constrangimento. Por isso, estes aspectos sempre devem ser levados em consideração ao desenhar e orçar novos projectos.</p> <p>Como as condições gerais são más e a falta de pessoal (incluindo apoio de TI) constitui um problema, a capacidade de a organização administrar e cuidar da manutenção do equipamento adquirido é motivo de grande preocupação.</p>	Condições e equipamento disponíveis para atender às necessidades do projecto
2. Aquisições e contratação	<p>A organização possui autoridade legal para celebrar contratos e acordos com outras organizações? A organização tem acesso à assessoria jurídica para garantir que os contratos sejam exequíveis, que satisfaçam os padrões de desempenho e protejam os interesses da organização e do PNUD?</p> <p>A organização possui capacidade de aquisição? O pessoal ligado às aquisições possui as competências e experiência que são apropriadas aos requisitos do projecto? A organização possui procedimentos de aquisição por escrito?</p> <p>Existem evidências de que a organização faz aquisições com base na melhor relação custo-benefício, transparência e concorrência internacional efectiva?</p> <p>A organização possui um sistema e procedimentos para a gestão dos bens e controlo do inventário?</p> <p>O MITADER tem autoridade legal de celebrar contratos e acordos com outras organizações (Decreto 54/2005 sobre regras e regulamentos de</p>	<p>Manual de aquisições (procurement)</p> <p>Contratos-padrão</p> <p>Documentação sobre processos de aquisição, amostra de contratos</p> <p>Base de dados dos fornecedores</p> <p>Relatórios de auditoria</p> <p>Entrevista com o conselho jurídico</p> <p>CV do pessoal das aquisições</p>

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	<p>aquisições do Governo) e possui um Gabinete Jurídico que oferece aconselhamento jurídico ao ministério.</p> <p>A UGEA é a unidade de aquisições do MITADER, com pessoal específico munido de competências e experiência adequadas para atender às necessidades dos projectos. A unidade tem um sistema e procedimentos de gestão de activos e controlo de stocks.</p>	
3. Recrutamento e gestão do pessoal	<p>A organização tem a autoridade legal para celebrar contratos com pessoas singulares?</p> <p>A organização possui capacidade de pessoal específico? O pessoal de recrutamento possui as competências e a experiência adequadas às necessidades do projecto? A organização tem procedimentos de recrutamento?</p> <p>Existem evidências de que a organização faz o recrutamento de uma forma objectiva, com base na concorrência, justiça e transparência?</p> <p>A organização tem uma escala salarial que se aplicaria ao pessoal do projecto? Essa escala inibiria a contratação dos melhores candidatos?</p> <p>O MITADER tem autoridade legal de celebrar contratos de trabalho com pessoas singulares e empresas, estando o recrutamento sob a responsabilidade da sua unidade de RH. De uma maneira geral, a capacidade desta unidade é adequada para satisfazer as necessidades do ministério e dos projectos, com procedimentos de recrutamento escritos, que estão a ser seguidos de uma forma objectiva. Um possível problema que é comum no recrutamento da função pública são os salários comparativamente mais baixos, o que muitas vezes leva à fuga de cérebros, registando-se elevados níveis de rotação de pessoal a nível técnico.</p>	<p>Manual do pessoal</p> <p>Contratos e acordos padrão</p> <p>Descrições de funções e termos de referência</p> <p>Documentação dos processos de recrutamento</p> <p>Cadastro de potenciais candidatos a emprego</p> <p>CV do pessoal de recrutamento</p>
3.2 Capacidade de Gestão Financeira		
1. Organização e pessoal de gestão financeira	<p>A organização possui regras e regulamentos escritos referentes à gestão financeira que estão em conformidade com os padrões internacionais? A organização possui uma unidade de financiamento específica?</p> <p>Os directores financeiros e o seu pessoal possuem competências e experiência adequadas às necessidades do projecto? A capacidade de gestão financeira existente é adequada para atender às necessidades adicionais do projecto?</p> <p>O pessoal financeiro tem experiência de gestão de recursos dos doadores?</p> <p>O MITADER possui regras e regulamentos escritos para a gestão financeira (SISTAFE) que estão em conformidade com as normas internacionais e tem uma Direcção Nacional de Finanças específica.</p> <p>A capacidade de gestão financeira, incluindo as competências e experiência do pessoal, parece adequada para satisfazer as necessidades adicionais do projecto, embora fosse desejável alguma capacidade adicional, especialmente para a administração financeira do projecto.</p>	<p>CV do pessoal financeiro</p> <p>Uma conta bancária ou extractos bancários</p> <p>Entrevistas com o pessoal de gestão financeira</p> <p>Manual de finanças</p> <p>Relatório de avaliação do sector financeiro</p>
2. Posição financeira	A organização tem uma posição financeira sustentável?	Relatórios financeiros

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	<p>Qual é o valor monetário máximo que a organização já geriu? Se o projecto proposto for implementado por esta organização, que percentagem do financiamento total da organização o projecto abarcaria?</p> <p>Não disponível (aguarda informação)</p>	
3. Controlo interno	<p>A organização possui uma conta bancária? A organização tem regras e procedimentos sobre a segregação de tarefas para o recebimento, manuseamento e custódia de fundos? De que maneira a organização garante a segurança física dos adiantamentos, numerário e registos? A organização tem procedimentos escritos claros e sistemas de controlo interno que regem os pagamentos? Como é que a organização garante que as despesas estão em conformidade com a utilização que lhes é destinada? A organização tem uma política que exige duas assinaturas para pagamentos acima de um determinado limite?</p> <p>Existe qualquer evidência de incumprimento de regras e procedimentos financeiros?</p> <p>O MITADER possui várias contas bancárias que podem satisfazer as necessidades das carteiras do projecto. O regulamento sobre a Gestão do Orçamento do Estado (SISTAFE) inclui regras e procedimentos sobre a segregação de tarefas para o recebimento, manuseamento e custódia de fundos e mecanismos de controlo interno. Em qualquer dos casos, o MITADER também cumpre os requisitos e procedimentos financeiros dos doadores.</p> <p>Os orçamentos do MITADER estão sempre alinhados com os respectivos planos de trabalho e os planos de aquisições, garantindo desta forma que as despesas estejam em conformidade com a utilização que lhes é destinada. Antes da autorização de despesas, existe um processo de verificação que visa garantir que seja utilizado de acordo com os planos. Além disso, são sempre obrigatórias duas assinaturas para autorização dos pagamentos.</p>	Manual de Finanças Regras e regulamentos financeiros
4. Contabilidade e relatórios financeiros	<p>As contas são abertas e mantidas de acordo com as normas ou requisitos nacionais?</p> <p>Quando e a quem a organização submete os seus relatórios financeiros?</p> <p>A organização consegue rastrear e prestar contas separadamente do recebimento e utilização de fundos de organizações doadoras individuais?</p> <p>Existe alguma evidência de deficiências na contabilidade ou relatórios financeiros?</p> <p>O sistema contabilístico baseia-se no SISTAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado), o qual estabelece as regras e procedimentos contabilísticos para as entidades públicas. O MITADER submete os seus relatórios financeiros no fim do primeiro semestre e no fim do ano ao Ministério das Finanças.</p> <p>O MITADER controla e presta contas separadamente dos fundos recebidos e utilizados que foram disponibilizados por organizações doadoras individuais, incluindo o PNUD. Embora a contabilidade e os</p>	Descrição do sistema de contabilidade e das modalidades de prestação de contas Relatórios financeiros

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO
	relatórios financeiros possam ser melhorados, isto não constitui uma grande preocupação para os projectos.	
5. Auditoria	<p>A organização está sujeita à auditoria externa periódica? A auditoria é feita de acordo com normas de auditoria internacionais? As conclusões de auditoria são públicas? Em caso afirmativo, as auditorias financeiras da organização produziram quaisquer recomendações significativas para o fortalecimento dos sistemas e procedimentos financeiros? As auditorias identificaram situações de incumprimento das regras e procedimentos ou da má utilização de recursos financeiros? O que foi feito para implementar as recomendações da auditoria?</p> <p>O MITADER está sujeito a auditorias externas periódicas (anuais e mediante solicitação) além das auditorias internas (Tribunal Administrativo; Inspeção Geral das Finanças), realizadas em conformidade com as normas internacionais de auditoria e com as conclusões da auditoria tornadas públicas.</p> <p>As auditorias financeiras constituem uma oportunidade para o fortalecimento dos sistemas e procedimentos financeiros, uma vez que são executados planos de acção, os quais são monitorizados de perto.</p>	<p>Relatórios de auditoria</p> <p>Relatórios de seguimento de auditoria</p>

6. Termos de Referência da Direcção do Projecto e TdR dos Principais Cargos de Gestão

O pessoal chave do projecto financiado ao abrigo do orçamento deste projecto é o seguinte:

1. 1 DRR CTA baseado no INGC (que presta assistência técnica ao INGC)
2. 3 Assessores Provinciais para a integração da DDR/RRD - CCA/AMC nos planos distritais
3. 1 Oficial de Programas (baseado nos Escritórios do PNUD) – Contrato de Serviços
4. 1 Assistente de Programas (baseado nos Escritórios do PNUD) – Contrato de Serviços
5. 1 Voluntário das Nações Unidas - UNV (baseado nos Escritórios do PNUD)

Note-se que o CTA baseado no MITADER será consultado sobre os objectivos da monitoria das actividades no âmbito deste projecto a ser implementado pelo MITADER.

OS TERMOS DE REFERÊNCIA SÃO OS SEGUINTE

1. Assessor Técnico Principal (Chief Technical Advisor – CTA) (baseado no INGC)

I. Informação sobre o Cargo	
Título do Posto: Chief Technical Advisor -Redução de Risco de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas Número do Posto: Tipo de Contrato: FTA Internacional Posto de Serviço: Moçambique	Nível Actual (se for aplicável): Nível Proposto: P- 4 Nível de Supervisor: P- 5
XI. II. CONTEXTO ORGANIZACIONAL	
<p>Em reconhecimento de que a prontidão, mitigação e redução de risco de desastres são factores fundamentais que contribuem para o desenvolvimento de Moçambique, foi aprovado um Programa Conjunto de Fortalecimento da Redução de Risco de Desastres e Prontidão de Emergência em Moçambique pela Equipa das Nações Unidas em Moçambique, ao abrigo do Quadro das Nações Unidas "Delivering as One" em Moçambique. No quadro deste Programa Conjunto, o PNUD, na qualidade de agência principal, desenvolveu um programa com o título: <i>Fortalecimento das capacidades do governo e quadros para a adaptação e resiliência a desastres</i>. O parceiro principal na implementação deste programa é o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades – INGC.</p> <p>O objectivo geral do Programa é fortalecer as capacidades nacionais a todos os níveis, com vista a reduzir o risco de desastres e mitigar os seus impactos nas populações vulneráveis do país, reforçando deste modo a resiliência das comunidades aos desastres.</p> <p>Nos últimos anos, o Governo de Moçambique registou avanços significativos na descentralização das estruturas e processos governamentais. Em conformidade com isso, também foram realizados esforços no sentido de descentralizar a gestão de risco de desastres em Moçambique, com a criação de gabinetes provinciais do INGC, Centros de Operações de Emergência (COE) a nível provincial e distrital e a criação e formação de comités locais de gestão de riscos a nível das comunidades. A importância da Gestão de Risco de Desastres descentralizada é também reflectida no segundo resultado do programa do PNUD, que diz respeito ao fortalecimento das capacidades do governo e da sociedade civil de redução de risco de desastres a nível central, provincial e local. Neste contexto, a assessoria técnica e a orientação em matéria de gestão descentralizada de risco de desastre para o governo de Moçambique reveste-se da maior importância para garantir a devida prontidão e resposta de emergência em todo o país numa situação de catástrofe. Deste modo, o Assessor Técnico Principal (Chief Technical Advisor) disponibilizará assessoria significativa quanto à concepção, implementação, revisão e monitoria de todo o programa. Este elemento irá assessorar o pessoal sobre as actividades, com vista a se atingir os objectivos pretendidos do programa.</p>	
XII. III. FUNÇÕES / PRINCIPAIS RESULTADOS ESPERADOS	
1. Função / Resultados Esperados	
• Conhecimentos especializados e assessoria técnica ao INGC e PNUD no desenvolvimento de políticas, regulamentos, metodologias, ferramentas e instrumentos de trabalho na área de Redução e Recuperação do Risco de Desastres	
2. Função / Resultados Esperados	

Disponibilizada ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades assessoria, orientação e assistência técnica, estratégica e de gestão na implementação do Programa “*Fortalecimento das capacidades do governo e quadros para a adaptação e resiliência a desastres*”, em conformidade com as melhores práticas internacionais.

3. Função / Resultados Esperados

- Concepção, desenvolvimento e implementação da componente de Gestão de Risco de Nível Local (LLRM) do Programa, apoiado e baseado nas recomendações estratégicas do estudo recentemente realizado sobre a LLRM em Moçambique, nomeadamente:
 - Desenvolvimento de mecanismos e indicadores de gestão de riscos, a serem integrados na planificação do desenvolvimento local;
 - A integração de critérios de descentralização no Plano Director Nacional para a DRR/RRD;
 - Desenvolvimento de capacidades a nível central e descentralizadas do INGC.

4. Função / Resultados Esperados

- Viagens sempre que for necessário ou apropriado para apoiar a gestão, supervisão e monitoria da implementação da componente LLRM do Programa e recolher lições e experiências que possam contribuir para o fortalecimento do Programa.

5. Função / Resultados Esperados

- Contributos a nível de políticas para a formulação de estratégias nacionais de redução de risco, bem como sistemas institucionais e legislativos para a integração da redução de risco de desastres na planificação e programação do desenvolvimento nacional, com foco especial na planificação e programação descentralizadas.

6. Função / Resultados Esperados

- Integração e coordenação do Programa com os intervenientes relevantes no sector de DRR/RRD facilitadas e apoio prestado ao INGC e outros grupos de trabalho, mecanismos de coordenação e comités envolvidos.

7. Função / Resultados Esperados

- Projectos em curso monitorizados através de:
 - Relatórios: relatórios de progresso trimestrais e anuais, revisão e monitoria dos planos de trabalho com base nos indicadores / critérios de sucesso, metas e marcos, incluindo a avaliação da capacidade de apoio da contraparte
 - Validação: Visitas de campo, avaliações intermédias, inquéritos aos clientes, etc.
 - Participação: Comités de gestão, reuniões dos intervenientes, grupos focais, etc.

8. Função / Resultados Esperados

- Gestão do pessoal nacional sob a tutela do projecto e recrutamento e gestão dos consultores conforme o necessário.

9. Função / Resultados Esperados

- Monitoria das despesas do projecto e facilitação dos adiantamentos do orçamento realizados periodicamente.

10. Função / Resultados Esperados

- Missões externas de monitoria e avaliação facilitadas.

11. Função / Resultados Esperados

- Reuniões periódicas e actividades de coordenação realizadas com as unidades técnicas sobre a gestão do programa para identificar e resolver questões essenciais de forma atempada e sistemática.

12. Função / Resultados Esperados

- Sucessos e melhores práticas geradas durante a implementação do programa efectivamente inventariados e sistematizados na formulação da política e estratégia nacional na área de DRR/RRD, contribuindo para a gestão do conhecimento para o programa.

13. Função / Resultados Esperados

- Contacto iniciado e mantido em relação ao diálogo Sul-Sul em apoio aos intercâmbios e partilha de informação com os outros países que enfrentam desafios semelhantes.

14. Função / Resultados Esperados

- Em estreita coordenação com o Director do Programa CPR, realizar actividades de articulação com os doadores e outros parceiros externos, agências das Nações Unidas e ONG envolvidos na DRR/RRD.

15. Função / Resultados Esperados

- Realização de quaisquer outras tarefas na área de DRR/RRD, conforme seja exigido pelo INGC e PNUD para a implementação bem-sucedida do programa.

XIII. IV. IMPACTO DOS RESULTADOS	
	<ul style="list-style-type: none"> Melhor planeamento estratégico, processos de mudança, gestão com base em resultados e planificação, bem como a elaboração de relatórios dentro do INGC. Melhor formulação, implementação, monitoria e avaliação dos projectos de desenvolvimento. Parcerias e advocacia efectivas entre o INGC e as Agências das Nações Unidas e principais representações criadas e mantidas.
XIV. V. COMPETÊNCIAS	
Competências Funcionais:	
Gestão do Conhecimento e Aprendizagem:	
	<ul style="list-style-type: none"> Promove uma cultura de partilha de conhecimentos e de aprendizagem no escritório Possui um bom conhecimento do programa e questões operacionais do PNUD Trabalha activamente no sentido de dar continuidade à aprendizagem e desenvolvimento do pessoal numa ou mais Áreas de Actuação, age sobre o plano de aprendizagem e aplica habilidades recém-adquiridas Tem conhecimento das políticas e do programa do PNUD/ONU em situações de desastres e de risco de desastres.
Desenvolvimento e Eficácia Operacional:	
	<ul style="list-style-type: none"> Tem a capacidade de orientar e contribuir para o planeamento estratégico, processos de mudança, gestão com base em resultados, planificação do trabalho e elaboração de relatórios. Demonstra capacidade de orientar a formulação, supervisão da implementação, monitoria e avaliação de projectos de desenvolvimento. Tem a capacidade de aplicar a teoria do desenvolvimento ao contexto do país específico, de modo a identificar abordagens criativas e práticas para ultrapassar os desafios. Tem a capacidade de criar e manter parcerias efectivas com as agências das Nações Unidas, fazer uma advocacia efectiva e comunicar de forma sensível em diferentes representações.
Gestão e Liderança: Foco no impacto e nos resultados para o cliente e responde positivamente ao feedback	
	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade de estabelecer relações de trabalho efectivas num ambiente de equipa multicultural Excelentes habilidades interpessoais Aborda o trabalho consistentemente com energia e com uma atitude positiva e construtiva Demonstra habilidades sólidas de comunicação oral e escrita Estabelece relações sólidas com clientes internos e externos Demonstra capacidade de comunicar efectivamente; gestão de recursos; capacidade de planificar e organizar programas de forma eficaz Demonstra desenvoltura, iniciativa e discernimento maduro
VI. QUALIFICAÇÕES PARA RECRUTAMENTO	
Qualificações Académicas:	Pós-graduação, de preferência nível de Doutoramento em desenvolvimento / relações internacionais, gestão de risco de desastres, ciências ambientais ou outras áreas relacionadas com o desenvolvimento
Experiência:	<ul style="list-style-type: none"> No mínimo 10 anos de experiência profissional em Gestão de Projectos relacionados com a redução e recuperação de desastres naturais, incluindo três anos de experiência de campo Larga experiência de trabalho com instituições governamentais, agências multilaterais e bilaterais de desenvolvimento e organizações da sociedade civil Experiência de campo num país em circunstâncias de desenvolvimento especiais, dando preferência a contextos pós-desastres; a compreensão das modalidades de programação da ONU / PNUD constitui vantagem Um conhecimento sólido de questões de desenvolvimento em Moçambique e/ou na região Excelentes habilidades em informática / informação.

	<ul style="list-style-type: none"> Habilidades sólidas de comunicação e advocacia. Capacidade de trabalhar num ambiente complexo. Excelentes habilidades analíticas, organizacionais e negociais. Capacidade de demonstrar tacto e diplomacia. Capacidade de receber instruções e dar seguimento às tarefas de forma atempada. Motivado e com capacidade de resposta às necessidades e interesses dos pares, disposto a tomar a iniciativa, excelente actor de equipa.
Conhecimento de Línguas:	<ul style="list-style-type: none"> São essenciais excelentes habilidades de comunicação oral e escrita em inglês, com conhecimento prático do português.

2. Assessores Provinciais (3), Integração da DDR/RRD - CCA/AMC nos planos distritais

I. Informação sobre o Cargo

Título: Assessor Provincial em DDR/RRD - CCA/AMC (3 postos)

Local: Cabo Delgado, Nampula e Gaza - Moçambique

Tipo de contrato: Contrato de Serviços

Línguas exigidas: Português, Inglês

Duração Inicial do Contrato: 12 meses

II. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Nos últimos anos, o Governo de Moçambique registou avanços significativos na descentralização das estruturas e processos governamentais. Em conformidade com isso, também foram realizados esforços no sentido de descentralizar a gestão de risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas em Moçambique. Foram criados gabinetes provinciais do INGC e do MICOA, Centros de Operações de Emergência (COE) a nível provincial e distrital e a criação e formação de comités locais de gestão de riscos e comités de recursos naturais a nível das comunidades. Foi ainda produzido um guião sobre a integração da adaptação às mudanças climáticas nos planos distritais e tiveram lugar acções de formação em conceitos e planificação de DDR/RRD e CCA/AMC.

O novo projecto do PNUD *"Fortalecimento das capacidades do governo e quadros para a adaptação e resiliência a desastres"* reconhece que a integração da DDR/RRD - CCA/AMC nos planos e estratégias sectoriais continua a ser crucial, uma vez que ainda não foi concluída de uma forma abrangente. No contexto deste projecto e em colaboração com a unidade de governação do PNUD, será realizado trabalho com vista a garantir que as componentes de DDR/RRD e CCA/AMC sejam incluídas nos planos de desenvolvimento provinciais e distritais. Para se conseguir a integração da RRD/ACC na planificação a nível provincial e distrital, o projecto irá priorizar as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Gaza, de modo a beneficiar das sinergias com o programa de descentralização do PNUD. Os assessores afectos a cada uma destas províncias trabalharão no âmbito dos processos e quadros de planificação descentralizada como forma de garantir que as preocupações relativas à DDR/RRD e CCA/AMC sejam reflectidas nos planos de desenvolvimento distritais. O Assessor Provincial estará sob a orientação do Assessor Técnico Principal (Chief Technical Advisor) – Unidade de Prevenção e Recuperação de Crises / Ambiental e em estreita colaboração com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) e o MICOA. O Assessor Provincial é responsável por todas as actividades relacionadas com a redução de risco / recuperação de desastres e com as Mudanças Climáticas na província designada.

III. PRINCIPAIS FUNÇÕES

- Coordenação com o INGC e o MICOA a nível provincial na integração das preocupações de DDR/RRD - CCA/AMC nos processos de planificação a nível provincial.
- Apoiar a DPPF (Direcção Provincial do Plano e Finanças) para garantir a integração da DDR/RRD e da CCA/AMC no processo de harmonização dos instrumentos de planificação provincial (PEDD, PESOD, planos e estratégias sectoriais) num PESOP.
- Facilitar a formação em conceitos de DDR/RRD e CCA/AMC para o pessoal das instituições provinciais, autoridades dos governos locais, comités locais de gestão de riscos e comités de recursos naturais em colaboração com o INGC e o MICOA.
- Apoiar as instituições provinciais na incorporação das preocupações de DDR/RRD e CCA/AMC na planificação descentralizada, garantindo que as actividades de DDR/RRD e CCA/AMC estejam devidamente reflectidas nos planos de actividades e orçamentos anuais.

	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Colaborar com as instituições provinciais para garantir que os planos de monitoria sejam elaborados e seguidos; acompanhar o progresso das actividades de DRR/RRD e CCA/AMC, nomeadamente através da utilização de ferramentas de monitoria e visitas de campo aos distritos. ✚ Trabalhar com os parceiros relevantes para produzir e aprimorar ferramentas para a integração da DRR/RRD e CCA/AMC nos planos distritais (por exemplo, o guião de integração da CCA/AMC nos planos distritais, já produzidos pelo Programa Conjunto das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas). ✚ Garantir que haja feedback entre o nível distrital e provincial e até ao nacional sobre as preocupações de DRR/RRD - CCA/AMC. Em alturas de emergência, o assessor pode ser chamado a apoiar em termos de fluxo de informação.
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Na qualidade de membro da Unidade de Prevenção e Recuperação de Crises / Ambiental, garante a direcção estratégica dos projectos e actividades de DRR/RRD - CCA/AMC do PNUD, com enfoque na obtenção dos seguintes resultados: <ul style="list-style-type: none"> ✚ Análise, avaliação do ambiente socioeconómico, diálogo contínuo com os parceiros da província para a prestação de serviços de assessoria ao desenvolvimento na área de redução de desastres e mudanças climáticas; identificação de áreas catalisadoras em que a DRR/RRD - CCA/AMC possa ser integrada e agregar valor a outras intervenções de apoio em curso ou planificadas do PNUD na província; ✚ Análise do contexto e dos indicadores; elaboração de documentos de políticas, em especial para o documento do Programa e outros documentos estratégicos na área temática de redução de desastres, coordenação e apoio aos Programas Globais a nível nacional (mais especificamente o Programa Global de Identificação de Riscos e o Programa Global de Integração), procurando complementaridades e a integração noutras áreas de actuação do PNUD em que os Escritórios de Representação tenham um interesse especial e/ou vantagens comparativas. ✚ Apoio à recolha, compilação e actualização / complementação da informação existente sobre os perigos, vulnerabilidades e capacidades existentes no país e garantir que esta informação seja levada em consideração na formulação, negociação e implementação dos programas de desenvolvimento do PNUD.
	<ol style="list-style-type: none"> 2. Garante a gestão efectiva dos projectos de DRR/RRD - CCA/AMC dos Escritórios de Representação na província com enfoque no controlo de qualidade de todo o ciclo de programação, desde a formulação até à implementação, obtendo os seguintes resultados: <ul style="list-style-type: none"> ✚ Monitoria dos projectos em curso substantiva e financeiramente através da discussão dos planos de trabalho, progresso e desempenho do projecto e missões de avaliação. ✚ Produção e análise de informação de gestão financeira, como por exemplo: relatórios do programa e financeiro, do orçamento do projecto, incluindo a análise das receitas e despesas. Monitoria e actualização dos dados financeiros relativos às Alocações Orçamentais. Produção atempada de todos os relatórios necessários, incluindo relatórios de execução do projecto. ✚ Visitas aos locais do projecto na província com o objectivo de monitorizar e avaliar a implementação; resolver problemas existentes na execução e implementação, simplificando as relações entre os consultores e as agências de implementação. ✚ São preparados periodicamente relatórios agregados sobre as actividades e resultados. ✚ Procura de complementaridades e de integração com os projectos em curso noutras carteiras dentro da província.
	<ol style="list-style-type: none"> 3. Estabelece e mantém parcerias estratégicas e apoia a mobilização de recursos com enfoque na realização dos seguintes resultados: <ul style="list-style-type: none"> ✚ Criação e coordenação de parcerias com as Agências das Nações Unidas, instituições governamentais, doadores bilaterais e multilaterais, sector privado, sociedade civil, etc. na província. ✚ Análise e pesquisa de informação sobre os doadores, preparação de resumos substanciais sobre possíveis áreas de cooperação, identificação de oportunidades para a partilha de custos na província. ✚ Mobiliza recursos de partilha de custos junto ao governo, doadores e outros parceiros, de modo a tirar proveito dos recursos do PNUD para a redução de desastres e adaptação às mudanças climáticas na província.
	<ol style="list-style-type: none"> 4. Garante a prestação de serviços de assessoria de alta qualidade e a facilitação da criação de conhecimento e gestão na área de DRR/RRD - CCA/AMC, com enfoque na obtenção dos seguintes resultados: <ul style="list-style-type: none"> ✚ Identificação de fontes de informação relacionadas com questões determinadas por políticas. Identificação e síntese das melhores práticas e das lições aprendidas directamente associadas à redução de risco de desastres e mudanças climáticas. ✚ Coordenação do desenvolvimento de políticas e de instituições que se debruçarão sobre os problemas e necessidades do país em colaboração com o Governo Provincial e outros parceiros estratégicos. ✚ Contribuições sólidas para as redes de conhecimento e de comunidades no terreno na área de redução de desastres e mudanças climáticas.

- ✚ Promoção da consciencialização e da compreensão do a) mandato, missão e objectivo do PNUD e foco no Desenvolvimento Humano e Sustentável, com particular ênfase na área temática. b) As ligações e as metas e objectivos que se apoiam mutuamente de redução de desastres, adaptação às mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

IV. Impacto dos Resultados

- ✚ Os principais resultados têm impacto no sucesso geral do programa nacional e na realização dos objectivos do UNDAF/CPD. De forma particular, os resultados principais têm impacto no desenho, funcionamento e programação das actividades, na criação de parcerias estratégicas e no alcance das metas de mobilização de recursos.
- ✚ Os planos de nível provincial e distrital reflectem as preocupações de DDR/RRD - CCA/AMC, com base nas realidades do contexto moçambicano.
- ✚ A nível distrital e provincial existem ferramentas e mecanismos para a integração da DDR/RRD - CCA/AMC, incluindo a alocação de orçamento para as actividades sectoriais.

V. COMPETÊNCIAS E PRINCIPAIS FACTORES DE SUCESSO

Competências Corporativas:

- ✚ Demonstra integridade modelando os valores e padrões éticos das Nações Unidas
- ✚ Promove a visão, a missão e os objectivos estratégicos do PNUD
- ✚ Demonstra sensibilidade e adaptabilidade em relação a aspectos ligados à cultura, género, religião, raça, nacionalidade e idade

Competências Funcionais:

Gestão do Conhecimento e Aprendizagem

- ✚ Promove a gestão do conhecimento no PNUD e um ambiente de aprendizagem no escritório através da liderança e do exemplo pessoal
- ✚ Trabalha activamente no sentido de continuar a aprendizagem e desenvolvimento pessoais numa ou mais Áreas de Actuação, age sobre o plano de aprendizagem e aplica habilidades recentemente adquiridas
- ✚ Conhecimento profundo de questões de desenvolvimento, em especial nas áreas de Prevenção e Recuperação de Crises
- ✚ Compreende as questões essenciais da adaptação às mudanças climáticas e redução de risco de desastres
- ✚ Domínio sólido do sistema de planificação e finanças descentralizadas e do sistema de governação descentralizado em Moçambique.
- ✚ Grande capacidade de organização, comunicação e produção de soluções para os problemas 'no terreno'

Desenvolvimento e Eficácia Operacional

- ✚ Capacidade de orientar o planeamento estratégico, a gestão baseada em resultados e a elaboração de relatórios
- ✚ Capacidade de liderar a formulação, implementação, monitoria e avaliação de programas e projectos de desenvolvimento, incluindo a mobilização de recursos
- ✚ Capacidade de formular e gerir orçamentos, gerir contribuições e investimentos, gerir transacções, realizar análises financeiras, elaborar relatórios e recuperação de custos
- ✚ Boas habilidades em TIC, conhecimento do Atlas
- ✚ Capacidade de implementar novos sistemas e afectar a mudança de comportamento / atitude do pessoal

Gestão e Liderança

- ✚ Estabelece um relacionamento sólido com os clientes, concentra-se no impacto e nos resultados para o cliente e responde de forma positiva aos comentários
- ✚ Aborda o trabalho consistentemente com energia e com uma atitude positiva e construtiva
- ✚ Demonstra habilidades sólidas de comunicação oral e escrita
- ✚ Demonstra abertura à mudança e capacidade de gerir complexidades
- ✚ Capacidade de trabalhar num ambiente desafiador e integrado como parte de uma equipa por iniciativa própria
- ✚ Habilidades de negociação e persuasão

VI. QUALIFICAÇÕES PARA RECRUTAMENTO

Qualificações académicas:

- ✚ Grau de Bacharelato ou equivalente em estudos de desenvolvimento, ciências sociais, economia, geografia, gestão de desastres, mudanças climáticas ou ambiente

Experiência:	<ul style="list-style-type: none"> ⬇ No mínimo 5 anos de experiência relevante em planificação e monitoria de projectos de desenvolvimento ⬇ Dá-se preferência a candidatos com experiência em projectos de redução de risco de desastres e/ou adaptação às mudanças climáticas ⬇ Experiência de trabalho a nível provincial / distrital em Moçambique ⬇ Experiência de planificação participativa e monitoria ⬇ Experiência de trabalho com instituições do governo em Moçambique constitui vantagem
Conhecimento de Línguas:	<ul style="list-style-type: none"> ⬇ Fluência em português é essencial; conhecimento do inglês constitui vantagem

3. Assistente de Programas (baseado no PNUD)

I. Informação sobre o Cargo	
Título do Posto:	Assistente de Programas
Número do Posto:	
Unidade Organizacional:	PNUD/RBA / Moçambique
Supervisor:	Gestão do Programa, Unidade CPR/E
II. Contexto organizacional	
<p>Sob a orientação geral do Director do Programa e supervisão do Especialista em Programas / Redução de Riscos / Ambiente, o Assistente de Programas garante a execução efectiva do programa de Prevenção de Crises do Escritório de Representação através do lançamento e gestão de dados e do apoio à implementação do programa e promove uma abordagem orientada para o cliente consistente com as regras e regulamentos do PNUD.</p> <p>O Assistente de Programas orienta o pessoal de apoio à Equipa do Programa de Prevenção de Crises. O Assistente de Programas trabalha em estreita colaboração com as outras unidades do programa, com as operações e com equipas do projecto pessoal dos Escritórios de Representação e da Sede do PNUD para resolver problemas complexos relacionados com programas e fornecimento de informação.</p>	
III. Funções / Principais Resultados Esperados	
Resumo das principais funções:	
<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Apoio à gestão dos projectos dos Escritórios de Representação em matéria de DDR/RRD - CCA/AMC, Acção de Minas e Desenvolvimento Humano Verde <input type="checkbox"/> Apoio administrativo ao pessoal do PNUD dos projectos acima mencionados <input type="checkbox"/> Apoio à implementação da estratégia de mobilização de recursos <input type="checkbox"/> Facilitação da criação e partilha do conhecimento, orientação aos parceiros de implementação sobre questões de gestão financeira 	
<p>1- Presta apoio efectivo à gestão dos projectos mencionados, com foco na realização dos seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Criação de um projecto em ATLAS, preparação das revisões orçamentais necessárias, análise da adjudicação dos projectos e da situação de projecto, determinação de fundos não utilizados, encerramento operacional e financeiro do projecto <input type="checkbox"/> Mantém um conhecimento actualizado das mudanças registadas no programa do PNUD e na orçamentação e contabilidade do projecto <input type="checkbox"/> Orientação das agências de execução quanto à implementação de rotina dos projectos, bem como sobre as regras e procedimentos de orçamentação / contabilidade, incluindo a formação em exercício sobre os procedimentos do HACT <input type="checkbox"/> Apoio às visitas de monitoria do projecto e apoio às missões de Avaliação Intermédia e Final (organizar viagens, alojamento, etc.) <input type="checkbox"/> Apoio ao PO na compilação de relatórios periódicos (gráficos circulares e outros, etc.) sobre a execução do programa e afectação de recursos para facilitar a coordenação da monitoria e avaliação <input type="checkbox"/> Apresentação de informação para auditoria de projectos NEX <input type="checkbox"/> Apoio à implementação das recomendações da auditoria 	

- 2- Presta apoio administrativo ao Programa, com foco na realização dos seguintes resultados:
- ☐ Revisão dos Relatórios Financeiros dos projectos NEX e dos pagamentos DEX do PNUD; preparação dos vouchers fora das ordens de pagamento (PO) para os projectos de desenvolvimento
 - ☐ Planificação, controlo de despesas e auditoria dos recursos financeiros em conformidade com as regras e regulamentos do PNUD
 - ☐ Manutenção de um sistema de controlo interno das despesas que garantem que os vouchers processados sejam ajustados e preenchidos; as transacções são correctamente registadas e lançadas no ATLAS
 - ☐ Propõe e desenvolve soluções automatizadas referentes à monitoria financeira e em particular ao orçamento dos projectos. Tal inclui: lançamento de dados ad hoc para a construção de cenários hipotéticos provisórios, produção de informações sobre montantes actualizados do PNUD, ISS, GMS e ASL, exposição e controlo de saldos do Custo de Apoio do PNUD ref. financiamento de TTF e dos Escritórios de Representação
 - ☐ Apoio à produção e análise de informação de gestão financeira, por exemplo: relatórios financeiros do programa e projectos, incluindo análise da receita, despesa. Monitoria e actualização dos dados financeiros referentes às alocações orçamentais. Apoio à produção atempada de todos os relatórios da Sede necessários e à elaboração de todos os relatórios necessários e relatórios de execução do projecto. Apoio à análise financeira e aprovação do orçamento do projecto e propostas de revisão no sistema Atlas.
 - ☐ Medidas correctivas atempadas sobre vouchers não localizados, incluindo os vouchers com erros de verificação do orçamento, ajustar as excepções no Atlas para projectos de desenvolvimento; registo de entrada de mercadorias no Atlas
 - ☐ Fazer a verificação do orçamento para requisições, ordens de pagamento (PO) e vouchers.
 - ☐ Relatórios sobre a execução do programa
- 3- Apoiar a mobilização de recursos com foco na realização dos seguintes resultados:
- ☐ Compilação de informação sobre os doadores, preparação do perfil e da base de dados dos doadores, estabelecimento de contactos com as contrapartes dos doadores
 - ☐ Controlo e prestação de contas dos recursos mobilizados. Revisão do acordo de contribuições, gestão das contribuições no Atlas.

IV. Impacto dos Resultados

Os principais resultados têm impacto no desempenho geral da Equipa do Programa de Prevenção de Crises e no sucesso da implementação das estratégias do programa. Análise e lançamento de dados precisos e a apresentação de informação garantem a implementação adequada do programa. A não implementação de acções necessárias devido à análise prematura ou inadequada de cenários pode levar a perdas financeiras. A falta de monitoria de recursos pode levar a uma desaceleração nas operações do projecto.

V. Competências

Competências Corporativas:

- ☐ Mostra-se empenhado em relação à missão, visão e valores do PNUD
- ☐ Demonstra sensibilidade e adaptabilidade em relação a aspectos ligados à cultura, género, religião, raça, nacionalidade e idade

Competências Funcionais:

Gestão do Conhecimento e Liderança

- ☐ Partilha, conhecimentos e experiências
- ☐ Trabalha activamente no sentido de continuar a aprendizagem pessoal, age sobre o plano de aprendizagem e aplica as habilidades recentemente adquiridas

Desenvolvimento e Eficácia Operacional

- ☐ Capacidade de realizar uma série de tarefas especializadas relacionadas com a Gestão de Resultados, incluindo o apoio ao desenho, planificação e implementação do programa, gestão de dados, elaboração de relatórios
- ☐ Capacidade de dar contributos à reengenharia de processos empresariais, implementação do novo sistema, incluindo novos sistemas baseados em TI
- ☐ Bom conhecimento do Guião e Kit de Ferramentas da Gestão de Resultados

Liderança e Auto-Gestão

- ☐ Focaliza no resultado para o cliente e responde de forma positiva aos comentários
- ☐ Aborda o trabalho consistentemente com energia e com uma atitude positiva e construtiva
- ☐ Mantém-se calmo, senhor da situação e bem-humorado, mesmo sob pressão
- ☐ Demonstra abertura à mudança e capacidade de gerir complexidades

VI. QUALIFICAÇÕES PARA RECRUTAMENTO	
Qualificações académicas:	Ensino Secundário, de preferência com certificação especializada em Contabilidade e Finanças. Diploma universitário em Administração de Empresas ou Pública, Economia, Ciências Políticas ou Sociais é desejável mas não é um requisito
Experiência:	Exige-se 5 a 6 anos de experiência administrativa ou de programas relevante. Experiência em utilização de computadores e pacotes de software (MS WORD, EXCEL, etc.), conhecimentos avançados de planilhas e pacotes de bases de dados; experiência de tratamento de sistemas de gestão baseados na web.
Conhecimentos de Língua	Exige-se fluência em inglês e português (escrito e falado).

4. Oficial de Programa (baseado nos Escritórios do PNUD)

I. Informação sobre o Cargo	
Título do Posto:	Oficial de Programas de Redução de Risco de Desastres
Nível:	Equivalente a P3/NOC
Tipo de contrato:	Contrato de Serviços
Posto de Serviço:	Escritórios do PNUD Maputo
Duração do contrato inicial:	1 ano
Supervisor:	Director do Programa – Equipa de Prevenção e Recuperação de Crises / Ambiente
II. CONTEXTO ORGANIZACIONAL	
<p>Sob a orientação e supervisão do Director do Programa – Equipa de Prevenção / Recuperação de Crises e Ambiente e em estreita colaboração com o Assessor Técnico Principal e o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), o Oficial de Programas é responsável pela implementação do projecto de redução / recuperação de risco de desastres e mudança climáticas nas carteiras de CPR / Ambiente. Este elemento será orientado e assessorado pelo Assessor Técnico Principal na realização das suas actividades.</p> <p>Além de desenvolver iniciativas de capacitação na área de DRR/RRD - CCA/AMC, o Oficial de Programas também será responsável pela gestão e avaliação das actividades do programa na sua carteira, fornecendo serviços de assessoria técnica. O elemento também participará na integração das actividades de DRR/RRD - CCA/AMC no Programa do PNUD.</p> <p>O Oficial de Programas trabalha em estreita colaboração com os membros da equipa da Unidade de CPR / Ambiente, Equipa de Operações, funcionários de outras agências da ONU, funcionários do governo, doadores, especialistas técnicos e organizações da sociedade civil para assegurar a implementação bem-sucedida do projecto DRR/RRD - CCA/AMC do PNUD.</p>	
III. FUNÇÕES / PRINCIPAIS RESULTADOS ESPERADOS	
<p>Resumo das Principais Funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Garantir a direcção estratégica do projecto DRR/RRD - CCA/AMC do PNUD. ✚ Gestão do Projecto DRR/RRD - CCA/AMC do PNUD. ✚ Parcerias estratégicas e apoio à mobilização de recursos ✚ Prestação de serviços de assessoria de políticas de alta qualidade ao Governo e facilitação da criação e gestão do conhecimento sobre a redução de risco de desastres e adaptação às questões relacionadas com as mudanças climáticas. <p>2. Na qualidade de membro da Unidade de Prevenção / Recuperação de Crises e Ambiente, garante a direcção estratégica do projecto DRR/RRD - CCA/AMC e das actividades do projecto do PNUD, com foco na obtenção dos seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Análise minuciosa da situação política, social e económica do país e preparação / revisão colectiva do UNDAF, CPD, PTA e outros documentos. ✚ Avaliação do ambiente socioeconómico e diálogo contínuo com os parceiros para prestar serviços de assessoria ao desenvolvimento na área da redução de desastres e adaptação às mudanças climáticas, identificação de áreas 	

catalisadoras onde a DRR/RRD - CCA/AMC pode ser integrada e agregar valor a outras intervenções em curso apoiadas pelo PNUD.

- ↓ Análise do contexto, indicadores, documentos de políticas, especialmente para o Programa nacional e outros documentos estratégicos na área temática de redução de desastres e adaptação às mudanças climáticas, coordenação e apoio a Programas Globais a nível nacional (mais especificamente o Programa Global de Identificação de Risco e Programa de Integração Global), procurando obter complementaridades e integração noutras áreas de actuação do PNUD em que os Escritórios de Representação tenham interesse especial e/ou vantagens comparativas.
- ↓ Apoiar a recolha, compilação e actualização de informações existentes sobre perigos, vulnerabilidades e capacidades no país, garantindo que tal informação seja levada em consideração na formulação, negociação e implementação de programas de desenvolvimento do PNUD.

2. Garante uma gestão eficaz do projecto DRR/RRD - CCA/AMC, com foco no controlo da qualidade do ciclo completo de programação, desde a formulação até à implementação, obtendo os seguintes resultados:

- ↓ Acompanhamento de projectos em curso de forma substancial e financeira através da discussão de planos de trabalho de projectos, progresso e desempenho; de missões de avaliação e elaboração de TdR para os consultores;
- ↓ Produção e análise de informação de gestão financeira, como por exemplo: relatórios financeiros do orçamento do programa e do projecto, incluindo análise de receitas e despesas. Monitoria e actualização dos dados financeiros relativos às alocações orçamentais. Produção atempada de todos os relatórios necessários, incluindo relatórios da Sede e relatórios de execução do projecto.
- ↓ Visitas aos locais do projecto destinadas à monitoria e avaliação da implementação; resolução de problemas de execução e implementação.
- ↓ Relatórios de progresso elaborados periodicamente sobre as actividades e resultados. Preparação dos relatórios dos doadores.
- ↓ Em caso de desastre, a assistência ao Coordenador Residente / Representante Residente na formulação de componentes do PNUD em relatórios de situação e na concepção de quadros de recuperação prévia que garantam considerações sobre a redução de risco deve ser tida em conta nos programas de reabilitação e reconstrução.
- ↓ Complementaridades e integração com projectos em curso noutras carteiras.

3. Estabelece e mantém parcerias estratégicas e apoia a mobilização de recursos com foco na obtenção dos seguintes resultados:

- ↓ Criação e coordenação de parcerias com as agências das Nações Unidas, instituições governamentais, doadores bilaterais e multilaterais, sector privado, sociedade civil, etc.
- ↓ Análise e pesquisa de informações sobre doadores, elaboração de resumos substanciais sobre possíveis áreas de cooperação, identificação de oportunidades de partilha de custos.
- ↓ Mobilização de recursos resultantes da partilha de custos do governo, doadores e outros parceiros para tirar proveito dos recursos do PNUD destinados à redução de desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- ↓ Assistência na articulação da posição do PNUD em relação à cooperação regional na redução de risco de desastres e mudanças climáticas na região; supervisiona o desenvolvimento da programação regional em curso e prevista.

4. Garante a prestação de serviços de assessoria de qualidade e a facilitação do desenvolvimento e gestão do conhecimento em DRR/RRD - CCA/AMC, com foco na obtenção dos seguintes resultados:

- ↓ Identificação de fontes de informação relacionadas com questões orientadas por políticas. Identificação e síntese das melhores práticas e lições aprendidas directamente associadas à redução de risco de desastre e adaptação às mudanças climáticas.
- ↓ Coordenação do desenvolvimento de políticas e instituições que abordarão os problemas e necessidades do país em colaboração com o Governo e outros parceiros estratégicos.
- ↓ Contribuições sólidas para as redes de conhecimento e de comunidades no terreno na área de redução de desastres e mudanças climáticas.
- ↓ Promoção da consciencialização e da compreensão do a) mandato, missão e objectivo do PNUD e foco no Desenvolvimento Humano e Sustentável, com particular ênfase na área temática. b) As ligações e as metas e objectivos que se apoiam mutuamente de redução de desastres, adaptação às mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

IV. Impacto dos resultados

Os principais resultados têm impacto no sucesso geral do programa nacional e na realização dos objectivos do UNDAF/CPD. Em particular, os principais resultados têm impacto no desenho, operação e programação das actividades, na criação de parcerias estratégicas e nas metas de mobilização de recursos.

V. COMPETÊNCIAS E PRINCIPAIS FACTORES DE SUCESSO

Competências Corporativas:

- ✚ Demonstra integridade modelando os valores e padrões éticos da ONU
- ✚ Promove a visão, a missão e os objectivos estratégicos do PNUD
- ✚ Demonstra sensibilidade e adaptabilidade em relação a aspectos ligados à cultura, género, religião, raça, nacionalidade e idade

Competências Funcionais:

Gestão do Conhecimento e Aprendizagem

- ✚ Promove a gestão do conhecimento no PNUD e um ambiente de aprendizagem no escritório através da liderança e do exemplo pessoal.
- ✚ Trabalha activamente para dar continuidade à aprendizagem e desenvolvimento pessoal numa ou mais Áreas de Actuação, age no plano de aprendizagem e aplica as habilidades recentemente adquiridas.
- ✚ Conhecimento profundo sobre questões de desenvolvimento, especialmente nas áreas de prevenção e Recuperação de Crises.

Desenvolvimento e Eficácia Operacional

- ✚ Capacidade de liderar o planeamento estratégico, a gestão baseada em resultados e a elaboração de relatórios
- ✚ Capacidade de liderar a formulação, implementação, monitoria e avaliação de programas e projectos de desenvolvimento, de mobilizar recursos
- ✚ Capacidade de formular e gerir orçamentos, gerir contribuições e investimentos, gerir transacções, realizar análise financeiras, elaborar relatórios e recuperar custos
- ✚ Bom conhecimento do Guia e Kit de Ferramentas de Gestão de Resultados
- ✚ Habilidades em TIC, conhecimento do Atlas
- ✚ Capacidade de implementar novos sistemas e de afectar a mudança do comportamento / de atitude da equipa

Gestão e Liderança

- ✚ Desenvolve relações fortes com os clientes, concentra-se no impacto e nos resultados para o cliente e responde positivamente aos comentários
- ✚ Aborda o trabalho consistentemente com energia e com uma atitude positiva e construtiva
- ✚ Demonstra boas habilidades de comunicação oral e escrita
- ✚ Demonstra abertura à mudança e capacidade de gerir complexidades

VI. QUALIFICAÇÕES PARA RECRUTAMENTO

Qualificações académicas:	<ul style="list-style-type: none">✚ Pós-graduação (Mestrado ou equivalente) em gestão de desastres, mudanças climáticas, ambiente, geografia, planificação do desenvolvimento, agricultura ou outras áreas relevantes, ou Bacharelato nas mesmas áreas, com experiência profissional substancial em DRR/RRD e/ou CCA/AMC.
Experiência:	<ul style="list-style-type: none">✚ No mínimo 5 anos de experiência em gestão / coordenação de projectos em áreas relevantes para a DRR/RRD - CCA/AMC✚ No mínimo 2 anos de experiência em projectos relacionados com a Redução de Risco de Desastres, Gestão de Desastres, Gestão de Riscos Climáticos ou Ambiente✚ Experiência em diferentes aspectos da gestão de projectos, incluindo desenvolvimento, planificação, orçamento, implementação, monitoria de projectos✚ Um conhecimento profundo de questões de DRR/RRD - CCA/AMC no país✚ Experiência de elaboração de propostas escritas, resumos de projectos, relatórios de doadores e apresentações✚ Experiência na organização de eventos (seminários, workshops de formação, etc.)✚ Experiência de trabalho anterior na ONU; dá-se preferência a candidatos com experiência de trabalho no PNUD✚ Experiência de trabalho com instituições governamentais

	<p>⬇ Experiência prévia com o sistema de gestão de projectos ATLAS constitui vantagem.</p>
Conhecimento de Línguas:	A fluência na língua portuguesa e em inglês (oral e escrita) é essencial.

5. Voluntário das Nações Unidas – UNV/VNU (baseado nos Escritórios do PNUD)

Descrição de tarefas

Sob a supervisão directa do director do programa, Unidade CPR/E (Unidade de Prevenção / Recuperação de Crises e Ambiente), o UNV/VNU realizará as seguintes tarefas:

- Na qualidade de membro da Unidade CPR/E, garante a direcção estratégica das actividades do projecto DDR/RRD - CCA/AMC do PNUD, com foco na obtenção dos seguintes resultados:
 - Análise minuciosa da situação política, social e económica do país e preparação e revisão colectiva do UNDAF, CPD, PTA (Planos de Trabalho Anuais) e outros documentos.
 - Avaliação do ambiente socioeconómico e diálogo contínuo com os parceiros para a prestação de serviços de assessoria ao desenvolvimento na área de risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas, identificando áreas catalisadoras em que a DDR/RRD - CCA/AMC possa ser integrada e agregar valor a outras intervenções de apoio do PNUD que estejam em curso ou programadas
 - Análise do contexto, indicadores, documentos de políticas, em especial do programa nacional e outros documentos estratégicos na área temática de redução de risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas, coordenando e apoiando os programas a nível nacional, procurando complementaridades e integração noutras áreas de actuação do PNUD em que esta agência tem interesse especial e/ou vantagens comparativas
 - Apoio à recolha, compilação e actualização da informação existente sobre perigos, vulnerabilidades e capacidades no país, garantindo que essa informação seja levada em consideração na formulação, negociação e implementação de programas de desenvolvimento do PNUD.
- Garante uma gestão eficaz do projecto DDR/RRD - CCA/AMC do PNUD, com foco no controlo de qualidade do ciclo completo de programação, desde a formulação até à implementação, obtendo os seguintes resultados:
 - Aplicação efectiva das ferramentas RBM (Gestão Baseada em Resultados), definição de metas de gestão (BSC - Business Scorecard) e monitoria da obtenção dos resultados, garantindo um alto nível de execução do programa.
 - Monitoria dos projectos em curso de forma substancial e financeira através da discussão de planos de trabalho, progresso e desempenho do projecto; missões de avaliação e elaboração de TdR (Termos de Referência) para os consultores.
 - Produção e análise de informação de gestão financeira, por exemplo, relatórios financeiros do orçamento do programa e do projecto, incluindo análise de receitas e despesas. Monitoria e actualização dos dados financeiros relativos às dotações orçamentais. Produção atempada de todos os relatórios necessários, incluindo o relatório da Sede e os relatórios de execução do projecto.
 - Visitas aos locais do projecto destinadas a monitorizar e avaliar a implementação e a resolver problemas de execução e de implementação.
 - Relatórios de progresso elaborados periodicamente sobre actividades e resultados. Preparação dos relatórios dos doadores.
 - Em caso de catástrofe, apoiar o CTA e o Coordenador Residente / Representante Residente na formulação de componentes do PNUD em relatórios de situação e na formulação de quadros de recuperação prévia que garantam que as considerações de redução de risco sejam tidas em conta nos programas de reabilitação e reconstrução.
 - Complementaridades e integração em projectos em curso noutras carteiras.
- Estabelece e mantém parcerias estratégicas e apoia a mobilização de recursos, com foco na obtenção dos seguintes resultados:

- Criação e coordenação de parcerias com agências das Nações Unidas, instituições governamentais, doadores bilaterais e multilaterais, sector privado e organizações da sociedade civil (OSC).
 - Análise e pesquisa de informação sobre doadores, elaboração de resumos substantivos sobre possíveis áreas de cooperação, identificação de oportunidades de partilha de custos.
 - Mobilização de recursos provenientes da partilha de custos do governo, doadores e outros parceiros para tirar proveito dos recursos do PNUD para a redução de desastres e adaptação às mudanças climáticas.
 - Assistência para articular a posição do PNUD em relação à cooperação regional na área de redução de risco de desastres e mudanças climáticas na região, supervisionando o desenvolvimento da programação regional em curso e prevista.
- Assegura a prestação de serviços de assessoria de qualidade e a facilitação do desenvolvimento e gestão do conhecimento nas áreas de DDR/RRD - CCA/AMC, com foco na obtenção dos seguintes resultados:
 - Identificação de fontes de informação relacionadas com questões orientadas por políticas. Identificação e síntese das melhores práticas e lições aprendidas directamente relacionadas com a redução de risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas.
 - Coordenação do desenvolvimento de políticas e instituições que abordarão os problemas e necessidades do país em colaboração com o governo e outros parceiros estratégicos.
 - Contribuições sólidas para redes de conhecimento e comunidades no terreno na área de redução de desastres e mudanças climáticas.

Os voluntários da ONU são ainda encorajados a:

- Reforçar o seu conhecimento e compreensão do conceito de voluntariado através da leitura de publicações relevantes externas dos UNV/VNU e participar activamente nas actividades dos UNV/VNU (por exemplo, em eventos que marcam o Dia Internacional do Voluntário);
- Familiarizar-se com as formas tradicionais e/ou locais de voluntariado no país beneficiário;
- Reflectir sobre o tipo e a qualidade das acções de voluntariado que estão a realizar, incluindo a participação em actividades de reflexão em curso;
- Contribuir com artigos / reavaliação das experiências no terreno e enviá-las para publicação / sites, boletins informativos, comunicados de imprensa, etc. dos UNV/VNU;
- Apoiar o Programa *UNV Buddy* para voluntários da ONU recém-chegados;
- Promover ou aconselhar grupos locais no uso do voluntariado online, ou incentivar pessoas singulares e organizações locais relevantes a utilizarem o serviço de voluntariado online dos UNV/VNU sempre que for tecnicamente possível.

Resultados Esperados:

Os principais resultados esperados são descritos no item acima – descrição de tarefas – mas espera-se que o UNV seja responsável pela execução do CPD e dos resultados do projecto. Os principais resultados têm impacto no desenho, operação e programação das actividades e na criação de parcerias estratégicas para atingir as metas de mobilização de recursos.

Qualificações/Requisitos:

- Mestrado ou equivalente em gestão de desastres, mudanças climáticas, ambiente, geografia, planificação do desenvolvimento, agricultura ou outras áreas relevantes;
- 5 anos de experiência relevante a nível nacional e internacional em questões de desenvolvimento internacional;
- Experiência em diferentes aspectos da gestão de projectos, incluindo o desenvolvimento, planificação, orçamentação, implementação e monitoria de projectos;
- Fluência em Inglês. O conhecimento da língua portuguesa ou de qualquer língua latina (por exemplo, francês, espanhol ou italiano) constitui vantagem.